



Ministério da
**Ciência, Tecnologia
e Inovação**



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST / MCTI

**Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e
Tecnologia – PPACT**

**A ASTRONOMIA NA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA
(1958-1968):**

História, Preservação e Divulgação do Acervo do PROEDES

Leda dos Santos Pontes

Orientação: Professora Doutora Christina Helena Barboza

Rio de Janeiro / Brasil
2021



A ASTRONOMIA NA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA (1958-1968):

História, Preservação e Divulgação do Acervo do PROEDES

por

Leda dos Santos Pontes

*Aluna do Mestrado Profissional em Preservação
de Acervos de Ciência e Tecnologia*

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

Área de concentração: Preservação de acervos de ciência e tecnologia

Linha de Pesquisa: Acervos, História e Divulgação

Orientadora: Prof^a Dr^a Christina Helena da Motta Barboza

MAST/MCTI - RJ, Abril de 2021

Ficha elaborada pela Bibliotecária Reg. CRB7- 6934

P814a Pontes, Leda dos Santos.

A Astronomia na Faculdade Nacional de Filosofia (1958-1968): história, preservação e divulgação do acervo PROEDES/ Leda dos Santos Pontes. — Rio de Janeiro, 2021.

183 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Christina Helena da Motta Barboza.

Inclui apêndices e anexos.

Referências: f. 120-129.

Dissertação (Mestrado profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, Rio de Janeiro, 2021.

1. Documentos arquivísticos – conservação e restauração. 2. Acervos de Ciência e Tecnologia. 3. Astronomia. 4. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade Nacional de Filosofia. 5. Ciência - História. I. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia. II. Barboza, Christina Helena da Motta. III. Título.

CDU 651.54[5:6]

Leda dos Santos Pontes

A ASTRONOMIA NA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA (1958-1968):

História, Preservação e Divulgação do Acervo do PROEDES

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCTI, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia.

Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora:

Orientador:

Profª Drª Christina Helena da Motta Barboza
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins

Examinador Interno:

Profª Drª Heloisa Maria Bertol Domingues
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins

Examinador Externo:

Profª Drª Lygia Maria Guimarães
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Suplente interno:

Profª Drª Adriana Cox Hollós
PPACT/Museu de Astronomia e Ciências Afins

Suplente externo:

Profª Drª Moema de Rezende Vergara
MCTI/MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

Rio de Janeiro, 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me proporcionado saúde física e emocional, e paciência para perseverar.

Aos meus familiares, pelo incentivo e pela compreensão de minhas ausências.

Aos meus colegas da UFRJArquivo Central, pelo incentivo e compreensão.

A todos os professores, coordenadores e a toda equipe da secretaria do PPACT, e à equipe da biblioteca do MAST, pelo apoio e atenção. Sua dedicação e o compartilhamento de seus conhecimentos foram muito importantes para esse trabalho.

Aos professores da disciplina de História e Divulgação da Ciência do PPACT, e em especial à Prof^a Heloisa Bertol Domingues e à minha orientadora Prof^a Christina Helena Barboza, pela sua dedicação, paciência, e incentivo para chegarmos até o final deste trabalho.

À equipe de pesquisadores e profissionais do PROEDES, especialmente à Prof^a Maria de Lourdes Fávero pela sua rica contribuição em preservar parte importante da memória da educação do Brasil e da UFRJ.

Agradecimento especial também à historiadora Denise Moraes Gouveia da Silva e à arquivista Michele de Almeida Gomes, ambas do PROEDES, pela disponibilidade na assistência a todos que pesquisam neste arquivo, e sempre tão atenciosas e participativas com relação à minha pesquisa.

*Quando o sol bater
na janela do teu quarto
lembra e vê
que o caminho é um só...*

Renato Manfredini Júnior
(Renato Russo)

RESUMO

PONTES, Leda dos Santos. **A ASTRONOMIA NA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA (1958-1968): História, Preservação e Divulgação do Acervo do PROEDES**. 2021. 183p. Dissertação (mestrado) – Curso de Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, PPACT, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2021.

O principal objetivo desse trabalho é valorizar e divulgar o acervo de Astronomia do Fundo da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (UB), hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Fundo está depositado no arquivo do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES), vinculado à Faculdade de Educação da UFRJ. Para atingir esse objetivo, foi feita uma investigação sobre a trajetória da FNFi e a história do ensino superior de Astronomia no Brasil, em particular no período abarcado pela documentação selecionada, entre 1958 e 1968, anos de criação do primeiro curso de graduação na área no Brasil, no âmbito da FNFi, e do fechamento dessa faculdade. Partiu-se da premissa de que esse acervo constitui fonte documental importante para os estudos em História das Ciências no Brasil. Outro objetivo central da presente pesquisa é contribuir para o estabelecimento de um programa de Conservação Preventiva no PROEDES a partir da realização de um diagnóstico do estado de conservação dessa pequena amostra de documentos do Fundo FNFi. Assim, após uma reflexão sobre os principais referenciais teórico-metodológicos da Conservação Preventiva, o produto final proposto neste trabalho é uma ficha de identificação e diagnóstico do Fundo FNFi.

Palavras-chave:

Acervos de C&T; Conservação Preventiva; História das Ciências; Astronomia; Faculdade Nacional de Filosofia.

ABSTRACT

PONTES, Leda dos Santos. **ASTRONOMY AT THE NATIONAL INSTITUTE OF PHILOSOPHY (1958-1968): History, Conservation and Dissemination of the PROEDES Archives.** 2021. 183p. Dissertation (Master's degree) – Curso de Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia, PPACT, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2021.

This work aims at enhancing the value and disseminating the Astronomy archival collection of the Fund devoted to the National Institute of Philosophy (FNFi) of the University of Brazil (UB), now Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ). The institution holding the legal and physical custody of such Fund is the Studies and Documentation Program Education and Society (PROEDES), linked to the Department of Education at UFRJ. To achieve the objective of this work, an investigation was carried out on the trajectory of the FNFi and the history of higher education in Astronomy in Brazil, particularly in the period covered by the selected documentation, between 1958 and 1968, years of creation of the first undergraduate course in the area in Brazil, within the scope of the FNFi, and the closure of this Institute. It started from the premise that this collection constitutes an important documentary source for studies in the History of Science in Brazil. Another central objective of this research was to contribute to the establishment of a Preventive Conservation program at PROEDES based on a diagnosis of the conservation status of this small sample of documents from the FNFi Fund. Thus, after a reflection on the main theoretical-methodological references of Preventive Conservation, the final product proposed in this work is a form designed to register data concerning the identification and diagnosis of the FNFi documental units.

Keywords:

S&T archives; Preventive Conservation; History of Science; Astronomy; Faculdade Nacional de Filosofia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma do CCMN/UFRJ com o Observatório do Valongo	p. 56
Figura 2 – Organograma da Faculdade de Educação/UFRJ em 2009	p. 93
Figura 3 – Exemplo do suporte em papel de documento de Astronomia no Fundo FNFi/PROEDES	p. 105
Figura 4 – Exemplo de documento em papel jornal no Fundo FNFi/PROEDES	p. 106
Figuras 5 e 6 – Exemplos de invólucros de acondicionamento dos documentos de Astronomia no Fundo FNFi/PROEDES	p. 108

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Marcos históricos do ensino superior de ciências no Brasil	p. 26
Quadro 2 – Cronologia dos marcos antecedentes à criação da FNFi	p. 35
Quadro 3 – Reitores da Universidade do Brasil UB e diretores da Faculdade Nacional de Filosofia FNFi (1939 – 1968)	p. 46
Quadro 4 – Cronologia do ensino superior em Astronomia no Brasil	p. 58
Quadro 5 – Palavras-chave da pesquisa no Fundo FNFi/PROEDES	p. 98
Quadro 6 – Descrição dos campos da ficha de identificação e diagnóstico	p. 101
Quadro 7 – Identificação e diagnóstico dos documentos de Astronomia no Fundo FNFi/PROEDES	p. 108

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPA	Centro Brasileiro de Pesquisas Astrofísicas
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CCMN	Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - UFRJ
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas (atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CoordCOM	Coordenadoria de Comunicação - UFRJ
COSUPI	Comissão Supervisora do Plano dos Institutos
CPBA	Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos
CPC	Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CTA	Conselho Técnico Administrativo da FNFi
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNFCL	Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras
FNFi	Faculdade Nacional de Filosofia
ICOM	Comissão Internacional de Museus
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais International Federation of Library Associations and Institutions

IFLA	(Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas)
IGEO	Instituto de Geociências - UFRJ
IG-UNICAMP	Instituto de Geociências da UNICAMP
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
INT	Instituto Nacional de Tecnologia
IORJ	Imperial Observatório Astronômico do Rio de Janeiro (Atual Observatório Nacional)
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAPEL	Laboratório de Conservação e Restauração de Papel - MAST
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MEC	Ministério da Educação e Saúde Pública (1930-1937); Ministério da Educação e Saúde (1937-1953); Ministério da Educação e Cultura (1953-1985); Ministério da Educação (1985-atual)
ON	Observatório Nacional
OV	Observatório do Valongo
PROEDES	Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade
SIARQ	Sistema de Arquivos
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UB	Universidade do Brasil
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UDF	Universidade do Distrito Federal
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

URJ	Universidade do Rio de Janeiro
USP	Universidade Livre de São Paulo (criada em 1911)
USP	Universidade de São Paulo (criada em 1934)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: O ENSINO DA ASTRONOMIA NO BRASIL (1874-1968)	20
1.1 Marcos Históricos do Ensino Superior de Ciências no Brasil	21
1.2 A Pesquisa Científica na Universidade do Brasil	27
1.3 A Trajetória da Faculdade Nacional de Filosofia - FNFfi	36
1.4 O Ensino da Astronomia na FNFfi	48
CAPÍTULO 2: CONSERVAÇÃO PREVENTIVA EM ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DE C&T: REVISÃO TEÓRICA	59
2.1. As diversas funções sociais dos arquivos	60
2.2. A incorporação dos acervos arquivísticos ao campo patrimonial	65
2.3. Conservação Preventiva: preservar para dar acesso	69
2.4. Arquivos de C&T em instituições científicas e universidades	79
3. PRESERVAÇÃO DO ACERVO DE C&T DA FNFfi/PROEDES: UMA ANÁLISE DO CASO DA ASTRONOMIA	90
3.1. O Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade - PROEDES	91
3.2. A Astronomia no Fundo FNFfi: identificação e diagnóstico	95
3.2.1 Identificação	95
3.2.2 Diagnóstico	102
3.3. Avaliação geral	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	
APÊNDICE A – Questionário	131
APÊNDICE B – Fichas de identificação e diagnóstico	135
ANEXOS	160
ANEXO A – Planilha documental	

INTRODUÇÃO

Meu ingresso no PPACT foi motivado por angústias vividas ao longo de minha trajetória profissional como arquivista, e em especial a percepção de que, de um modo geral, as tecnologias da informação avançam em ritmo mais acelerado do que a preocupação com a preservação dos documentos arquivísticos, mesmo quando estes têm valor histórico incontestável.

Outra motivação veio de minha atuação profissional na UFRJ, sempre desenvolvida em arquivos formados por documentos administrativos. Uma de minhas preocupações era a perda dos nexos, dentro de uma instituição universitária, entre os registros considerados administrativos e os registros das atividades desenvolvidas nos laboratórios e demais ambientes de ensino, pesquisa e divulgação.

Também me preocupava o descarte de documentos que, talvez, pudessem levar à perda de algum registro importante sob a perspectiva da História das Ciências. É verdade que a eliminação de documentos administrativos é guiada por critérios técnicos e respaldada pelo Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal. Mas as fontes documentais da História se ampliaram, o que também aconteceu com a História das Ciências, e não se limitam mais aos livros e artigos científicos. Ainda assim, diante dessas novas perspectivas teórico-metodológicas da historiografia, permanecem os questionamentos: para que preservar? por que preservar? como preservar?

Partindo da premissa de preservar para dar acesso, o presente trabalho teve como objetivo geral identificar e realizar o diagnóstico do conjunto de documentos relativos à Astronomia depositados em um arquivo da UFRJ; a saber, o Fundo da Faculdade Nacional de Filosofia – FNFi, sob a guarda do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade – PROEDES.

No PROEDES estão depositados vários Fundos de arquivo institucionais e pessoais ligados à educação no Brasil, incluindo acervos externos à UFRJ. Foi instituído em 1990 a partir de um projeto de pesquisa, sendo a professora Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero coordenadora tanto desse projeto como do PROEDES, desde a sua criação até o ano de 2009. O Fundo FNFi

possui cerca de 110 mil documentos, e o PROEDES, cerca de 400 mil documentos.

O recorte temporal da pesquisa consiste no período de 1958 a 1968. Tal recorte foi definido a partir de seu objeto de estudo, os documentos referentes à Astronomia do Fundo FNFi. Isso porque o primeiro e único curso de graduação em Astronomia existente no Brasil até 2009 foi criado no âmbito da FNFi, em 1958. Nessa época, a FNFi era uma unidade da Universidade do Brasil – UB, que mais tarde, em 1965, mudaria de nome, para UFRJ. A FNFi foi fechada durante a ditadura, em 1968, ano que marca o final dessa pesquisa.

Após o fechamento da FNFi, o curso de Astronomia continuou atrelado à UFRJ, porém de certa forma independente do Observatório do Valongo (OV), instituição que remonta ao século XIX, onde desde o início do curso eram ministradas as aulas práticas. Enquanto o primeiro ficou subordinado ao Instituto de Geociências (IGEO), o segundo era órgão suplementar diretamente ligado ao Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) da UFRJ. Possuía Biblioteca própria e atuava de forma concorrente com o Departamento de Astronomia do IGEO em algumas demandas referentes ao curso. Apenas em 2002 o Departamento de Astronomia foi incorporado ao OV, e conta hoje não apenas com o curso de graduação como também de pós-graduação em Astronomia. De todo modo, essa dissociação administrativa ao longo de anos ajuda a entender a dispersão de documentos relativos ao ensino, pesquisa e divulgação da Astronomia na UB/UFRJ, de 1958 a 1968, entre a Biblioteca do Valongo e o Fundo FNFi, do PROEDES.

O PROEDES foi criado já com a filosofia, que mantém até hoje, de constituir também um centro de pesquisa, vinculado à Faculdade de Educação da UFRJ. De fato, a grande maioria das pesquisas produzidas nesse laboratório têm se concentrado na História da Educação no Brasil. Espera-se que a presente pesquisa possa contribuir para o esforço coletivo em dar visibilidade ao PROEDES apresentando o potencial que esse laboratório tem também para as pesquisas em História das Ciências no Brasil, com o exemplo da Astronomia.

Essa área do conhecimento foi escolhida devido à lacuna ainda existente na historiografia das ciências com relação ao seu ensino no Brasil,

que algumas pesquisas mais recentes, a exemplo da que fez Maria Alice Ciocca de Oliveira a partir da coleção de instrumentos do OV, têm tentado superar. Vale ressaltar que a pesquisa também tinha a pretensão de contribuir para o estabelecimento de um programa de Conservação Preventiva no PROEDES a partir da realização de um diagnóstico do estado de conservação dessa pequena amostra de documentos do Fundo FNFi (o acervo do curso de Astronomia) e do seu ambiente de guarda. No entanto, a pandemia de COVID-19 que atingiu o Brasil no início de 2020, e resultou em milhares de mortes e milhões de contaminados, levou ao fechamento do PROEDES à consulta em meados de março, e impediu o prosseguimento da pesquisa nessa direção.

Assim, os objetivos específicos dessa dissertação de mestrado foram:

- Aprofundar o conhecimento referente ao tema escolhido, qual seja, a história do ensino superior de Astronomia no Brasil, e em particular, do curso de graduação em Astronomia da FNFi, no período entre 1958 e 1968;
- Divulgar a importância do Fundo FNFi/PROEDES como depositário de fontes documentais importantes para a área de pesquisas em História das Ciências no Brasil, a partir do estudo de caso da Astronomia;
- Contribuir para a reflexão e elaboração de um programa de Preservação de Acervos no PROEDES que incorpore como prioridades o diagnóstico dos itens documentais bem como sua descrição arquivística;
- Contribuir para a construção de uma memória institucional da UFRJ que destaque a importância do ensino, pesquisa e divulgação em C&T promovidos por essa universidade, e em particular, pela FNFi.

Assumiu-se como premissa nesse trabalho que arquivo é lugar de informação, e que esta deve ser o ponto de partida para todas as tomadas de decisões e implementação de ações estratégicas, em todos os tipos de organizações, e sobretudo para o estabelecimento de políticas públicas e prioridades de gestão administrativa em instituições governamentais. Mas também que arquivo é lugar social de produção de conhecimento, já que a informação ali contida está relacionada ao constante processo de transformação do mundo social, em seus aspectos políticos, econômicos, culturais, científicos e tecnológicos.

Ao longo dos séculos, os meios de registro e transmissão da informação transformaram-se, em suportes que variaram da argila ao pergaminho e ao papel, e agora ao digital. Os documentos de arquivos, sobretudo em papel, estão vulneráveis a muitos riscos que ameaçam a sua longevidade. É possível dizer que sobre todas as instituições arquivísticas paira uma ameaça de perda de acesso à informação, devido à falta de investimentos em recursos financeiros e humanos que viabilizem sua conservação. Na maior parte das instituições federais de ensino superior, em especial, ainda são muito tímidas as iniciativas de preservação de seus acervos arquivísticos. Nesse sentido, justifica-se a inclusão, entre os objetivos desse trabalho, de uma dimensão voltada à preservação de um arquivo de uma das mais antigas e maiores instituições federais de ensino superior, ainda mais em um momento político tão desfavorável à pesquisa científica, ao ensino público e gratuito de qualidade, e às universidades federais, de um modo geral.

No contexto deste trabalho adotou-se o conceito de preservação como uma ação gerencial que engloba um conjunto de atividades que visam prolongar a integridade física dos acervos pelo maior tempo possível. Essa concepção, alinhada aos princípios da Conservação Preventiva, pressupõe que os métodos de preservação devem ser aplicados especialmente no meio ambiente, nas formas de armazenamento, acondicionamento e manuseio dos documentos, com a finalidade sobretudo de diminuir os riscos e postergar ao máximo a deterioração de todo o conjunto de documentos.

Segundo esses princípios, antes de qualquer outro procedimento ou intervenção nos acervos, é fundamental fazer um diagnóstico sobre o estado de conservação dos documentos. Por essa razão a presente pesquisa apresentou como produto técnico a proposta de um modelo de ficha de diagnóstico da documentação do Fundo FNFi, preenchido, a título exemplar, com os dados relativos à área de Astronomia.

Visando atingir os objetivos desse trabalho, inicialmente realizou-se uma revisão bibliográfica em três áreas de conhecimento: Arquivologia, Conservação Preventiva, e História das Ciências no Brasil. Na revisão bibliográfica, selecionou-se textos que tratam sobre arquivos permanentes,

preservação de arquivos de ciência e tecnologia, Conservação Preventiva, história da FNFi e do ensino superior de Astronomia no Brasil.

Paralelamente, uma pesquisa empírica e presencial foi iniciada no PROEDES, onde obteve-se acesso a uma listagem de pastas onde estão os documentos do Fundo FNFi. Vale ressaltar que estes últimos não estão identificados em nenhum instrumento de pesquisa, como por exemplo, um inventário. Além disso, na listagem não estão incluídos todos os documentos armazenados no depósito. Ali está apenas uma parte do Fundo. Nesta etapa do trabalho também foram realizadas entrevistas com funcionários, a fim de conhecer melhor o ambiente e as condições gerais de guarda dos acervos.

A inclusão de campos relativos à identificação de cada item documental na ficha de diagnóstico foi, portanto, decorrência da inexistência de um inventário do Fundo FNFi. A penúltima etapa da pesquisa, antes de uma análise final dos dados, foi o preenchimento das fichas de identificação e diagnóstico de cada item documental, pasta a pasta, e a realização do seu registro fotográfico. Isto posto, cabe destacar que as fichas incluídas no Apêndice dessa dissertação contêm uma descrição e o diagnóstico do estado de conservação apenas dos documentos que foram registrados em fotografia, os quais podem contribuir para uma visão geral dos riscos a que está sujeito o Fundo FNFi mas são insuficientes para uma avaliação mais criteriosa. Essa opção foi feita devido ao fechamento do PROEDES e à impossibilidade de se retornar ao local para checar/complementar os dados relativos aos itens que não foram fotografados.

O trabalho foi desenvolvido em três capítulos.

No primeiro capítulo foram abordados os seguintes tópicos: marcos históricos do ensino superior de ciências no Brasil; a ideia de universidade e as tentativas de introduzir a pesquisa científica nessas organizações; a trajetória da FNFi desde sua criação até sua extinção; e por último, marcos históricos do ensino superior de Astronomia no Brasil, com ênfase na criação e trajetória do curso de graduação em Astronomia da FNFi.

No segundo capítulo foram analisados os conceitos de arquivos, em especial de ciência e tecnologia; preservação de acervos arquivísticos; Conservação Preventiva; e patrimônio cultural. Abordou-se também a história

da Conservação Preventiva do ponto de vista teórico e institucional, assim como os acervos arquivísticos como parte do patrimônio histórico e científico.

No terceiro capítulo deu-se destaque à história da criação do PROEDES e sua importância para a História da Educação e para a memória institucional da UFRJ. Também foram apresentados os princípios metodológicos que nortearam a elaboração da ficha de identificação e diagnóstico e a pesquisa empírica no acervo. Foram analisados os dados coletados por meio de questionário aplicado aos profissionais do PROEDES, e copiadas as fotografias dos documentos tiradas no local da pesquisa. Este capítulo também traz uma compilação dos dados sobre os documentos do Fundo FNFi/PROEDES que tratam de Astronomia.

Em setembro do ano de 2020, a UFRJ completou 100 anos. Trata-se de uma instituição de referência para a produção científica no Brasil, além de ter reconhecimento internacional. A Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ foi unidade pioneira na pesquisa científica dessa universidade, portanto, precursora do reconhecimento nacional e internacional que hoje tem a UFRJ no campo científico. Sendo assim, o presente trabalho pretende dar uma contribuição no sentido de trazer ao público uma pequena amostra das possibilidades de investigação da documentação relativa à FNFi não apenas pela historiografia da educação no Brasil, mas em particular, pela historiografia das ciências.

CAPÍTULO 1

1. O ENSINO DA ASTRONOMIA NO BRASIL (1874-1968)

1.1 Marcos Históricos do Ensino Superior de Ciências no Brasil

Atravessamos um período em que a universidade pública está ameaçada por tantas incertezas e dificuldades que se faz necessário seja repensada. Mas qualquer proposta não terá sentido se não houver respeito pelo pensamento, pelas atividades de produção do conhecimento. Respeito mútuo, dentro da universidade, de cada um por um (LOPES, 2000, apud FÁVERO, 2010, p. 9).

No Brasil colonizado por Portugal, era proibida a implantação de universidades. As elites da época faziam seus cursos de formação superior em universidades da Europa, e, principalmente na Universidade de Coimbra. De acordo com Fávero (2010, p.19-21), tentativas de criar universidades houve, especialmente pelos Jesuítas, mas não tiveram êxito, caracterizando, dessa forma, a influência de Portugal sobre a formação das elites brasileiras, e denotando também uma política de controle da metrópole sobre sua colônia com intenção de impedir qualquer iniciativa que pudesse levar a sinais de independência cultural, política e econômica. Somente a partir de 1808 com a chegada da família real para fixar residência no Rio de Janeiro, começaram a ser criadas algumas escolas de educação superior na colônia. No entanto, essas escolas possuíam caráter estritamente profissionalizante. Assim é criada a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro (que funcionava no Hospital Militar) e também é criado o Curso Médico de Cirurgia na Bahia, bem como a Academia Real de Marinha, considerada pelo sociólogo Simon Schwartzman primeira instituição técnica brasileira (instalada no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro) (SCHWARTZMAN, 2015, p. 121).

A transferência da Coroa portuguesa para o Brasil foi o ponto mais baixo na história das grandes descobertas, e a debilidade militar do Brasil explica a prioridade atribuída à criação de escolas militares na capital, a cidade do Rio de Janeiro. A segunda prioridade era medicina e cirurgia, tanto por razões militares como, supostamente, para a proteção da saúde pública. Depois da capital, a Bahia era o maior e mais importante centro urbano, e era apropriado que tivesse a segunda escola de medicina. A formação em direito provavelmente ainda era vista como o melhor destino para os

filhos da elite local na Recife decadente e na São Paulo que estagnava, e as duas cidades obtiveram as escolas que almejavam (SCHWARTZMAN, 2015, p. 118).

Os cursos de medicina criados em 1808 significaram um marco inicial do ensino superior de ciências no Brasil. “Antes disso, [a] assistência médica era prestada na colônia ou por curandeiros – herdeiros de conhecimentos empíricos, indígenas ou africanos – ou por clínicos que trabalhavam sob o Protomedicato¹ de Portugal” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 127). Os cursos superiores de medicina criados no Brasil tinham a duração de quatro anos. Após esse período, o aluno recebia um certificado, se submetia a uma banca examinadora para avaliação, se aprovado recebia o diploma e depois também era necessário ter a aprovação da Universidade de Coimbra.

Os cursos passaram por algumas reestruturações ao longo dos anos, iniciando em 1811, com uma tentativa de reforma no currículo baseada no modelo de Coimbra. Em 1813 a Escola de Medicina do Rio de Janeiro passou a se chamar Academia Médico-Cirúrgica. Foi julgado necessário prolongar o curso, que após a reformulação passou a durar cinco anos; quando realizados dois anos adicionais, o aluno recebia uma Carta de Graduação em Cirurgia, que lhe dava benefícios, como a preferência na ocupação de cargos públicos. Apenas então, se elaborasse e apresentasse um trabalho em latim, obtinha o grau de doutor. Em 1815 a Escola de Medicina da Bahia também passou a ser denominada Academia Médico-Cirúrgica seguindo os mesmos moldes da estrutura da Academia do Rio de Janeiro. “A independência, em 1822, não alterou a estrutura das escolas de medicina, e só em 1826 foi eliminada a exigência da confirmação pela Universidade de Coimbra” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 129). Finalmente, em 1832, as Academias Médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia foram mais uma vez reorganizadas, transformando-se em faculdades de medicina.

Para Schwartzman (2015, p. 129), essa última "reorganização do ensino médico deveria marcar a passagem da medicina prática e sintomatológica para a científica". Os currículos anteriores à reforma de 1832 eram criticados por

¹ O Protomedicato era uma junta permanente que supervisionava todas as práticas relacionadas com a arte médica, e julgava os pedidos de autorização para o exercício dessa prática (SCHWARTZMAN, 2015, p. 127).

não agregarem disciplinas como física, química e botânica, consideradas imprescindíveis para o estudo da medicina. O currículo novo as incluiu, mas as práticas clínicas continuaram a predominar nas duas escolas de medicina, tanto a do Rio de Janeiro como a da Bahia. No século XX, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro viria a integrar a Universidade do Rio de Janeiro, junto com as escolas de Engenharia (Politécnica) e Direito.

Em 4 de dezembro de 1810, através de uma Carta Régia, foi criada a Academia Real Militar. Na referida carta régia constava que a missão da Academia era a de formar oficiais de artilharia, e engenheiros topógrafos e geógrafos. De acordo com Schwartzman, o documento também dizia que o programa do curso consistiria em “um curso completo das ciências matemáticas, das ciências de observação – isto é, física, química, mineralogia, metalurgia e história natural, incluindo os reinos vegetal e animal – assim como as ciências militares, incluindo tanto a tática como a artilharia e a construção de fortalezas” (CASTRO, 1955, apud SCHWARTZMAN, 2015, p. 122). Na Carta ainda constava que o curso completo era dividido entre três anos para o ensino militar e quatro anos para o ensino de matemática, sendo que:

O lente² do 1º ano ensinava aritmética, álgebra (até as equações do 3º e 4º graus), geometria, trigonometria retilínea e noções de trigonometria esférica; o lente do 2º ano ensinava álgebra superior, geometria analítica, cálculo diferencial e integral; o lente do 3º ano lecionava mecânica (estática e dinâmica), hidrostática e hidrodinâmica; no 4º ano havia um lente de trigonometria esférica, ótica, astronômica [sic] e geodésica [sic] (CASTRO, 1955, apud SCHWARTZMAN, 2015, p. 122).

Em 1832 a Academia Militar passou por uma reestruturação e foi integrada à Academia de Marinha. Nessa rápida fusão ocorreu mudança na regra de admissão de alunos, e em 1833 foi permitido o ingresso de civis. Em 1839, de novo separadas as formações dos oficiais do Exército e da Marinha, a primeira passou a ser chamada de Escola Militar, mas agregando alunos militares e civis. Em 1855, foi criada a Escola de Aplicação exclusiva para militares, e em 1858, outra reestruturação aconteceu, quando a Escola Militar desdobrou-se em Escola Militar e Central, sendo esta última eminentemente

² Professor, especialmente de escola superior.

civil, mas que os militares podiam frequentar. No ano de 1874, a Escola Central passou a ser a Escola Politécnica, baseada em modelo do ensino francês. “A França era influência predominante, e no passado o Brasil procurou imitar as grandes écoles, como a Polytechnique e a École de Mines” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 232). Sendo assim,

Em 1874, durante a vigência do gabinete do Visconde do Rio Branco, o sistema brasileiro de educação superior passou por uma completa reforma, e os cursos de engenharia civil e militar foram separados de forma definitiva, o que resultou na criação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, de acordo com o modelo francês. Nessa época o regime imperial estava em pleno auge, a população se expandia [...]. Os contatos com a Europa se intensificaram, e as velhas instituições educacionais passaram a ser vistas como demasiadamente limitadas para os filhos de uma elite em expansão. Na nova Escola Politécnica, o antigo curso de matemática da Escola Militar foi dividido em curso de ciências físicas e matemáticas e outro de ciências físicas e naturais. [...]. [O]utra mudança importante e sem precedente era a possibilidade de obter um diploma de bacharel ou de doutor em ciências físicas e matemáticas, ou em ciências físicas e naturais, fora dos cursos profissionais de engenharia. Assim a ciência pura era introduzida no ensino, levando às grandes expectativas do Visconde do Rio Branco a respeito da Escola Politécnica (SCHWARTZMAN, 2015, p. 123).

Contudo, logo após a proclamação da República, os dirigentes quiseram desmontar as estruturas dos cursos superiores de ciências existentes na Escola Politécnica.

A primeira tentativa de extingui-los veio em 1890, sob o governo provisório, logo depois da queda do Império, em 1889. Os professores da Escola Politécnica se manifestaram contra a reforma proposta, e o chefe do governo provisório decidiu contra a sua adoção. Os cursos científicos da Politécnica sobreviveram até 1896, quando foram finalmente abolidos pela própria direção da Escola (CASTRO, 1955, apud SCHWARTZMAN, 2015, p. 124).

Assim, continuou sem espaço a pesquisa científica nas áreas de física e matemática no ensino superior brasileiro, limitado à formação profissionalizante em “escolas profissionais, burocratizadas, sem autonomia e com objetivos puramente utilitários” (SCHWARTZMAN, 2015, p.131).

De acordo com a educadora e historiadora da educação no Brasil, Maria de Lourdes Fávero (2010, p. 26), “ao final do Império tínhamos seis estabelecimentos de ensino superior e nenhuma universidade no Brasil”, apesar de que várias “tentativas de criação de universidades foram feitas, mas todas sem êxito”. Na República não foi diferente, surgindo mais faculdades e escolas nos primeiros dez anos, dentre as quais a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, criada em 1891, que, como a Faculdade de Medicina e a Escola de Engenharia, seria posteriormente acoplada pela Universidade do Rio de Janeiro.

Enquanto o regime imperial se caracterizava como centralizador, a República veio com uma proposta de regime descentralizador, no sentido de favorecer os interesses das elites paulistas, que visavam o “desenvolvimento de uma nova economia agrícola fundamentada no trabalho livre e na imigração europeia para as províncias meridionais, que eram agora estados federados” (SCHWARTZMAN, 2015, p.140). Esta forma de conduzir o país com uma administração descentralizada abriu a prerrogativa para a criação das primeiras universidades no Brasil. “Na Constituição republicana, o ensino superior é mantido como atribuição do Poder Federal, mas não exclusivamente” (FÁVERO, 2010, p. 26). Eis que a partir de 1911, a criação de instituições estaduais ou privadas de ensino superior foi incentivada pela Reforma Rivadávia Corrêa, por meio do Decreto 8.659 de 5 de abril de 1911, o qual trata dentre outros assuntos, do ensino livre (livre neste contexto significa que poderiam existir instituições de ensino superior por iniciativa privada ou de outras esferas governamentais). Sendo assim, foram criadas as primeiras universidades do Brasil (escolas livres de ensino superior): já havia sido criada em 1909 a Universidade de Manaus³ (Escola Universitária Livre de Manaós); em 1911 foi criada a Universidade Livre de São Paulo⁴ (USP). Porém

³ A Escola Universitária Livre de Manaós (cuja criação foi originada a partir da Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas), foi a primeira universidade fundada no Brasil em 17 de janeiro de 1909. Em 13 de julho de 1913 mudou o nome para Universidade de Manaus. Com as reestruturações efetivadas ao longo dos anos, Universidade deu origem à atual Universidade Federal do Amazonas (UFAM) a partir de 1962.

Fonte: Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <<http://www.ufam.edu.br/historia.htm>> Acesso em: 15 fev. 2020.

⁴ A Universidade Livre de São Paulo (USP) foi uma instituição de ensino particular que abrangia o ensino desde o jardim de infância até o ensino superior, aonde, inclusive, foi

ressaltamos que essa universidade não tem relação com a atual USP – Universidade de São Paulo, criada em 1934. E, em 1912 foi instituída a Universidade do Paraná⁵ (atual Universidade Federal do Paraná (UFPR). Para Fávero (2010),

Importa observar no entanto, que somente em 1915, a Reforma Carlos Maximiliano, por meio do decreto nº 11.530, dispõe a respeito da instituição de uma universidade [federal], determinando no art. 6º: “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das faculdades livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar” (FÁVERO, 2010, p. 31).

Cinco anos depois deste decreto, assim foi realizado. A Escola Politécnica e a de Medicina do Rio de Janeiro, assim como a Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro foram incorporadas àquela que é frequentemente referida na historiografia como a primeira universidade no Brasil, a Universidade do Rio de Janeiro - URJ, com base na reforma de Carlos Maximiliano.

Quadro 1 – Marcos históricos do ensino superior de ciências no Brasil

ANO	MARCO HISTÓRICO
1808	Família real fixa residência no Brasil colônia
	Criação da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro
	Criação do Curso Médico na Bahia
	Criação da Academia Real de Marinha
1810	Criação da Academia Real Militar

fundada a primeira Faculdade de Medicina de São Paulo. Funcionou de 1911 a 1918. Mas não tem nenhuma relação com a USP criada em 1934.

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br>> Acesso em: 15 fev. 2020.

⁵ A Universidade do Paraná, instituição privada, foi criada em 19 de dezembro de 1912. Mediante as reorganizações do ensino superior implementadas pelo Governo Federal, essa universidade foi federalizada e deu origem a atual Universidade Federal do Paraná em 1950.

Fonte: Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<http://www.ufpr.br/porta/ufpr/historico>> Acesso em 15 fev. 2020.

1832	Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia tornam-se Faculdades de Medicina
1858	A Escola Militar torna-se Escola Central dando acesso para alunos civis (embora os militares pudessem frequentar)
1874	A Escola Central torna-se Escola Politécnica do Rio de Janeiro baseada em modelo de ensino francês
1909 1911 1912	Criação das três primeiras universidades no Brasil; respectivamente, da Universidade de Manaus (Escola Universitária Livre de Manaós), Universidade Livre de São Paulo e Universidade do Paraná
1915	Reforma Carlos Maximiliano – Decreto nº 11.530. Previsão de criação de uma universidade federal no Brasil
1920	Criação da primeira universidade federal no Brasil: a Universidade do Rio de Janeiro – URJ

Elaborado pela autora

1.2 A Pesquisa Científica na Universidade do Brasil

Duas instituições capturaram o clima de renovação da ciência e da educação brasileira nos anos 1920: a Academia Brasileira de Ciências e a Associação Brasileira de Educação criada em 1924. A primeira foi instituída em 1922 como desdobramento da Sociedade Brasileira de Ciências, fundada em 1916 (SCHWARTZMAN, 2015, p.192).

De acordo com a expectativa de um grupo de intelectuais e cientistas brasileiros reunidos na Academia Brasileira de Ciências e na Associação Brasileira de Educação, as universidades deveriam exercer a função de preparar os alunos para a vida profissional, mas, ao mesmo tempo, ter atividade científica, visando ao desenvolvimento social, econômico e cultural (SCHWARTZMAN, 2015, p. 196 -198). A autonomia universitária era vista como necessária para atingir o objetivo de ser a universidade lugar por excelência para a produção em ciência.

A Academia Brasileira de Ciências e a Associação Brasileira de Educação exerceram funções fundamentais de incentivo à implementação da ciência básica, e de maneira mais ampla, à educação e cultura no Brasil. Os debates pautavam-se muito em qual era a concepção de universidade, suas funções e papel, sua organização, se padronizada ou de acordo com as peculiaridades de cada região, e sobre a autonomia universitária. Nesse aspecto,

identificam-se duas posições: os que defendem como suas funções básicas a de desenvolver a pesquisa científica, além de formar profissionais, e os que consideram prioritária a formação profissional. Há ainda, uma terceira posição que poderia talvez vir a constituir em desdobramento da primeira: para merecer essa denominação a universidade deveria tornar-se foco de cultura, disseminação de ciência adquirida e criação da ciência nova (FÁVERO 2007, p. 17).

Em 07 de setembro de 1920, por meio do Decreto nº 14.343, o governo federal havia instituído a Universidade do Rio de Janeiro, reunindo as escolas de ensino superior existentes no Rio de Janeiro, de Medicina, Engenharia e Direito.

Observamos que, em termos legais, o decreto nº 14.343, de 7 de setembro de 1920, contribuiu, sem dúvida, para se criar a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Reunidas aquelas três unidades de caráter profissional, foi-lhes legalmente assegurada autonomia didática e administrativa, cabendo sua direção, [...] ao presidente do Conselho Superior de Ensino, na qualidade de reitor, e ao Conselho Universitário (FÁVERO, 2010, p. 31).

Contudo, a integração entre essas escolas era inexistente, inclusive funcionavam em regiões diferentes da cidade, assim como tinham liberdade para tomar suas próprias decisões. Funcionavam independentes, mesmo sendo parte de um organismo de ensino maior. No que diz respeito à finalidade do ensino superior, esta não havia mudado, pois todas as faculdades continuaram voltadas apenas para a formação profissional. Schwartzman (2015, p. 199) argumenta que a URJ foi somente “um aglomerado de escolas profissionais reunidas sob um frágil reitorado, com poucas atribuições”.

A primeira tentativa do governo federal de mudar esse cenário, através de uma reforma profunda e extensiva para todo o sistema de ensino no Brasil, somente foi proposta em abril de 1931, pelo ministro da Educação do governo de Getúlio Vargas, Francisco Campos.

De acordo com Fávero (2007, p. 19), o projeto de reforma foi formulado por meio de três decretos:

- Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931 – Criou o Conselho Nacional de Educação

Este Conselho foi instituído para ser um órgão consultivo e colaborador do Ministério da Educação e Saúde Pública (MEC) com atribuições técnicas a fim de assessorá-lo nas reorganizações do sistema educacional do Brasil na época, incluindo o ensino superior.

- Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931 – Dispõe sobre os Estatutos das Universidades Brasileiras

O decreto prevê uma diretriz geral para as universidades, dentro de uma perspectiva conservadora-autoritária de ensino, que defende a hierarquia entre professores e alunos, e de uma concepção de cidadania atrelada ao Estado Nacional. Apesar disso, esse decreto dava importância à produção de conhecimento científico na universidade, como se pode ver no artigo 1º transcrito abaixo:

Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade.

Está explícito o reconhecimento de que a pesquisa científica deve fazer parte do ensino superior. Nesse sentido, percebe-se uma convergência com a ideia de universidade defendida pelos membros da Academia Brasileira de

Ciências e da Associação Brasileira de Educação, bem como a defesa pela autonomia administrativa e didática para as universidades, conforme prevê o texto do artigo 9º deste decreto:

Art. 9º As universidades gozarão de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, didática e disciplinar, nos limites estabelecidos pelo presente decreto, sem prejuízo da personalidade jurídica que tenha ou possa ser atribuída pelos estatutos universitários a cada um dos institutos componentes da universidade.

- Decreto nº 19.852 de 11 de abril de 1931 - Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro

O projeto de Francisco Campos previa a criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras organizada em três seções, sendo uma seção especialmente de Ciências, a qual compreenderia o estudo da matemática, física, química e ciências naturais, inclusive diplomando doutores nas respectivas áreas.

Entretanto, a despeito dessa legislação, no que diz respeito à pesquisa científica, à integração entre as faculdades, e à autonomia, nada foi modificado na URJ. As propostas de reorganização nunca chegaram a ser postas em prática. Na época, o "ideal de ciência como cultura, os benefícios econômicos e sociais da pesquisa científica, no curso [sic] e no longo prazo, são simplesmente ignorados, e a ideia de associar o ensino à pesquisa também não é reconhecida" (SCHWARTZMAN, 2015, p. 203).

Em 1934 Gustavo Capanema assumiu o MEC, dando continuidade ao sistema de educação existente. Porém, no âmbito municipal, um projeto inovador de ensino superior foi implementado no Rio de Janeiro, capital do Brasil na época, com a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) por intermédio do Decreto Municipal nº. 5.513, de 4 de abril de 1935. Essa universidade foi "[u]m dos efeitos mais significativos do movimento liderado pela Associação Brasileira de Educação" (SCHWARTZMAN, 2015, p. 205), pois sua organização incluía a preocupação com a transmissão e produção da ciência, tanto que a Faculdade de Ciências foi a primeira a funcionar. "A nova

universidade estaria integrada por cinco escolas: ciências, educação, economia e direito, filosofia e letras, artes. A primeira (e única) a ser criada efetivamente foi a Faculdade de Ciências [...]” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 206).

O período em que a UDF esteve funcionando foi marcado por uma luta ideológica travada entre grupos de intelectuais brasileiros, sendo um grupo de esquerda, representado pelos liberais, e outro grupo de direita “conservadora, muito mais poderosa, personificada pela Igreja Católica” (SCHWARTZMAN, 2015, p. 206).

A proposta da UDF divergiu com os objetivos do governo federal até que foi fechada formalmente por Decreto presidencial, no início de 1939, e seus cursos e quadros de professores transferidos para a Universidade do Brasil. Corroborando essa interpretação dos fatos, Schwartzman afirma que:

A Universidade do Distrito Federal foi fechada porque ela se chocava, institucional e ideologicamente, com os planos do novo ministro da educação, Gustavo Capanema, de criar uma universidade nacional que se ajustasse ao projeto proposto alguns anos antes por Francisco Campos e que preenchesse os termos do acordo entre o regime de Getúlio Vargas [presidente na época] e a Igreja Católica, cujo cumprimento Capanema considerava sua responsabilidade (SCHWARTZMAN, 2015, p. 211).

De modo análogo à UDF, outra iniciativa inovadora em ensino superior foi a criação, em âmbito estadual, da Universidade de São Paulo (USP). Criada em 25 de janeiro de 1934 após a Revolução de 1932⁶, o objetivo desta universidade era provocar uma revolução científica a fim de “contribuir para o aperfeiçoamento do governo e a melhoria do país”. A USP reuniu a Escola Politécnica de São Paulo e a Superior de Agricultura, as Faculdade de Medicina e de Direito, e a de Farmácia e Odontologia, além de criar e integrar às demais a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

⁶ A Revolução Constitucionalista de 1932 ocorreu no estado de São Paulo, cujas oligarquias eram vistas como oposição ao Governo provisório de Getúlio Vargas, que nomeou vários interventores para este estado. Finalmente o interventor Armando de Salles Oliveira assumiu em 1933, apoiando a reorganização das elites políticas paulistas. Ele também foi responsável pela criação da Universidade de São Paulo (USP).

Fonte: CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **A Era Vargas dos anos 20 a 1945.** Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossie/AEraVargas1/aos30-37/RevConstitucionalista32>> Acesso em: 19 fev.2020.

Ainda na gestão do ministro Gustavo Capanema nasceu a Universidade do Brasil (UB), criada por Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, seguindo os moldes propostos pela Reforma Francisco Campos em 1931. Para Schwartzman,

O que houve de relevante na legislação de Francisco Campos foi o fato de que a sua concepção de uma universidade nacional em um sistema centralizado seria adotada alguns anos mais tarde, levando à extinção da Universidade do Distrito Federal, à criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [...] (SCHWARTZMAN, 2015, p. 205).

A UB foi criada para ser um modelo de universidade a nível nacional, seria mantida pela União e instalada no Distrito Federal (Rio de Janeiro). Como substituta da URJ, a UB incorporaria as escolas profissionais daquela, além de outras escolas de ensino superior já existentes, e seria composta por uma nova Faculdade, a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, que em 1939 passou a ser denominada Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). A FNFfi seria o locus da formação de professores secundários, e simultaneamente da pesquisa em ciência básica.

No entanto, o desenvolvimento da pesquisa científica e a formação de novos pesquisadores na UB somente começaram a crescer a partir da criação e o apoio de outras instituições científicas e de fomento, tais como o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), fundado em 1949 por físicos e matemáticos da FNFfi, o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), criado em 1951 pelo governo federal, e fundações privadas. Adiciona-se como fator importante para o avanço da pesquisa na UB, a obtenção de autonomia universitária concedida através do decreto-lei n. 8.393 de 17 de dezembro de 1945, mesmo que na prática esta autonomia tenha sido usufruída de forma “limitada”, conforme afirma Fávero (2010, p.85).

Partimos do pressuposto de que a autonomia universitária é inerente à própria essência da universidade, entendida como uma instituição dedicada a promover o avanço do saber, o espaço da invenção, da descoberta, da elaboração de teorias. Como lugar de pesquisa, de produção de conhecimento, a universidade é, ao mesmo tempo, espaço de socialização do saber, na medida em que divulga e dissemina o saber nela e

por ela produzido. Vista sob essa ótica, a autonomia não é um fim em si mesmo, mas condição necessária para a concretização dos fins da universidade. É uma exigência que se apoia no próprio ser dessa instituição (FÁVERO, 2010, p. 79).

Em 1946, a UB teve seu estatuto aprovado, pelo decreto n. 21.321 de 18 de junho. De acordo com o estatuto, faziam parte da UB as seguintes unidades de ensino:

1. Faculdade Nacional de Medicina
2. Faculdade Nacional de Direito
3. Faculdade Nacional de Odontologia
4. Faculdade Nacional de Filosofia
5. Faculdade Nacional de Arquitetura
6. Faculdade Nacional de Ciências Econômicas
7. Faculdade Nacional de Farmácia
8. Escola Nacional de Engenharia
9. Escola Nacional de Belas Artes
10. Escola Nacional de Música
11. Escola Nacional de Minas e Metalurgia
13. Escola Nacional de Educação Física e Desportos
14. Escola de Enfermagem Ana Néri

Além dessas unidades de ensino, compunham a UB os seguintes institutos especializados:

1. Instituto de Eletrotécnica
2. Instituto de Psicologia
3. Instituto de Psiquiatria
4. Instituto de Biofísica
5. Instituto de Puericultura
6. Instituto de Nutrição

Numa avaliação geral da realização da pesquisa científica na UB, esta foi tímida e dispersa, sendo os trabalhos desenvolvidos de forma isolada, por catedráticos em algumas unidades de ensino, os quais muito contribuíram com seus projetos de pesquisa. Uma exceção foi o trabalho desenvolvido no Instituto de Biofísica, criado por iniciativa de Carlos Chagas Filho já tendo em vista o desenvolvimento de pesquisa básica e a integração com o ensino. Não sendo a pesquisa, portanto, institucionalizada na universidade como um todo, e nem tendo apoio necessário de infraestrutura, recursos materiais, financeiros e de pessoal, os pesquisadores buscavam estrutura em outras instituições.

Enquanto na Universidade de São Paulo (USP) o trabalho dos pesquisadores encontrava apoio nas autoridades universitárias, o mesmo não ocorria na Universidade do Brasil, que não atribuía à FNFi e a outros institutos dotações necessárias para o aparelhamento dos laboratórios e das bibliotecas, bem como vencimentos adequados a seus professores, cujo enquadramento, de acordo com as normas do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), impedia a obtenção de salários equivalentes aos da USP (LOPES, 1969, p. 135 apud FÁVERO, 2010, p. 74).

Em 5 de novembro de 1965, por meio da Lei nº. 4.831, a Universidade do Brasil mudou de nome para Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tal lei dispõe que:

As universidades federais situadas nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura, passarão a denominar-se, respectivamente, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF). A partir dessa lei, a UB muda de denominação pela terceira vez, a contar da data de sua criação em 1920 (FÁVERO, 2010, p. 112).

Atualmente a UFRJ é uma autarquia subordinada ao MEC, parte integrante do Poder Executivo Federal. É uma instituição de referência para a produção científica no Brasil, além de ter reconhecimento internacional.

Quadro 2 – Cronologia dos marcos antecedentes à criação da FNFfi

ANO	FATOS RELEVANTES	
1920	Criação da URJ – Universidade do Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> ● Primeira universidade instituída pelo governo federal no Brasil ● Base: Decreto nº 11.530/1915 Reforma Carlos Maximiliano ● URJ incorporou as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro
1922	Transformação da Sociedade Brasileira de Ciências (1916) em Academia Brasileira de Ciências	<ul style="list-style-type: none"> ● Organizações impulsionadoras da renovação da ciência e da educação brasileira nos anos 1920
1924	Criação da Associação Brasileira de Educação	
1931	Reforma Francisco Campos	<ul style="list-style-type: none"> ● Criação do Conselho Nacional de Educação ● Estabelecimento dos Estatutos das Universidades Brasileiras ● Previsão de criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras
1935	Criação da Universidade do Distrito Federal (UDF)	<ul style="list-style-type: none"> ● Objetivo: produção e transmissão de ciência ● Marco na introdução da pesquisa científica no ensino superior no Brasil
1937	Criação da Universidade do Brasil (UB)	<ul style="list-style-type: none"> ● Criada para substituir a URJ ● Base na Reforma de Francisco Campos ● Modelo de Universidade nacional ● Previsão de criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
1939	Criação da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi)	<ul style="list-style-type: none"> ● Objetivo: ser o lócus da pesquisa científica na UB

Elaborado pela autora

1.3 A Trajetória da Faculdade Nacional de Filosofia - FNF*i*

A Faculdade Nacional de Filosofia (FNF*i*) foi criada pelo Decreto-Lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939. Para Fávero, um dos propósitos do governo foi absorver os cursos da UDF, pois antes da data de criação da FNF*i* o Presidente da República já havia autorizado a UB a assumir os cursos da UDF conforme detalhe abaixo:

Em 20 de janeiro de 1939, o Decreto nº 1.063, assinado por Vargas e Capanema, “transfere” os Cursos da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. De forma irônica e com expressões fortes, Raul Bittencourt, ex-professor da UDF e um dos transferidos para a FNF*i* diz ter sido então firmado “um acordo entre o Governo da União e a Prefeitura do Distrito Federal”: a Prefeitura extinguiria a Universidade – reorganizada alguns meses antes “com a autorização do Presidente” – e a União organizaria a Faculdade Nacional de Filosofia, como parte integrante da Universidade do Brasil. Como adverte o professor Bittencourt, “a palavra acordo era apenas um eufemismo oficial [...]” (FÁVERO, 2003, p. 112).

A FNF*i* foi estruturada sob o controle de um poder centralizador onde, inclusive os professores eram contratados diretamente pelo governo federal. Inicialmente, no regimento de 1940, o controle centralizado é refletido na estrutura acadêmico-administrativa, a qual foi composta por um Diretor, uma Congregação e um Conselho Técnico-Administrativo (CTA). Em 1946, com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, o regimento foi alterado extinguindo o CTA, criando o Conselho Departamental, o cargo de Vice-Diretor e ampliando os poderes da Congregação. A Congregação possuía o poder de decisão na FNF*i*. No entanto “[é] sabido que as decisões tomadas nos órgãos colegiados não se revestem apenas de caráter acadêmico e técnico: há, também, o aspecto político” (FÁVERO, 2003, p. 112).

De acordo com o Decreto nº 1.190 de 4 de abril de 1939 artigo 2º e artigo 5º, a FNF*i* foi composta por 4 seções principais: Filosofia; Letras; Pedagogia; e Ciências, sendo essa última seção integrada por 6 cursos; a) curso de matemática; b) curso de física; c) curso de química; d) curso de história natural; e) curso de geografia e história; f) curso de ciências sociais.

Com o novo regimento, em 1946, houve uma reorganização administrativa, e as seções transformaram-se nos departamentos de Filosofia, Matemática, Física, Química, História Natural, História e Geografia, Ciências Sociais, Letras e Pedagogia.

No que se refere à produção científica, “[a]nalisando a trajetória dessa Faculdade, constatamos que, apesar de todas as dificuldades, a pesquisa começa a se fazer presente na FNFi, desde 1940, na Seção de Ciências” (FÁVERO, 2003, p.116). A pesquisa avança ao longo dos anos com a contribuição de professores nacionais e estrangeiros em várias áreas do conhecimento, comprometidos em tornar a FNFi “um espaço de transformação da realidade brasileira” (FÁVERO, 2003, p.127).

Com o objetivo de transformar a FNFi em núcleo de pesquisa científica, o ministro da Educação Gustavo Capanema optou por contratar professores estrangeiros, seguindo a mesma estratégia utilizada na Faculdade Nacional de Filosofia criada em São Paulo em 1934, assim como também na Faculdade de Ciências da Universidade do Distrito Federal criada em 1935. Então contou com a consultoria do psicólogo e intelectual francês George Dumas (1866-1946)⁷, no campo das ideias sobre a educação superior no Brasil e na escolha de professores franceses. Dumas também tinha atuado nas ações de criação da USP em 1934. Segundo Marieta de Moraes Ferreira (2005), uma das razões para o convite a Dumas se deve ao fato de que historicamente, a França tinha presença marcante nas relações culturais e educacionais com o Brasil desde o século XIX, quando foi criada a Aliança Francesa em 1896.

Dumas, na verdade era o representante da cultura francesa no Brasil desde que chegou em 1908 para promover o intercâmbio entre França e a América Latina, através de um grupo criado pela Universidade de Paris⁸ com

⁷ **Georges Dumas (1866-1946)**. Médico psiquiatra, filósofo e doutor em Letras, professor da Faculdade de Paris. Em 1908 chegou ao Brasil representando a França em intercâmbio cultural. Aqui organizou cursos e palestras e fundou a Aliança Universitária Latina no Rio de Janeiro. Foi consultor intelectual na criação da USP (1934) e da UB (1937). Nos anos 1930 se tornou conselheiro do ministro Gustavo Capanema e de Getúlio Vargas nos assuntos relacionados às implementações de política educacional.

⁸ A Universidade de Paris criou o Groupement des Universités et des Grandes Écoles de France pour les relations avec Amérique Latine, com o objetivo de promover o intercâmbio acadêmico entre a França e a América Latina (FERREIRA, 2005, p. 227).

esse objetivo. Em 1922, participou da fundação do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, na Universidade do Rio de Janeiro (PETITJEAN, 1996, p. 98).

A participação de Dumas na política cultural brasileira durante a década de 1930 foi intensa, ao ponto de que sua opinião era solicitada nos assuntos relacionados à educação, tornando-se dessa forma, um conselheiro do ministro Capanema e do presidente Vargas (CONSOLIM, 2017, p. 13). Na opinião de Dumas, deveriam existir cursos superiores de Filosofia, História e Literatura. Segundo a socióloga Marcia Cristina Consolim,

Tudo indica que Capanema aceitou seus conselhos: em seguida a tal documentação encontram-se vários rascunhos com nomes de professores franceses, por área/disciplina, que Dumas pretendia indicar para as missões universitárias tão logo se confirmasse o projeto da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. (CONSOLIM, 2017, p. 14)

O papel dos professores estrangeiros no desenvolvimento científico no Brasil durante a década de 1930, com o apoio do Estado, foi fundamental para a formação de pesquisadores brasileiros, os quais adquiriram com o tempo, prestígio e reconhecimento nacional e internacional e contribuíram para a formação de uma comunidade científica robusta no Brasil. “Em sua maior parte, a ciência contemporânea brasileira tem raízes nas tradições científicas e nas instituições criadas e fortalecidas durante o período de transição da década de 1930” (SCHWARTZMAN, 2001, p.180). Os pesquisadores estrangeiros formaram discípulos e estes multiplicaram seu aprendizado, e finalmente, ambos tiveram importante participação no “fazer ciência no Brasil”, contribuindo para o fortalecimento da pesquisa científica brasileira.

Vale ressaltar a influência de algumas figuras emblemáticas na formação do campo científico brasileiro na área da Física como: Gleb Wataghin (1899-1986)⁹, russo naturalizado italiano, o qual de acordo com Schwartzman (2001, p. 200, 209), deu início às pesquisas físicas no Brasil, especificamente na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. No Rio de Janeiro, houve

⁹ **Gleb Wataghin (1899-1986)**. Físico nascido em Odessa na Rússia, mas naturalizado italiano, com Doutorado em Física pela Universidade de Turim em 1924. Iniciou os trabalhos em Física moderna no Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo após ser contratado, em 1934.

a presença notória de Bernhard Gross (1905-2002)¹⁰ e Joaquim da Costa Ribeiro (1906-1960)¹¹. Também Luigi Sobrero (1909-1979), físico de origem italiana, teve uma curta passagem pela FNFi. Já Gross, alemão que havia chegado ao Brasil em 1933, por ocasião da criação da UDF, trabalhava no Instituto Nacional de Tecnologia (INT). Costa Ribeiro, brasileiro e seu assistente na UDF, era formado em Engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde chegou a ser livre docente. Plínio Sussekind da Rocha (1911-1972)¹² também foi assistente de Gross na UDF. “Quando em 1939 a Universidade do Distrito Federal foi fechada, todo o grupo se transferiu para a Faculdade Nacional de Filosofia” (SCHWARTZMAN, 2001, p. 211).

Fizeram parte das primeiras turmas do curso de Física da FNFi pesquisadores que marcaram a história da Física no Brasil, como José Leite Lopes (1918-2006)¹³, Jayme Tiomno (1920-2011)¹⁴, e Elisa Frota-Pessôa (1921-2018)¹⁵. Conforme ressalta Fávero (2010, p. 71-72), foi ainda na FNFi

¹⁰ **Bernhard Gross (1905-2002)**. Físico alemão, nasceu em Stuttgart. Formado em Engenharia na Escola de mesmo nome, veio para o Brasil em 1933. Chegando ao Rio de Janeiro, deu sua grande contribuição à pesquisa científica na área da Física atuando no Instituto Nacional de Tecnologia, no Instituto de Biofísica em Manguinhos, assim como na Universidade do Distrito Federal e na Faculdade Nacional de Filosofia da UB.

¹¹ **Joaquim da Costa Ribeiro (1906-1960)**. Físico brasileiro, descobridor do efeito termodielétrico e um dos pioneiros da Física da Matéria Condensada e de Materiais no Brasil. Atuou como catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia e foi o primeiro diretor científico do CNPq.

¹² **Plínio Sussekind da Rocha (1911-1972)**. Físico brasileiro, nascido no Rio de Janeiro em 22 de dezembro de 1911, foi professor de Mecânica Racional, Mecânica Celeste e Física Matemática na Faculdade Nacional de Filosofia.

¹³ **José Leite Lopes (1918-2006)**. Físico brasileiro, especializado em Física teórica. Nasceu em Pernambuco onde se formou em Química, mas veio para o Rio de Janeiro e se formou em Física pela FNFi, onde foi influenciado pelo matemático Gabriel Mammana e pelo físico Luigi Sobrero, de quem foi assistente, embora nunca tenha sido nomeado oficialmente pela reitoria da UB. Seguiu a carreira de físico ao longo de sua vida. Após se formar trabalhou com Gleb Wataghin e Mário Schenberg em São Paulo, recebeu bolsa de estudo para se especializar na Universidade de Princeton nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, foi catedrático da cadeira de Física Teórica na FNFi, e um dos fundadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF).

¹⁴ **Jayme Tiomno (1920-2011)**. Físico brasileiro, formado em Física pela FNFi, foi aluno de Luigi Sobrero, assistente de Costa Ribeiro, fez Doutorado na Universidade de Princeton. Tiomno, assim como Leite Lopes, Schenberg, e outros pesquisadores foram aposentados compulsoriamente pelo AI-5 em 1968, na época da ditadura militar. Em 1970 Tiomno saiu do Brasil para ser professor na Universidade de Princeton. Ao retornar ao Brasil, foi ser professor na PUC/RJ, em 1973, após a interferência do papa Paulo VI, pois ele estava proibido de voltar a atuar em universidade pública ou privada no Brasil. Contudo, em 1980, após a aprovação da Lei de anistia, ele voltou para o CBPF. Sua trajetória científica foi marcada por seu brilhantismo intelectual, reconhecido no Brasil e no exterior. Foi professor da FNFi e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), do qual também foi fundador.

¹⁵ **Elisa Frota-Pessôa (1921-2018)**. Física brasileira, nascida no Rio de Janeiro, se formou em Física na FNFi no início dos anos 1940, onde foi assistente de Joaquim Costa Ribeiro. Elisa foi

que as pesquisas em física nuclear teórica se iniciaram no Brasil, tendo a primeira cátedra de física nuclear sido criada e oferecida ao físico brasileiro César Lattes (1924-2005)¹⁶. Vale destacar que, apesar de apenas esses físicos serem mencionados neste trabalho, muitos outros, que igualmente passaram pela FNFi, e cujos nomes não foram citados, igualmente contribuíram para o desenvolvimento da Física no país.

A Matemática na FNFi também contratou professores estrangeiros, no caso, italianos, como Gabrielle Mammana (1893-1942), de análise matemática, e Achille Bassi (1907-2014), de geometria. Mammana, assim como Sobrero, permaneceram no Brasil apenas até o país entrar na 2ª Guerra Mundial, em 1942, e não chegaram a exercer a mesma influência que Wataghin na USP ou Gross, na FNFi (SILVA, 2002, p. 107, 113). Fávero (2010, p. 72-73) destaca também a influência do professor Antônio Aniceto Monteiro (1907-1980), de nacionalidade portuguesa, o qual teve importante participação no Departamento de Matemática estimulando outros professores e atraindo alunos para a pesquisa. Leopoldo Nachbin¹⁷ (1922-1993), foi um dos primeiros alunos

uma das primeiras físicas brasileiras, quebrando o tabu de seguir uma carreira vista como masculina e abrindo caminho para outras mulheres. Após se formar, trabalhou com Wataghin e Marcelo Damy em São Paulo, participou da fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), do qual foi professora e pesquisadora. Foi casada com Jaime Tiomno de 1951 até 2011, quando este faleceu. Também trabalhou na Inglaterra, no London University College, de 1958-1959. Quando voltou ao Brasil assumiu a cátedra de Física Geral e Experimental na FNFi, cargo que ficou vago com a morte de Costa Ribeiro em 1960. Na época da ditadura militar, o diretor da FNFi, Eremildo Vianna, fez denúncia contra ela, Tiomno e outros professores da FNFi. Após um período atuando como professora e pesquisadora na Universidade de Brasília (UNB), a qual foi fechada, Elisa foi trabalhar em um Instituto de pesquisa na Itália. Retornou ao Brasil em 1967, mas pouco depois o AI-5 puniu-a com a aposentadoria compulsória.

¹⁶ **César Lattes (1924-2005)**. Físico brasileiro, nasceu em Curitiba, e se formou em Física, no Instituto de Física da USP. Foi docente em várias universidades no Brasil e no exterior, onde trabalhou com Gleb Wataghin, Mário Schenberg e Marcelo Damy. Implantou o Instituto de Física da UNICAMP, fundou o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), participou da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em sua carreira científica, alcançou prestígio nacional e internacional, quando, em 1947, aos 23 anos de idade, participou da equipe que descobriu as partículas elementares do méson- π . Tal descoberta despertou o interesse de institutos de pesquisa do mundo inteiro e até abriu a oportunidade a Lattes de concorrer ao Prêmio Nobel de Física em 1949. Embora tenha sido pesquisador em vários países, Lattes preferiu ficar no Brasil.

¹⁷ **Leopoldo Nachbin (1922-1993)**. Matemático brasileiro reconhecido no Brasil e no exterior, nasceu em Pernambuco, e se formou em Engenharia civil pela Escola Nacional de Engenharia da UB. Após estar formado, Nachbin frequentou o ambiente de pesquisa científica no Departamento de Matemática da FNFi, onde conviveu com os professores italianos Gabrielle Mammana e Luigi Sobrero e o matemático português Antonio Aniceto Monteiro, que muito o incentivou em relação à pesquisa e a publicar seu primeiro trabalho científico. Foi docente do Instituto de Matemática da UFRJ, um dos fundadores do Núcleo Técnico Científico de

a se graduar em matemática na FNFi, e apesar de nunca ter sido admitido nessa faculdade, tornou-se um dos maiores matemáticos brasileiros.

A despeito da importância da FNFi, a pesquisa no Rio de Janeiro não era concentrada apenas nessa instituição. Conforme observado por Fávero (2010, p. 68-70), existiram iniciativas de pesquisas científicas de relevância na UB fora da FNFi, como por exemplo, no Instituto de Biofísica, criado em 1946 para abrigar o trabalho de Carlos Chagas Filho (1910-2000)¹⁸, o qual desenvolvia pesquisa na Faculdade Nacional de Medicina, onde era catedrático. Além disso, a mobilização de grupos de cientistas brasileiros para a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) em 1951, como órgão do governo federal, com o objetivo de financiar projetos de pesquisa em ciência e tecnologia, estimulou o fortalecimento desses primeiros grupos de pesquisa e o surgimento de outras instituições fora da UB. O primeiro diretor científico do CNPq foi o físico brasileiro Joaquim Ribeiro da Costa. No mesmo período houve a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), em 1949, com finalidade de desenvolver pesquisa no campo da física, tendo entre seus fundadores os cientistas César Lattes e José Leite Lopes. Outra importante instituição criada na época foi o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), em 1952, tendo como seu diretor Lélío Gama (1892-1981)¹⁹, professor de matemática na FNFi, desde a sua criação até 1966.

Matemática (NTCM) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), também um dos fundadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), e ainda do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).

¹⁸ **Carlos Chagas Filho (1910-2000)**. Se formou em medicina em 1931, pela Faculdade de Medicina da URJ, fez especialização em 1934 no Curso de Aplicação do Instituto Oswaldo Cruz; na sequência, tornou-se pesquisador da Seção de Físico-Química e professor de Física, Matemática e Físico-Química do mesmo curso. Em 1937 fez concurso e passou a ser catedrático da cadeira de Física-Biológica da Faculdade de Medicina da UB e se desligou do Instituto Oswaldo Cruz. Em 1938 criou o Laboratório de Biofísica da UB, o qual em 1945 foi transformado em Instituto de Biofísica. Em sua carreira como professor e pesquisador, Chagas Filho teve projeção nacional e internacional; foi presidente da Academia Brasileira de Ciências, um dos idealizadores e membro do CNPq, atuou na UNESCO e na Academia Pontifícia do Vaticano. Foi membro fundador da Sociedade Brasileira de História da Ciência.

¹⁹ **Lélío Itapuambyra Gama (1892-1981)**. Matemático e Astrônomo. Nasceu no Rio de Janeiro, onde obteve diploma de Engenheiro Geógrafo (1914) e de Engenheiro Civil (1918) pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira de astrônomo a partir de sua admissão no Observatório Nacional em 1917, onde atuou em várias funções, chegando a assumir o cargo de direção de 1951-1967. Foi professor de matemática na UDF, na Escola Politécnica e depois na Escola Nacional de Engenharia da UB; a partir de 1937 assumiu a cátedra de Mecânica Racional também na ENE. Foi professor catedrático de matemática na FNFi. Foi um dos fundadores e diretor do Núcleo Técnico Científico de Matemática (NTCM) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), membro do Conselho Deliberativo do CNPq e também um dos fundadores,

Assim, ao longo da década de 1950, o eixo de produção de conhecimento científico no Rio de Janeiro deslocou-se da FNFi em direção aos novos institutos de pesquisa. Acompanhando a avaliação de Antonio Paim sobre a atuação da FNFi e das universidades brasileiras nesse período, Fávero afirma que “(...) o impulso original que a pesquisa científica veio alcançar entre 1935 e 1945 leva a uma grande frustração na década de 50” (PAIM, 1982, p. 80, apud FÁVERO, 2006, p. 28). Segundo essa autora, ao final dos anos 50, começaram a ganhar impulso movimentos de reivindicação por reformas nas universidades brasileiras, simultaneamente ao desenvolvimento industrial e às transformações sociais, culturais e econômicas do período. De início estes movimentos estavam limitados ao mundo acadêmico e científico, mas depois ganharam repercussão na sociedade, com a tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (aprovada em 1961).

Na análise do contexto que levou à Reforma Universitária de 1968 e à fragmentação da FNFi existem duas vertentes explicativas: uma delas prioriza a questão da modernização e reestruturação organizacional, a outra prioriza a repressão aos movimentos políticos dos anos 1960, e particularmente ao movimento estudantil, muito forte na FNFi (CUNHA, 2019).

Na visão organizacional, a ideia é que o modelo de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) enquanto integradora das atividades de pesquisa nas universidades, adotado na década de 1930, não se mostrava mais adequado nos anos 1950, devido à expansão dos corpos docente e discente e ao surgimento de novas especializações nas áreas científicas. A FNFi era considerada imensa, congregava muitos cursos, parecia até uma universidade. Em termos de gestão, era complexo gerir uma estrutura tão grande em extensão e ao mesmo tempo engessada burocraticamente, amarrada a um poder centralizador. Faltava liberdade de decisão administrativa, didática e financeira, a tão desejada autonomia universitária. Apenas uma maior descentralização permitiria o investimento dos recursos necessários ao desenvolvimento de pesquisa. Segundo Luiz Antonio Cunha

diretor e professor do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), desde a fundação em 1952 até 1966.

(2019) essa visão, compartilhada por diversos professores da FNFi, culminaria no planejamento dos novos campi universitários da UB e da USP, e na criação da Universidade de Brasília (UnB).

A concretização urbanística do fracionamento das FFCLs [e da FNFi] estava sintonizada com a modernização do ensino superior na direção do modelo norte-americano. Desde os anos 1940, esse processo ganhou terreno no Brasil lenta, mas solidamente, e culminou na Universidade de Brasília, cuja criação foi proposta ao Congresso Nacional pelo presidente Juscelino Kubitschek no dia da inauguração da nova capital. As linhas gerais da instituição foram traçadas por uma comissão nomeada pelo ministro da Educação Clovis Salgado, integrada por Pedro Calmon, reitor da UFRJ; João Christovão Cardoso, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq); Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); Ernesto Luiz de Oliveira Junior, presidente da COSUPI; Almir de Castro, diretor de programas da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Darcy Ribeiro, professor de Antropologia da FNFi, naquele momento coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE). Dos seis, apenas Almir de Castro não era docente da UFRJ. Ou seja: importantes professores dessa universidade, parte deles com postos no MEC, projetaram uma instituição sem FFCL (CUNHA, 2019, p. 19).

Também Fávero considera o caráter inovador da UnB na história do ensino superior no Brasil:

O movimento pela modernização do ensino superior no Brasil, embora se faça sentir a partir de então [final da década de 1950], vai atingir seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB). Instituída por meio da Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, a UnB surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30 (FÁVERO, 2006, p. 29).

Para esta autora, contudo, “a participação do movimento estudantil [nas discussões sobre a necessidade de modernização das universidades] se dá de forma muito densa, o que torna difícil analisar a história do movimento da Reforma Universitária no Brasil sem que seja levada em conta essa participação (FÁVERO, 2006, p. 29). Assim, segundo Cunha, Fávero seria uma

das principais vozes da vertente historiográfica que explica a fragmentação da FNFi pelo viés da repressão política por parte do governo.

Embora reconheça que a discussão sobre a necessidade de desmembramento da FNFi remonte à década de 1940, a historiadora Ana Lúcia Cunha Fernandes (2011) compartilha da perspectiva de Fávero. Fernandes realizou um trabalho sobre a atuação do movimento estudantil no Rio de Janeiro no âmbito da FNFi e segundo ela, alguns entrevistados acreditam que o desmembramento dessa faculdade foi uma ação com objetivo de enfraquecer ou acabar com o movimento.

A justificativa “oficial” para o encerramento dava conta do crescimento desordenado da Faculdade e de sua estrutura que congregava diversos cursos ter-se tornado obsoleta. Entretanto, não será desprovida de sentido a ideia de que a dificuldade em gerir a Faculdade estivesse menos ligada ao tamanho da instituição do que a dinâmica demasiado democrática e interveniente alcançada por seus estudantes e professores progressistas (FERNANDES, 2011, p. 74).

Vinte e oito anos foi o tempo que durou a FNFi. “Esfacelada e fragmentada a partir de 1967, ela desaparece em 1968” (FÁVERO, 2003, p.126). A justificativa legal para a fragmentação da FNFi pode ser encontrada num documento de 1966, o qual norteou a Reforma Universitária de 1968. Este documento foi o

Decreto nº 53, de 18 de novembro de 1966, o qual fixa princípios e normas para a reestruturação das universidades federais, além de outras providências, tais como a de seu artigo 2º: “Nas universidades em que houver Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, esta sofrerá transformação” (FÁVERO, 2003, p. 125-126).

Complementando com maiores detalhes essa fragmentação, Cunha relata que a FNFi deu origem a 10 unidades acadêmicas, que reuniram outros docentes de áreas afins espalhados por toda a universidade. Assim, os departamentos de Química e Física fundiram-se com os institutos de pesquisas das respectivas especialidades, que já haviam sido criados (respectivamente em 1959 e 1964), e o de Matemática deu origem a um novo instituto. O Departamento de História Natural contribuiu para a formação do Instituto de

Biologia. A Geografia, separada da História, saiu da área de Humanas e foi deslocada para a de Ciências da Natureza, no Instituto de Geociências (que agregou também os cursos de Astronomia, Geologia e Meteorologia, mais recentes). Os departamentos de Filosofia, História e Ciências Sociais fundiram-se com o Instituto de Ciências Sociais, criado em 1958, dando origem ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS). O Departamento de Letras gerou a Faculdade de Letras, os de Pedagogia e de Jornalismo (também recentes), resultaram na Faculdade de Educação e na Escola de Comunicação. Finalmente, o departamento de Psicologia incorporou-se ao Instituto de Psicologia, criado em 1944, proveniente da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro.

A extinção da FNFi em si ocorreu em cumprimento ao Decreto n. 60.455-A de 13 de março de 1967, que reestruturou a UFRJ. Posteriormente, a Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 estabeleceu as novas normas de organização e funcionamento para todas as universidades brasileiras, coroando a chamada Reforma Universitária dos anos 60, que, entre outras medidas, estabeleceu os departamentos como unidades de realização e integração do ensino e da pesquisa universitários.

Extinta em 1968, ela [FNFi] continua presente na memória daqueles que a produziram e vivenciaram, assim como, diretamente, através de unidades da UFRJ, que nela têm suas origens: Escola de Comunicação, Faculdade de Educação, Faculdade de Letras, Instituto de Biologia, Instituto de Física, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de Geociências, Instituto de Matemática e Instituto de Química (FÁVERO, 2008, p. 222).

Quadro 3 – Reitores da Universidade do Brasil - UB e diretores da Faculdade Nacional de Filosofia - FNFfi (1939 – 1968)

REITORES DA UB	PERÍODO	DIRETORES DA FNFfi	PERÍODO
Raul Leitão da Cunha ²⁰	1937-1945	Raul Leitão da Cunha	1940-1941
		Francisco Clementino de San Tiago Dantas ²¹	1941-1945
Ignácio Manuel Azevedo do Amaral ²²	1945-1948	Antonio Arruda Carneiro Leão ²³	1945-1957
Pedro Calmon Muniz de Bittencourt ²⁴	1948-1950		

²⁰ **Raul Leitão da Cunha (1881-1947)**. Nasceu no Rio de Janeiro em 1881, formou-se em medicina em 1903 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, especializando-se em anatomia patológica na Europa. Cunha aliou a carreira profissional como médico à carreira política e à atuação na área de educação. Assumiu os cargos de diretor da Faculdade Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, foi membro do Conselho Nacional de Educação, reitor da Universidade do Brasil, e diretor da Faculdade Nacional de Filosofia.

Fonte: CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário histórico biográfico brasileiro (DHBB)**. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cunha-raul-leitao-da>> Acesso em: 08 mar. 2020.

²¹ **Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964)**. Advogado, político e professor. Nasceu no Rio de Janeiro, onde se formou em Direito pela URJ. Em 1938 passou a ser professor catedrático da Faculdade de Arquitetura da UB, e em 1939 assumiu a cátedra de Direito civil da Faculdade Nacional de Direito da UB. Em 1955 retornou à vida político-partidária e foi eleito deputado federal.

Fonte: CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário histórico biográfico brasileiro (DHBB)**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-clementino-de-san-tiago-dantas> Acesso em: 13 abr. 2020.

²² **Ignacio Manuel Azevedo do Amaral (1883-1950)**. Natural do Rio de Janeiro, formado como oficial de Marinha pela Escola Naval do Rio de Janeiro, seguiu carreira militar paralelamente à sua atuação didática, como professor do Colégio Pedro II, da Escola Normal do Distrito Federal, da Escola Naval, e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde tornou-se catedrático em Geometria analítica e Cálculo infinitesimal, em 1926. Foi diretor do Escritório do Plano da Universidade do Brasil a partir de 1935, e, depois de sua criação, diretor da Escola Nacional de Engenharia, de 1942 a 1945. Entre 1939 e 1941, presidiu a Academia Brasileira de Ciências.

Fonte: CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionário histórico biográfico brasileiro (DHBB)**. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/inacio-manuel-azevedo-do-amaral>> Acesso em: 08 mar. 2020.

²³ **Antonio Arruda Carneiro Leão (1887-1966)**. Educador brasileiro, nasceu em Recife, formou-se em Direito e fez doutorado em Filosofia. Veio para o Rio de Janeiro em 1916, e nessa cidade inicialmente trabalhou como advogado, jornalista e professor em vários estabelecimentos de ensino, como o Colégio Pedro II, a UDF, e a FNFfi, onde foi catedrático de Administração Escolar e Educação Comparada. Foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924 e também seu presidente, de 1924-1925. Foi diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais, presidente e membro de várias academias e associações nacionais e internacionais, além de imortal da Academia Brasileira de Letras.

Deolindo Augusto de Nunes Couto ²⁵	1950-1951		
Pedro Calmon Muniz de Bittencourt	1951-1966	Eremildo Luiz Vianna ²⁶	1957-1963
Clementino Fraga Filho ²⁷	1966-1967	José de Faria Goes Sobrinho ²⁸	1964
Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão ²⁹	1967-1969	Eremildo Luiz Vianna	1964-1968

Elaborado pela autora

²⁴ **Pedro Calmon Muniz de Bittencourt (1902-1985)**. Nasceu na Bahia em 1902. Formado em Direito, fez carreira na política e na área da cultura e educação. Sua participação na UB começou como livre docente da Faculdade de Direito, em 1934, depois catedrático de Direito público constitucional e diretor dessa mesma Faculdade, até assumir o cargo de reitor, em 1948. Com uma breve interrupção (entre 1950 e 1951, quando assumiu o MEC), permaneceu nesse cargo até 1966.

Fonte: CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **O Governo de Juscelino Kubitschek**. Disponível em: <https://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/pedro_calmon/> Acesso em: 16 mar. 2020.

²⁵ **Deolindo Augusto de Nunes Couto (1902-1992)**. Nasceu em Teresina, no Piauí. Foi médico especializado em Neurologia, livre-docente de Clínica Médica e de Neurologia na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na Escola de Medicina e Cirurgia e na Faculdade Fluminense de Medicina. Foi presidente da Academia Nacional de Medicina, e também do Conselho Federal de Educação. Foi membro da Academia Brasileira de Letras,

²⁶ **Eremildo Luiz Vianna (1913-1998)**. Foi professor catedrático de História Antiga e Medieval da FNF i desde 1946, e seu diretor entre 1957 e 1963 e 1964 a 1968. Em 1961, quando a Associação Nacional de Professores de História (ANPUH) foi criada, tornou-se seu primeiro presidente. Em 1965, quando o curso de História da FNF i foi transferido para o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), tornou-se diretor do mesmo, durante quase todo o período da ditadura militar. Logo após o golpe de 1964, ficou conhecido extramuros por ter invadido a Rádio MEC, então presidida pela professora de História Maria Yedda Linhares, acompanhado de 10 homens armados, e por ter entregue ao governo uma lista de 44 professores da FNF i, sob a acusação de comunismo e subversão. Foi presidente da Rádio MEC entre 1964 e 1969.

Fonte: FERREIRA, 2012.

²⁷ **Clementino Fraga Filho (1917-2016)**. Nasceu em Salvador, Bahia. Formou-se em Medicina pela Faculdade Nacional de Medicina da UB, onde foi livre docente e também catedrático. Foi diretor do Instituto de Nutrição e reitor da UB, e em 1974 foi diretor da Faculdade de Medicina da UFRJ. Foi presidente da Associação Brasileira de Educação Médica e membro de várias instituições nacionais e internacionais.

²⁸ **José de Faria Goes Sobrinho (1902-?)**. Nasceu na Bahia, foi médico, professor e escritor. Foi membro da Associação Brasileira de Educação, da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia, e da Sociedade Brasileira de Estatística. Foi um dos formuladores da proposta de criação da Faculdade de Educação da UFRJ nas discussões sobre a Reforma Universitária de 1968.

²⁹ **Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão (1912-2001)**. Médico, nasceu no Rio de Janeiro, onde se formou pela Faculdade de Medicina da URJ. Foi livre docente e catedrático na Escola Nacional de Química, diretor da Faculdade de Ciências Biológicas e da Escola de Química da UFRJ, decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), e finalmente reitor dessa universidade.

1.4 O Ensino da Astronomia na FNFi

A formação de pesquisadores em Astronomia e não somente de engenheiros ou oficiais da marinha capazes de fazer levantamentos geodésicos usando os conhecimentos astronômicos como ferramenta em aplicações práticas, já preocupava Emmanuel Liais³⁰ na década de 1870 (CAMPOS, 2014, p. 290).

O ensino superior de Astronomia no Brasil teve caráter militar desde que foi instituído, com a criação da Academia Real Militar, em 1810, até 1874, quando houve a separação entre a Escola Militar (originária da Academia) e a Escola Politécnica. Mesmo nesta última era um ensino voltado para fins utilitários, para atender às necessidades de formação profissional, sendo cadeira integrante do currículo do curso de engenheiros. Formar engenheiros era o objetivo, não existindo a institucionalização de pesquisa.

Por outro lado, desde a criação do Imperial Observatório Astronômico do Rio de Janeiro (IORJ), hoje Observatório Nacional (ON), em 1827, até 1871, quando sob a direção e por iniciativa de Emmanuel Liais (1826-1900) o IORJ se desligou da Escola Militar, as aulas práticas em Astronomia deveriam ser dadas nesta instituição (CAMPOS, 2014, p. 276; ROBERTY, 2004, p. 172). Por volta de 1848, o IORJ instalou-se no Morro do Castelo, onde permaneceu até 1921, quando foi transferido para sua atual sede, no Morro de São Januário (ARANY-PRADO; CAMPOS; MARTINS, 2008, p. 42-43).

Durante boa parte do século XIX, portanto, o Observatório tinha como objetivos suprir a prática em Astronomia necessária aos alunos da Escola Militar, e ainda publicar e divulgar as efemérides astronômicas, realizar observações astronômicas e meteorológicas rotineiras, determinar posições geográficas, e ajustar os cronômetros da Marinha. Só quando Liais assumiu a direção do IORJ foram implementadas atividades de pesquisa básica, com a publicação de trabalhos e o intercâmbio com a comunidade científica internacional, particularmente com a França. A partir de 1881, o Observatório

³⁰ **Emmanuel Liais (1826-1900)**. Astrônomo e meteorologista francês que veio ao Brasil para observar o eclipse solar de 1858, e permaneceu no país durante cerca de 17 anos. Foi diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro de 1871 a 1881, período em que empreendeu diversas reformas na instituição. De volta à França, assumiu o cargo de prefeito de sua cidade natal, Cherbourg, onde faleceu. Fundador da Sociedade de Ciências Naturais e Matemáticas de Cherbourg, em 1851. Fonte: BARBOZA, 1994.

passou a fazer a determinação e difusão da hora oficial à cidade (BARBOZA, 1994, p. 67-68). Assim, embora em alguns momentos de sua centenária história o Observatório tenha admitido alunos-astrônomos, que aprendiam, na prática, princípios científicos básicos, depois de seu desligamento da Escola Militar esta instituição nunca mais ofereceu cursos ou disciplinas visando a formação de astrônomos. Até meados do século passado, os profissionais que ali ingressavam, quando possuíam diploma de ensino superior, em geral eram formados em Escolas de Engenharia. Hoje, a exigência de diploma é obrigatória, mas os profissionais precisam fazer sua graduação, mesmo que em Astronomia, em outras instituições. A Pós-Graduação em Astronomia foi instituída no Observatório Nacional somente em 1973.

Em 1881 a Escola Politécnica criou seu próprio Observatório-Escola, situado no Morro de Santo Antônio, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Quando este morro foi demolido, o novo Observatório foi transferido para o Morro da Conceição, em 1921, onde está instalado atualmente, sob o nome de Observatório do Valongo da UFRJ.

De acordo com o astrônomo e historiador José Adolfo Campos (2014, p. 277, 278), a Escola Politécnica se preocupava com o aprendizado prático de disciplinas que envolvessem observações e experimentações e isso contribuiu para reforçar a necessidade de criação de um observatório, beneficiando assim, a cadeira de Astronomia, a qual era obrigatória apenas para engenheiro geógrafo e para bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas. A cadeira de Astronomia previa observações astronômicas e cálculos de astronomia prática, e já estava prevista no Estatuto da Escola Politécnica a criação de um observatório.

A história do ensino de Astronomia na Escola Politécnica (a qual daria origem à Escola de Engenharia da UB/UFRJ) está associada à história do Observatório do Valongo. Esta última, por sua vez, está associada ao 1º Astrônomo do IORJ, Manuel Pereira Reis³¹ (1837-1922), que se demitiu e

³¹ **Manuel Pereira Reis (1837-1922)**. Nasceu em Salvador, e formou-se em Engenharia e Ciências Físicas e Matemáticas na Escola Central, em 1872. Foi nomeado 1º astrônomo e vice-diretor do Imperial Observatório do Rio de Janeiro na gestão de Emmanuel Liais. Desligou-se do Observatório em 1878, e em 1879 ingressou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro como professor de Astronomia. Em 1881 criou o Observatório-Escola da Politécnica, do qual foi o primeiro diretor. Foi também professor de Desenho da Escola Naval.

passou a ser professor da Escola Politécnica a partir de 1879, tornando-se catedrático da cadeira de Astronomia em 1881, ano de criação do Observatório, no Morro de Santo Antônio. Reis foi o fundador do Observatório, juntamente com outros professores da Escola Politécnica, que doaram as construções e os instrumentos. Aposentado em 1912, foi substituído por seu ex-aluno Francisco Bhering³² (1867-1924), em 1913, o qual manteve as atividades no Observatório. Quando Bhering faleceu, em 1924, o matemático Manuel Amoroso Costa³³ (1885-1928), que era seu substituto, assumiu a cadeira de Astronomia na Escola de Engenharia, e a direção do Observatório. Após a morte inesperada de Amoroso Costa (em um acidente de avião), em 1928, o cargo ficou vago até 1930, quando o astrônomo Allyrio Hugueney de Mattos³⁴ (1889-1975), que era o substituto, realizou concurso e assumiu a cátedra. Mattos foi responsável pelo ensino da Astronomia na Escola de Engenharia de 1930 até 1956.

O Observatório na década de 1920 funcionou de maneira cada vez mais precária. O ensino da Astronomia era voltado para a formação de engenheiros, que aprendiam na prática a determinar posições geográficas, construir mapas cartográficos, projetos de cartografia geográfica e telegrafia. Para essas atividades, os instrumentos necessários eram portáteis e pequenos; assim, os maiores instrumentos, instalados no Observatório, eram pouco utilizados.

³² **Francisco Bhering (1867-1924)**. Nasceu em Minas Gerais, formou-se em Engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, especializando-se em Astronomia na França. Tornou-se professor de Astronomia na Escola Politécnica de São Paulo, da qual foi um dos primeiros professores, assim que essa foi criada, em 1894. Bhering teve forte atuação no Clube de Engenharia e na Sociedade de Geografia. Foi engenheiro da Divisão Geral dos Telégrafos, depois diretor da Repartição Geral dos Telégrafos. Em 1919 organizou uma escola de radiotelegrafia, que funcionava em anexo ao Observatório da Escola Politécnica, durante o período em que foi seu diretor (1913-1924). Foi catedrático da cadeira de Astronomia da EP.

³³ **Manuel Amoroso Costa (1885-1928)**. Nasceu no Rio de Janeiro, Formou-se em Engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1905 e especializou-se em Física e Matemática. Foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Ciências, em 1916. Na EP foi preparador da cadeira de Aplicações industriais da eletrotécnica, depois livre docente da cadeira de Astronomia e Geodésia. É considerado um dos pioneiros, no Brasil, na divulgação da Teoria da Relatividade, de Einstein.

³⁴ **Allyrio Carlos Hugueney de Mattos (1889-1975)**. Nasceu em Cuiabá, Mato Grosso. Formado em Engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1913, onde tornou-se professor a partir de 1914. Na área cartográfica, atuou em projetos no Conselho Nacional de Geografia, atual IBGE, o qual o homenageou em 1972 com o reconhecimento de cientista precursor de levantamentos geodésicos no Brasil. Foi chefe do Departamento de Engenharia Geográfica na UB. Na área de Astronomia, atuou no Observatório Nacional de 1917 a 1939, e como catedrático da cadeira de Astronomia e Geodésia da EP de 1930 até 1956.

Outro fator que contribuiu para o declínio do Observatório foi a mudança em 1921, do Morro de Santo Antônio para o Morro da Conceição, onde era a Chácara do Valongo. A transferência afetou o funcionamento do Observatório e a conservação dos instrumentos, e ocorreu efetivamente entre 1924 e 1926 (ROBERTY, 2004, p. 172; CAMPOS, 2014, p. 286). O pouco uso do Observatório do Valongo estava relacionado à distância; quando era no Morro de Santo Antônio ficava mais perto do local de aulas teóricas, os catedráticos responsáveis pela cadeira de Astronomia alegavam que as aulas práticas no Observatório tinham pouca frequência devido ao acesso ser difícil. Para Campos, “[a]pós a aposentadoria de Pereira Reis [em 1912], houve progressivo recuo nas atividades do Observatório até o seu praticamente desaparecimento do cenário nas décadas de 40-50” (CAMPOS, 2014, p. 283).

Na década de 1930 as aulas práticas se tornaram mais escassas, quem as ministrava eram os “preparadores” ou assistentes dos professores catedráticos. Em 1936 morreu o preparador-mor da Astronomia, Orozimbo Lincoln do Nascimento (1867-1936), o qual foi assistente da cadeira desde a época em que o catedrático era Francisco Bhering. “[C]om a morte dele, parou-se de usar o Observatório do Valongo, que caiu em completo abandono. [...] Até 1958, na área do Observatório, havia criação de porcos e galinhas” (ROBERTY, 2004, p. 173).

Com a aposentadoria de Mattos, em 1956, seu substituto Hugo Regis dos Reis (1914-1990) assumiu a cadeira de Astronomia na Escola de Engenharia. Durante o ano de 1957, as instalações do Observatório do Valongo, já abandonadas, foram cedidas ao Centro Brasileiro de Pesquisas Astrofísicas (CBPA), uma organização privada voltada à divulgação científica. A revitalização do Observatório só foi realizada após a criação do curso de graduação em Astronomia, em 1958, quando o reitor da universidade, Pedro Calmon, rescindiu o convênio com o CBPA e a Escola de Engenharia, então, cedeu o Observatório para o curso. Assim, a partir desse ano, as aulas teóricas eram ministradas na FNFi (no centro do Rio, na Av. Antonio Carlos) e as práticas no Observatório do Valongo, até a extinção da FNFi, em 1967.

Conforme nossa pesquisa, a questão da criação de um curso de Astronomia na FNFi consta em atas da Congregação. Na reunião de 18 de

outubro de 1957, foi pautado o assunto da implantação do curso de Astronomia em nível de graduação na FNFi. Em 29 de novembro de 1957, a Congregação levou a criação do curso de Astronomia à votação e o resultado, segundo a historiografia (CAMPOS, 2014, p. 291), foi unânime a favor. Nossa pesquisa, contudo, constatou que existia a oposição de um membro na referida reunião. O professor de física Sussekind da Rocha se posicionou contra a criação do curso, alegando que os alunos formados em Física e Matemática possuíam os conhecimentos necessários para exercerem a profissão de astrônomo. No entanto, o Diretor da FNFi na época, Eremildo Vianna, informou que estava incluída a verba de dois milhões de cruzeiros no orçamento da FNFi, visando a criação do curso. Foi constituída então uma comissão para elaborar o projeto de sua organização.

A criação do curso de Astronomia na FNFi foi apoiada pelo seu Diretor, professor Eremildo Vianna, e pelo professor João Christovão Cardoso (1903-1980), Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Na época o Senador Álvaro Adolfo elaborou emenda aprovada ao Orçamento da República, conseguindo os recursos necessários para a instalação do curso na FNFi (CAMPOS, 2014, p. 291).

Segundo Campos (2014, p. 294), alguns membros do campo da Astronomia defendiam que a formação nessa área deveria ser a nível de pós-graduação para os alunos que se formassem em Física, Matemática ou Engenharia. Devido à resistência desses membros em aceitar a graduação em Astronomia, as dificuldades para manter o curso aberto permaneceram por anos, até que em 1971, o professor Luiz Eduardo da Silva Machado (1927-1991)³⁵, na época chefe do Departamento de Astronomia e Diretor do Observatório do Valongo, decidiu avaliar a qualidade do ensino de Astronomia, confrontando-o com outras instituições. Então elaborou um questionário, anexou o currículo do curso e enviou a várias instituições de ensino e pesquisa

³⁵ **Luiz Eduardo da Silva Machado (1927 - 1991)**. Era astrônomo do ON quando foi cedido à FNFi, em 1959. "O professor Machado foi o grande batalhador e incentivador do curso e o principal responsável pela recuperação do Observatório da Escola [Politécnica] que, a partir de janeiro de 1967, se tornou unidade independente, integrante do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), com o nome de Observatório do Valongo" (CAMPOS, 2014, p. 293).

com reconhecimento internacional. O resultado foi bom e foi apresentado em uma publicação sobre “O ensino da [A]stronomia em nível de Graduação e sua adequação ao regime universitário brasileiro” (ARANY-PRADO; CAMPOS; MARTINS, 2008, p. 46).

Segundo o trabalho dos astrônomos José Adolfo Campos, Lilia I. Arany-Prado e Sílvia Lorenz Martins (ARANY-PRADO; CAMPOS; MARTINS, 2008, p. 44), a iniciativa de criação do curso de graduação em Astronomia partiu de Alécio Moreira Gomes (1915-1988) e Mário Ferreira Dias (1920-1987) que ingressaram na FNFi em 1957 após terem se desligado do Observatório Nacional.

Os professores Moreira Gomes e Ferreira Dias eram astrônomos do ON, sendo Alécio, também catedrático de Astronomia da Escola Naval. Segundo Campos, o que impulsionou esses dois astrônomos a proporem o curso de graduação teria sido sua percepção da existência de “um quadro de estagnação e decadência da ciência astronômica no Brasil, com ausência de pesquisadores [...]” (CAMPOS, 2014, p. 291). Antes de 1958, o ensino de Astronomia no Brasil se concentrava em servir como instrumento auxiliar na formação de profissionais da área de engenharia, com o fim de atender às demandas que necessitavam da aplicação de conhecimento astronômico.

O currículo inicial do curso da FNFi foi elaborado por uma Comissão de Astronomia, composta por Eremildo Vianna, Christóvão Cardoso, Leite Lopes e José Abdelhay (1917-1996), os três últimos professores, respectivamente, dos Departamentos de Química, Física e Matemática, consideradas as ciências de base na formação de um astrônomo. Desde sua criação, foram realizadas sucessivas reformas curriculares ao longo da existência do curso. Só nas décadas de 1960 e 1970, foram seis reformas: 1963, 1968, 1969, 1970, 1971, e 1975.

De acordo com Campos, Arany-Prado e Martins, (2008), as diversas reformas curriculares realizadas no curso sempre tiveram o objetivo de adequar-se ao desenvolvimento da Ciência Astronômica da época, e de formar profissionais astrônomos bem preparados para atuarem em diversas instituições.

O currículo do início do curso retratou a forte influência da Física e da Matemática, predominando a quantidade destas disciplinas sobre as de Astronomia, tendo esta uma carga horária nitidamente pequena. Segundo Campos (1995, p. 2), essa evidência estava relacionada às dificuldades de infraestrutura que o curso enfrentava, e ao estado de abandono do Observatório do Valongo, o qual só passou a ser usado para as aulas de Astronomia graças à revitalização empreendida após o ingresso de Machado como professor do curso, em 1959.

Analisando-se os currículos das sucessivas reformas ao longo do tempo, percebe-se que a cada reforma aumentou a carga horária de disciplinas da Astronomia, que chegou a ser superior à da Física na reforma de 1975. O grande número de disciplinas, contudo, e o surgimento das pós-graduações em Astronomia no Brasil, obrigaram a uma ampla reforma do currículo em 1984, visando “enxugar” o curso. Nas palavras da astrônoma Heloisa Boechat-Roberty (2004), “nosso curso sofreu uma reforma curricular muito radical. Os alunos passaram a ter mais física e mais matemática, ficaram mais bem preparados e começaram a sair e a procurar a pós-graduação que estava começando a existir” (ROBERTY, 2004, p.175). Assim, “um dos principais objetivos dessa reforma foi o de preparar os alunos a ingressarem nas pós-graduações em astronomia e astrofísica que se consolidavam no Brasil” (ARANY-PRADO; CAMPOS; MARTINS, 2008, p. 50).

Segundo Campos (1995, p. 2-4), tomando por base as reformas curriculares empreendidas no curso de Astronomia da FNFi, este atravessou 3 fases: a primeira fase, de implantação, de 1958 a 1962; segunda fase, de 1963 a 1967, corresponde a um predomínio das disciplinas da Astronomia; e a terceira fase, de 1968 até os dias atuais, representa a maturidade e reconhecimento alcançados, vencidas as dificuldades e resistências iniciais.

Uma reestruturação organizacional significativa aconteceu em 1967, na época em que a FNFi foi desmembrada e seus cursos distribuídos por várias unidades na estrutura da UFRJ. Já o Decreto-Lei nº 53 de 18 de novembro de 1966, o qual fixou princípios e normas de organização para as universidades federais, previa, em seu artigo 2º item II, que o ensino e a pesquisa básicos fossem concentrados em unidades. No item III, dizia que o ensino de formação

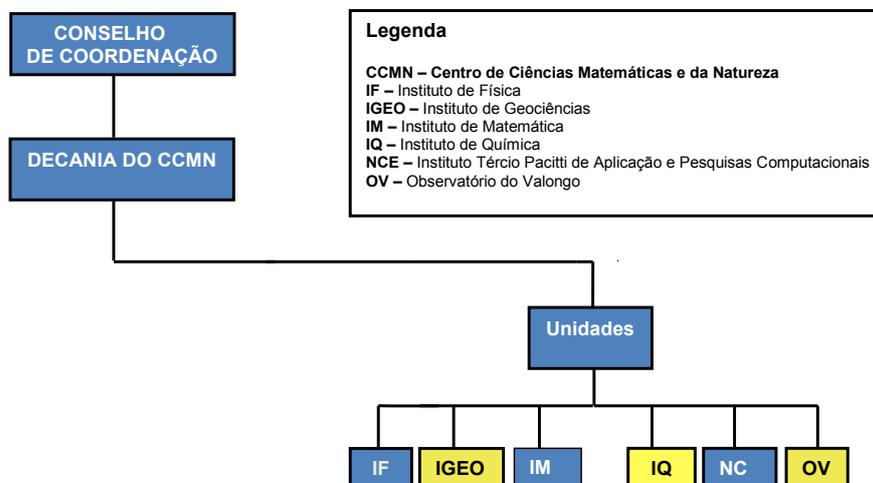
profissional e a pesquisa aplicada fossem feitos também em unidades próprias, sendo uma para cada área ou conjunto de áreas profissionais afins dentre as que se incluíssem no plano da Universidade. No artigo 4º fixava que as unidades existentes ou parte delas que atuassem em um mesmo campo de estudo formassem uma única unidade na Universidade.

Assim, foi criado "o Instituto de Geociências (IGEO), composto pelos recém-criados departamentos de Astronomia, Geografia, Geologia e Meteorologia" (CAMPOS, 2014, p. 294). Ao contrário do espírito da reforma, contudo, na Astronomia houve uma separação administrativa entre o curso e o Observatório do Valongo. Na ocasião, este último foi transferido, como órgão suplementar, para o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) da UFRJ.

O departamento de Astronomia, alocado no Instituto de Geociências, e o Observatório do Valongo passaram a operar na mesma área de conhecimento, a Astronomia, sem estarem ligados administrativamente. [...] [A]s aulas teóricas e práticas da graduação em Astronomia, de responsabilidade do Departamento de Astronomia no IGEO, eram ministradas no Observatório do Valongo. Também no OV se efetuavam as inscrições e demais atos acadêmicos, bem como se localizava a biblioteca setorial. Em agosto de 1983, foi pleiteada a incorporação do Departamento de Astronomia ao Observatório do Valongo pelo então diretor, professor Machado. [...] Entretanto, tal incorporação veio a ocorrer somente em 2002, através de uma Portaria nº 509, de 27 de fevereiro de 2002. Assim, a partir dessa data, o OV passa a contar como uma Unidade Acadêmica do CCMN/UFRJ (ARANY-PRADO; CAMPOS; MARTINS, 2008, p. 47).

Figura 1 – Organograma do CCMN/UFRJ com o Observatório do Valongo

Figura 1 - Organograma do CCMN/Observatório do Valongo (OV) UFRJ
(Organograma atualizado em maio de 2020)



Fonte: <http://www.ccmn.ufrj.br/organograma/>

Adaptado pela autora

Após vencidas as resistências, e como resultado de seu amadurecimento, o curso de graduação em Astronomia da UFRJ acabou tornando-se um dos polos onde se formou a comunidade astronômica brasileira do final do século XX e início do XXI. As primeiras gerações de astrônomos brasileiros com formação especializada na área, contudo, ainda foram egressas majoritariamente dos cursos de Física e Engenharia de outras universidades. Segundo Christina Barboza e Carlos Alberto Torres,

Até o início da década de 1960, o único curso para formação de astrônomos no Brasil era oferecido pela Universidade do Brasil (UB), (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ), mas este limitava-se à graduação e privilegiava o ensino da astrometria e da mecânica celeste [...] Assim, boa parte da primeira geração de brasileiros que buscou especializar-se em astronomia e astrofísica partiu para o exterior, a fim de realizar cursos de doutorado. Na sua grande maioria, eram egressos do curso de graduação em física do IF/USP [...] (TORRES; BARBOZA, 2014, p. 166).

Além da USP, outras universidades de onde saíram as primeiras gerações de alunos que foram realizar cursos de pós-graduação em Astronomia foram a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. No primeiro caso, porque na década de 1960 havia a perspectiva de se construir um observatório astrofísico no estado de Minas (o futuro Observatório Astrofísico Brasileiro, hoje denominado Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA); no segundo, graças ao desenvolvimento da Radioastronomia e à existência de uma antena no estado, que possibilitava esses estudos (TORRES; BARBOZA, 2014, p. 166-167).

A pesquisa na área de Astronomia só iria se estabelecer após a criação de cursos de pós-graduação no Brasil (com maior ênfase na Astrofísica), o que ocorreu a partir da década de 1970.

Já para os que ficaram no Brasil, coube inicialmente ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em São José dos Campos, SP, o papel de capacitar os novos astrônomos, a despeito de tratar-se de instituição voltada ao ensino da engenharia. Desde o fim de 1962 o ITA contava com um telescópio de 52 cm, construído por Abraham Szulc com o auxílio de alguns estudantes, [...] entre os quais Germano Quast, que defendeu, em fevereiro de 1970, aquela que é considerada a primeira tese em astrofísica no Brasil, defendida em fevereiro de 1970, sobre fotometria fotoelétrica [...] (TORRES; BARBOZA, 2014, p. 166-167).

Segundo João Steiner, a partir de meados da década de 1970 teve início o processo de expansão da comunidade astronômica brasileira, com a criação de diversos cursos de pós-graduação em astronomia, nas seguintes instituições:

Instituto Tecnológico da Aeronáutica, na Universidade Mackenzie e no Instituto Astronômico e Geofísico da USP, entre 1969 e 1971, seguidos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, mais tarde, no Observatório Nacional, no Rio de Janeiro, na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente [2011] catorze programas já fornecem titulação e novos programas estão iniciando. (STEINER; SODRÉ; DAMINELLI; OLIVEIRA, 2011, p. 105).

Até 2008, porém, a graduação em Astronomia da UB/UFRJ ainda era a única no Brasil, quando completou 50 anos. A graduação da USP somente foi criada em 2009. Isso apenas demonstra a importância científica e histórica do curso de Astronomia da FNFi, e justifica nossa preocupação em preservar e divulgar parte da documentação que registra essa história, hoje depositada no PROEDES.

Quadro 4 – Cronologia do ensino superior de Astronomia no Brasil

ANO	MARCO HISTÓRICO
1810	Criação da Academia Militar, com cadeira de Astronomia
1827	Criação do Observatório Imperial/Nacional (aulas práticas de Astronomia da Academia/Escola Militar)
1874	Transformação da Escola Central em Escola Politécnica do Rio de Janeiro (EP), com cadeira(s) de Astronomia
1881	Criação do Observatório da Escola Politécnica (aulas práticas de Astronomia da EP)
1921	Transferência do Observatório da Escola Politécnica do Morro de Santo Antônio para o Morro da Conceição
1936-1958	Período de maior abandono do Observatório do Valongo (OV)
1958	Criação do curso de graduação em Astronomia na FNFi da UB; Recuperação do Observatório do Valongo (aulas práticas de Astronomia da FNFi)
1966	Incorporação do curso de Astronomia ao Instituto de Geociências (IGEO) da UFRJ, recém-criado com base na Reforma Universitária
1967	Incorporação do OV como órgão suplementar ao Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) da UFRJ
2002	Incorporação do Departamento de Astronomia ao OV
1969	Criação do curso de pós-graduação em Astronomia do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA)
2009	Criação do curso de graduação em Astronomia da USP

Elaborado pela autora

CAPÍTULO 2

2. CONSERVAÇÃO PREVENTIVA EM ACERVOS ARQUIVÍSTICOS DE C&T: REVISÃO TEÓRICA

2.1 As diversas funções sociais dos arquivos

Segundo a conservadora Adriana Hollós (2010, p. 14), citando Clarice Lispector, “o tempo é movimento de evolução das coisas” e significa a “desagregação da matéria”. Como ela, os conservadores em geral vivem a angústia da perda dos acervos documentais diante do “apodrecimento do que é orgânico como se o tempo tivesse como um verme dentro de um fruto e fosse roubando a este fruto toda a sua polpa” (Ibidem). Por isso ela recorre a Clarice Lispector e à personagem Ângela Pralini, de seu livro *Um sopro de vida*, ao expor a preocupação e os desafios dos conservadores diante da necessidade de acompanhar a evolução dos suportes documentais, e constantemente avaliar sua resistência ao tempo.

A preocupação com a durabilidade dos registros documentais acompanha a humanidade desde a Antiguidade.

A despeito do anacronismo do termo, um exame da história dos "arquivos" evidencia que desde tempos remotos a conservação tornou-se a atividade mais importante no tratamento dos arquivos, pois tal tratamento estava ligado ao objetivo de dar acesso à informação neles contida.

De acordo com Louise Gagnon-Arguin (ROUSSEAU, COUTURE, 1998), a história dos arquivos começou na Antiguidade, no Oriente, ligada ao surgimento da escrita, e acompanhou a evolução dos diferentes suportes da informação escrita, e dos métodos de conserva-la visando o seu acesso no futuro, fosse ele próximo (no caso das funções administrativas) ou distante (no caso das funções "investigativas", como a história).

Gagnon-Arguin (1998 p. 38-40) analisou brevemente a história dos principais suportes documentais, desde a Antiguidade até o século XX, procurando relaciona-los às estruturas de poder vigentes em cada grande período histórico, aos locais e funções dos arquivos, e ao papel social dos seus responsáveis. Na Antiguidade, nessa ordem, teriam sido utilizadas as placas de argila; depois o papiro, confeccionado com folhas de uma planta originária das

margens do Rio Nilo, no Egito, e conservado em formato de rolo; e finalmente o pergaminho, fabricado com a pele de animais, principalmente de carneiro, que permitia que os documentos fossem reunidos em códices e também enrolados. O papel surgiu no Oriente no início do século II dC, mas só a partir do século XV, com o advento da impressão, passou a ser amplamente fabricado no Ocidente, o que fez aumentar a produção de documentos.

No século XX os suportes digitais revolucionaram a forma de se criar documentos. Entre esses suportes estão as fitas magnéticas, os disquetes, os CDs. Todos eles caracterizam-se pela impossibilidade de se ter acesso direto à informação, sem um equipamento de leitura específico. Os documentos nesses suportes apresentam até os dias atuais, no século XXI, grandes desafios referentes à conservação e ao acesso. Devido à fragilidade, se deterioram em pouco tempo em relação aos outros suportes, especialmente o papel; se não houver o acompanhamento de tecnologias adequadas, o que exige recursos elevados, perdem-se todos os arquivos. Em contrapartida, permitem a criação e armazenamento de grande quantidade de informação, e devido à agilidade e simultaneidade da disponibilização de documentos em qualquer lugar do mundo, apresentam a grande vantagem de ampliar a difusão da informação.

A história dos arquivos sob a perspectiva dos locais a eles destinados, bem como das formas de classificação dos documentos está relacionada às mudanças nos tipos de suporte e à preocupação com sua conservação. Na verdade, segundo Gagnon-Arguin, “[f]oram inicialmente os modos de armazenamento e de arranjo dos locais adequados que constituíram a expressão de conservação” (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p. 50). Por exemplo, na Alta Idade Média, as placas de argila legadas pela Antiguidade eram acondicionadas em recipientes especialmente fabricados para essa finalidade, etiquetados com notação identificando o assunto, conteúdo, período e até tamanho dos documentos; para os papiros os métodos de acondicionamento encontrados eram parecidos. Os locais de armazenamento dos arquivos eram preparados para essa finalidade. No século XIX, começou a ser generalizado um dos princípios sagrados na classificação e organização dos documentos, segundo a disciplina arquivística: o princípio da proveniência.

Observa-se assim a preocupação com a conservação dos documentos como inerente à constituição dos arquivos, a fim de proporcionar o acesso à informação por diferentes grupos sociais (desde o Faraó, os sacerdotes e os reis até o cidadão comum), através da integridade dos suportes e da facilidade de recuperação da informação.

No Brasil, a história dos arquivos e da conservação de documentos escritos confunde-se com a criação do Arquivo Público do Império, hoje Arquivo Nacional, em 1838.

Segundo Hollós (2010), Pedro de Araújo Lima foi o principal agente que viabilizou a implantação e regulamentação legal do Arquivo Público do Império, desde a época da elaboração da Constituição, quando procurou assegurar a obrigatoriedade de envio dos originais dos documentos ao imperador. Posteriormente, quando se tornou marquês de Olinda e Regente Interino do Império, o Arquivo foi efetivamente criado. Um fato marcante verificado na história do Arquivo Nacional desde o período imperial até o período republicano, foi a preocupação com a conservação dos documentos por parte de todos os diretores que passaram pela sua gestão, com relação a prédio, a material de acondicionamento, a prevenção e combate de pragas e insetos, a recuperação de documentos danificados, e até à contratação de um funcionário com função de conservador. Hollós ressalta a criação de sala de consultas em 1874, mostrando-se presente nesta ação, a ampliação da função social dos arquivos. Segundo essa autora,

Esse tema, de tão atual e importante, merece uma pausa para explicitar essa função dos arquivos, na qual o processo de produção de conhecimento e a divulgação da informação arquivística existente podem contribuir para a consolidação de um processo de cidadania, de transparência administrativa e de diminuição de assimetrias no acesso à informação pela sociedade (HOLLÓS, 2010, p. 21).

De fato, se no momento de criação do Arquivo Nacional este representaria “um substituto à Torre do Tombo, local de envio dos originais da época [...]”, no caso dos documentos administrativos da monarquia portuguesa

(HOLLÓS, 2010, p. 15), no final do século XIX, quando foi criada a sala de consulta, sua função social ampliou-se.

De acordo com Ernst Posner (2013, p. 275-277), em texto clássico publicado em 1940 e originalmente traduzido por José Honório Rodrigues, na época diretor do Arquivo Nacional, a concepção de que deveria existir um arquivo nacional com a função de centralizar e conservar a documentação da administração do Estado foi originada na França. A Revolução Francesa teria sido o marco inicial de uma quebra de paradigma com relação à descentralização de arquivos anterior, entre diferentes entidades político-administrativas e regiões. No entanto, segundo esse autor, a planejada centralização absoluta nunca teria sido completamente atingida, inclusive na França. Por outro lado, a percepção de que documentos medievais, ligados aos registros de títulos de nobreza, estavam sendo destruídos pelos revolucionários, reforçou a função social da preservação atribuída aos *Archives Nationales*.

Também a partir da Revolução, a legislação francesa tornou o acesso do cidadão aos arquivos públicos um direito, e não um favor, como era até então. Os movimentos nacionalistas do século XIX teriam reforçado essa função social dos arquivos, no que diz respeito ao aumento do interesse pela pesquisa sobre a história nacional baseada em documentos. Em resumo, “Estas ideias originadas durante a Revolução Francesa constituem as principais correntes que orientam o desenvolvimento arquivístico dos séculos XIX e XX” (POSNER, 2013, p. 276).

Segundo o arquivista Bruno Delmas, os arquivos contemporâneos, de um modo geral, públicos ou privados, institucionais ou individuais, teriam as seguintes funções:

Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se é uma utilidade social (DELMAS, 2010, p. 21).

A utilidade dos arquivos como base na produção de conhecimento científico é mais óbvia no caso do conhecimento histórico, mas no último item

desse capítulo analisaremos mais de perto a importância e os desafios dos arquivos resultantes de atividades científicas desenvolvidas em outras áreas, como o próprio Delmas aponta.

Paul Ricoeur, (2007) põe os arquivos em situação de importância para a chamada “operação historiográfica”, apoiando-se no conceito proposto por Michel de Certeau. Em sintonia com este último autor, ele concebe a “operação historiográfica” em três fases ou momentos metodológicos, não necessariamente sucessivos cronologicamente: a fase “documental”, a fase “explicativa ou compreensiva”, e a fase “representativa”, da colocação do discurso histórico na forma escrita (RICOEUR, 2007, p. 146-147).

Segundo esse esquema, o arquivo situa-se na fase “documental”, sendo o momento de ingresso da escrita na “operação historiográfica” – uma operação por definição escrita. Isto porque o testemunho, situado na ligação entre a memória e a história, é oral. Já “nos arquivos, o historiador profissional é um leitor” (RICOEUR, 2007, p. 176).

Esse autor afirma que as atividades do arquivista diferem das atividades dos historiadores, visto que o arquivista realiza operações sistemáticas de coletar, separar, reunir, classificar e preservar registros escritos dos testemunhos do passado, visando a sua consulta posterior, por pessoas habilitadas. Citando Marc Bloch, Ricoeur afirma que os documentos de arquivos são “rastros escritos” dos testemunhos dos homens (RICOEUR, 2007, p. 180). Mas eles por si só não constituem prova. Apenas os historiadores, munidos de perguntas, possuem a capacidade de dar voz aos documentos; de fazer com que cumpram a função social de construir o conhecimento histórico. “É armado de perguntas que o historiador se engaja em uma investigação nos arquivos” (RICOEUR, 2007, p. 188).

Assim, para Ricoeur, o fato do arquivo guardar documentos não significa que seja apenas um depósito, um lugar físico, mas sim um lugar social, pois abriga a produção historiográfica. Fundamenta essa perspectiva com a ideia de Michel de Certeau, o qual alega que “relacionar um produto a um lugar constitui [...] a primeira tarefa de uma epistemologia do conhecimento histórico” – tarefa a que se propõe Ricoeur (RICOEUR, 2007, p. 177).

Também tratando do conhecimento histórico, Henry Rousso (1996) afirma que ao longo do século XIX e boa parte do XX, sob a hegemonia de uma historiografia de viés positivista, os arquivos constituíram as principais “fontes” dessa disciplina. Contudo, com o desenvolvimento da disciplina e a incorporação dos métodos de outras, como as ciências sociais, sobretudo no caso da chamada “história do tempo presente”, a noção de “fontes” foi ampliada. Assim, para esse autor:

Chamaremos de "fontes" todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não – sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para a frente, "virtuais" (contanto, nesse caso, que tenham sido gravados em uma memória) –, e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica (ROUSSO, 1996, p. 86).

Tanto Rousso como Ricoeur sinalizam o perigo representado pelo que chamam, respectivamente, de “fetichismo do documento” ou “frenesi documental”; ou seja, formas de atribuir estatuto científico ao conhecimento histórico exclusivamente pelo uso de fontes escritas. Ambos os autores querem com isso ressaltar a legitimidade de outras fontes, e sobretudo das “fontes orais”, em especial aquelas que resultam dos testemunhos das vítimas dos campos de concentração e da perseguição nazista.

2.2 A incorporação dos acervos arquivísticos ao campo patrimonial

Nas origens do conceito moderno de patrimônio, encontra-se uma mudança de mentalidade do homem em relação ao bem móvel ou imóvel. De acordo com Françoise Choay (2001), que se debruçou sobre a história desse conceito no caso dos bens imóveis, na Antiguidade Clássica e na Idade Média, as edificações herdadas do passado não possuíam valor de patrimônio histórico. Eram destruídas, demolidas sem o menor escrúpulo; eram vistas

como importantes para apreciação, comercialização. Já no fim da Idade Média, houve uma mudança no sentido de valoração dispensada aos monumentos antigos, estimulada por movimentos intelectuais como o Humanismo e o Iluminismo, mas a ruptura definitiva só teria lugar com o advento da industrialização, no século XIX. Para Choay patrimônio histórico significa hoje:

A expressão que designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos. Em nossa sociedade errante, constantemente transformada pela mobilidade e ubiquidade de seu presente, “patrimônio histórico” tornou-se uma das palavras-chave da tribo midiática. Ela remete a uma instituição e a uma mentalidade (CHOAY, 2001, p. 11).

A “instituição” mencionada acima é na verdade um modelo de definição e proteção do patrimônio sob controle de órgãos do Estado. A França foi pioneira nesse sentido, com a criação, em 1830, do cargo de inspetor de monumentos históricos. Esse modelo foi adotado em outros países, e estaria na base do surgimento de uma nova disciplina, a conservação.

Ao longo do século XX, contudo, e particularmente após a década de 1960, teria ocorrido, segundo Choay, uma verdadeira “inflação do patrimônio histórico arquitetônico” (CHOAY, 2001, p. 240), sob o impulso de vários fatores, entre eles a indústria e o turismo cultural, a revolução eletrônica, e a expansão a nível planetário das redes de telecomunicações. Assim, a Revolução Francesa abriu as portas para a valorização de determinados monumentos históricos como uma função social do Estado engajado na construção da identidade e da história da nação. Mas na sua opinião, a valorização contemporânea de todos os traços, de todas as manifestações culturais, não estaria contribuindo para a construção da identidade de grupos social e culturalmente heterogêneos, existentes dentro de cada nação (CHOAY, 2001, p. 241).

O historiador Dominique Poulot também tem olhar crítico sobre o consenso atual em torno do “imperativo de conservação da herança material e

[...] imaterial” (POULOT, 2012, p. 27). Para ele, porém, fazer uma história do patrimônio apenas sob a perspectiva da legislação e do conhecimento científico (a disciplina da conservação) não seria suficiente.

Ao longo do século XX, a noção de conservação engaja claramente uma representação da historicidade: o princípio de precaução contém uma conservação dita “preventiva” definida de forma estrita, enquanto as reflexões administrativas não cessam de afirmar que o patrimônio é “um presente do passado” (POULOT, 2012, p. 32).

Assim, a constante expansão de objetos patrimonializados, principalmente após a década de 1980, não pressupõe a priori nem conformismo nem emancipação ou subversão (POULOT, 2012, p. 39). Indica apenas que existe uma “moralidade” nas representações coletivas do conceito de patrimônio, e que este só pode ser entendido à luz de várias disciplinas, como a estética, a epistemologia e a teoria política.

Referindo-se a Poulot, a conservadora brasileira Silvana Bojanoski, (2018) também considera que o campo patrimonial ampliou-se no século XX, à medida em que novas categorias de bens culturais passaram a ser incluídas, além das edificações históricas e das obras de arte, e houve uma internacionalização do campo (BOJANOSKI, 2018, p. 32). Para essa autora, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura, criada em 16 de novembro de 1945, no contexto de pós-segunda guerra mundial – “é responsável, em grande parte, pelo processo de internacionalização do patrimônio e expansão da noção de bens culturais” (BOJANOSKI, 2018, p. 33). Ainda de acordo com essa autora, na Convenção da UNESCO de 1970, houve uma significativa ampliação dos bens culturais incluídos no campo patrimonial, que passou a abarcar também documentos de arquivo e de biblioteca. Desse modo, “[os] acervos documentais constam das listas dos patrimônios definidos pela UNESCO e se situam dentro do campo patrimonial [...]”, embora “alguns dos princípios da restauração, em grande parte elaborados nas discussões sobre as obras de arte e os bens arquitetônicos, não [sejam] adequadas à Conservação das obras em papel” (BOJANOSKI, 2018, p. 53).

No contexto brasileiro, a definição, assim como a proteção do patrimônio cultural está respaldada por legislação. O Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937, criou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que deu origem ao atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), instituição com a prerrogativa de ser responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro, definido, na época, e a despeito da existência de visões divergentes, como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937).

Foi só com a Constituição de 1988 que aquela definição foi ampliada, quando alterou-se o nome “patrimônio artístico e histórico” para “patrimônio cultural”, reconhecendo a diversidade da sociedade brasileira e incorporando à lista de bens culturais os bens imateriais. No artigo 215, caput, dispõe que o Estado “garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Já o artigo 216, nos itens I a V, determina o que constitui o patrimônio cultural brasileiro, interessando aqui, no presente trabalho, o item IV: “as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais” (BRASIL, 1988). É também a Constituição de 1988 que confere ao Estado – embora em parceria com as comunidades – a função de proteger o patrimônio cultural brasileiro:

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (BRASIL, 1988).

Segundo o antropólogo José Reginaldo Gonçalves (1988), uma análise do conceito de patrimônio cultural deve evitar a armadilha da questão da “autenticidade”. De acordo com esse autor, os “ideólogos da nacionalidade”

entenderam a nação no contexto teórico do individualismo moderno, ou seja, tais ideólogos pensaram a nação seja como um “conjunto de indivíduos” ou como um “indivíduo coletivo”. Em qualquer dessas concepções, que ele critica, “a nação é identificada com indivíduos reais, sendo portadora dos mesmos atributos destes: caráter, personalidade, autonomia, vontade, memória etc.” (GONÇALVES, 1988, p. 266). Além disso, pelo “princípio do individualismo possessivo”, “a identidade de um indivíduo ou de uma coletividade é definida pela ‘posse’ de determinados bens” (GONÇALVES, 1988, p. 267). Assim, a ideia de “coleção”, na sua origem, no século XVI, já implicava que a identidade de um indivíduo ou de um grupo familiar é definida pela posse de determinados bens, que vão passando por várias gerações. De modo análogo, a identidade de uma nação é definida pela posse de seus bens culturais, inicialmente os monumentos, e a partir do século XIX, inclusive diversas “tradições inventadas”, conforme a expressão de Eric Hobsbawm, relativas a heróis, folclore, cerimônias, etc.

No caso brasileiro, os intelectuais modernistas “redescobriram” Ouro Preto e deram início, na década de 1920, a um verdadeiro “culto” a essa cidade como símbolo do passado nacional, o qual foi alimentado com a criação do SPHAN. Da década de 1930 até o fim da década de 1970, este órgão privilegiou o tombamento e a preservação de monumentos arquitetônicos característicos do barroco mineiro, sobretudo os religiosos, e não apenas em Ouro Preto mas em outras cidades mineiras.

Em outras palavras, através dessa estratégia retórica da identificação entre Brasil e, no caso, igrejas barrocas em Minas ou um terreiro de candomblé em Salvador, definimos a nação como barroca, religiosa, católica, mineira, ou negra, afro, nagô e baiana. E, como num passe de mágica, nos sentimos todos de algum modo “autênticos”, portadores desses mesmos atributos (GONÇALVES, 1988, p. 268).

2.3 Conservação Preventiva: preservar para dar acesso

No Brasil, segundo a conservadora do IPHAN, Lygia Guimarães (2012), a responsabilidade pela preservação do patrimônio cultural no Brasil cabe às

três esferas de governo, municipal, estadual e federal, assim como às instituições detentoras de acervos. Entretanto, ela deve também ser estendida a todos os cidadãos, que têm o direito de ser parte importante nos projetos de preservação e destinação de patrimônio cultural, sendo sua função a de colaborar e ser um “guardião” das ações dos diversos órgãos. Até porque, segundo esta autora, o principal objetivo da preservação deve ser garantir o acesso aos acervos culturais.

Para Guimarães, o conceito de preservação está relacionado a uma ação ampla – conhecida também como ação “guarda-chuva” –, que comporta todas as iniciativas necessárias à proteção contra os agentes externos que levam à deterioração física e química dos acervos, visando prolongar sua vida útil. Ela se baseou na definição do IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions, para esclarecer que a preservação inclui

todas as medidas de gerenciamento administrativo-financeiro, que visam o estabelecimento de políticas e planos de preservação; melhorar o local de guarda das coleções; o aprimoramento do quadro de funcionários e das técnicas para combater a deterioração dos suportes (GUIMARÃES, 2012, p. 79).

Nessa mesma linha, a conservadora do Arquivo Nacional, Adriana Hollós, afirma que

O termo preservação deve ser considerado o mais amplo e abrangente, pois tende a englobar todos os demais; envolve a adoção de medidas preventivas e interventivas e ações diretas e indiretas sobre os materiais; possui forte conotação gerencial de recursos financeiros, humanos e materiais (HOLLÓS, 2006, p. 42).

Essa última autora enfatiza a importância da gestão administrativa na própria (re)definição do termo preservação. Nas suas palavras, “a preservação, para além da conservação física dos suportes materiais, constitui-se hoje como parte de um corpo representado também pela gestão, o acesso e a difusão da informação e do conhecimento” (HOLLÓS, 2010, p. 14). A decisão gerencial de preservar pode envolver a “melhoria dos ambientes de armazenamento, etapas para entender o tempo de vida física dos documentos ou esforços para a

transferência da informação de um formato para outro” (HASEN, 2001, p. 14). E a instituição que é proativa na implantação de políticas de preservação de documentos deve estar se antecipando aos problemas de perda das informações contidas nos arquivos.

Também para a conservadora Solange Zúñiga (2002), o conceito de preservação abrange todas as ações desenvolvidas em uma instituição com a finalidade de prevenir ou minimizar a deterioração de documentos, visando manter o conteúdo das informações acessíveis ao pleno uso. “É portanto, [...] um conceito amplo, que compreende tanto as ações preventivas quanto as interventivas desenvolvidas em uma instituição” (ZÚÑIGA, 2002, p. 73). Neste sentido, de acordo com essa autora, a preservação engloba tanto a conservação preventiva, cujo impacto é sobre todo o conjunto de documentos, quanto a conservação-restauração, que implica numa intervenção direta em documentos individuais” (ZÚÑIGA, 2002, p. 75).

As três autoras destacadas nos parágrafos anteriores referiam-se sobretudo a acervos documentais, depositados em arquivos. Na literatura sobre bens culturais de caráter arquitetônico e museológico, encontra-se também problema análogo do emprego dos termos preservação, conservação preventiva e restauração. Para o conservador francês Gaël de Güichen (1999), referência na área de patrimônio museológico, conservação e restauração são dois termos distintos que designam duas atividades com finalidades bem diferentes, embora as definições sejam pouco claras, e existam interpretações que variam de um país para outro e até dentro de um mesmo país. Para estes dois termos, Güichen então propõe as seguintes definições:

A conservação é toda atividade humana direta ou indireta direcionada a aumentar a esperança de vida das coleções intactas e das deterioradas. [...]

A restauração é toda atividade humana direta direcionada a conseguir que um objeto deteriorado de uma coleção recupere sua estética ou seu estado histórico (incluindo o primitivo, em alguns casos) (GUICHEN, 1999, p. 4; tradução nossa).

Segundo Guichen, a introdução dos termos conservação preventiva e conservação curativa seria mais recente. Para definir os dois o autor utiliza a comparação com a medicina preventiva e a medicina curativa. Assim, enquanto

a conservação preventiva se ocupa em proteger todos os objetos de uma coleção, independentemente de estarem deteriorados ou não, a medicina preventiva se responsabiliza em adotar ações que são capazes de prevenir as doenças em todas as pessoas, e não tratar os indivíduos depois que já estão doentes (GUICHEN, 1999, p. 4).

Finalmente, o espanhol Salvador Muñoz Viñas (2003) considera que toda conservação é necessariamente preventiva, e o que de fato caracteriza esta última são seus métodos, segundo ele indiretos ou periféricos, já que limitados a intervenções nas condições ambientais. Na sua concepção, a principal diferença entre a conservação e a Restauração (com “R” maiúsculo, para distingui-la da atividade de restauração em si), estaria na finalidade das intervenções diretas realizadas sobre os objetos, se tornaram-se imperceptíveis ou não aos olhos de um observador comum, leigo (VIÑAS, 2003, p. 17-24).

Diante dessas diferentes concepções, neste trabalho optamos por seguir a linha das conservadoras brasileiras aqui mencionadas, e adotar a seguinte distinção, tal como sistematizada por Hollós:

A conservação pode ser dividida em duas categorias. A primeira refere-se à conservação preventiva, que se utiliza de métodos passivos para que os acervos, como um todo, tenham sua durabilidade aumentada. São exemplos desse tipo de procedimento a climatização da área de guarda dos documentos com parâmetros estáveis de temperatura e umidade relativa, e os cuidados com o manuseio e o acondicionamento adequados, a fim de garantir o retardamento da degradação dos materiais.

A segunda categoria [conservação-restauração] objetiva o tratamento individualizado, tanto por meio de métodos de conservação e restauração, quanto pela preservação da informação em meio analógico e/ou digital (HOLLÓS, 2006, p. 40).

A conservação então, tal como entendida há cerca de 30 anos atrás, torna-se parte do processo mais amplo de preservação. A consolidação da Conservação Preventiva como disciplina científica fomentou a convergência de conhecimentos e práticas de diferentes especialidades, como a física, a química, a biologia, a história, a arqueologia, a ciência da informação, entre outras, em decorrência de suas ações peculiares. Dessa forma, a área

costuma reunir profissionais de distintas especialidades formando equipes interdisciplinares, cuja atuação causa impacto também nas formas de identificação, compreensão e contextualização do objeto em questão. Contudo, deve-se ter em mente que a colaboração entre profissionais e cientistas com diferentes conhecimentos técnicos não é fácil.

Podemos dizer que nos reconhecemos diante dum empreendimento interdisciplinar todas as vezes que ele conseguir incorporar os resultados de várias especialidades, que tomar de empréstimo a outras disciplinas certos instrumentos e técnicas metodológicos, fazendo uso dos esquemas conceituais e das análises que se encontram nos diversos ramos do saber, a fim de fazê-los integrarem e convergirem, depois de terem sido comparados e julgados. Donde poderemos dizer que o papel específico da atividade interdisciplinar consiste, primordialmente, em lançar uma ponte para ligar as fronteiras que haviam sido estabelecidas anteriormente entre as disciplinas com o objetivo preciso de assegurar a cada uma seu caráter propriamente positivo, segundo modos particulares e com resultados específicos (JAPIASSU, 1976, p.75).

O conservador norte americano Philip Ward (2010), referência no campo da conservação em museus com a obra intitulada *The Nature of Conservation; a race against Time*, de 1986, enaltece a contribuição das ciências *hard* à constituição da conservação como ciência, na medida em que esta seria o resultado de uma simbiose entre, de um lado a investigação científica sobre o meio ambiente e os materiais das coleções e, de outro lado as práticas artesanais dos restauradores. Na visão de Ward, a ciência - por ele identificada como ciência *hard* - produz os dados quantificados e precisos enquanto a conservação os aplica na solução de problemas de variedade infinita.

Com perspectiva similar, os conservadores de origem italiana Giacomo Chiari e Marco Leona (2005), também enfatizam que a conservação deve utilizar os conhecimentos de outras ciências. Consideram que na Ciência da Conservação coexistem três áreas de pesquisa principais que interagem entre si de forma tão entrelaçada, que às vezes é difícil fazer a distinção entre uma e outra. Para esses autores, a primeira área de pesquisa engloba a arqueometria e a história técnica da arte, e agrega o trabalho de arqueólogos, historiadores

da arte e cientistas de museu. A segunda área consiste na Conservação Preventiva, e a terceira área, por eles chamada transferência de tecnologia, inclui as ciências *hard* com a finalidade de adaptação de suas ferramentas para utilização no campo da conservação.

De acordo com Isabel García Fernandez (2013), a cronologia do surgimento de uma ciência da Conservação Preventiva é imprecisa, indissociável da história da conservação e restauração. O termo teria sido empregado pela primeira vez por volta da década de 1930, por conservadores-restauradores norte-americanos e ingleses, associado sobretudo aos museus. Numa análise sobre a origem e o desenvolvimento da Conservação Preventiva até a Segunda Guerra Mundial, Fernandez identifica que no século XIX os sistemas de climatização e iluminação, além dos altos níveis de poluição associados à revolução industrial provocaram os problemas de deterioração das coleções que antes não existiam e somente foram solucionados no século seguinte, devido às pesquisas científicas e empenho de profissionais da conservação e restauração.

Fernandez aponta John Ruskin (1819-1900), no século XIX na Inglaterra, como pessoa precursora da teoria da conservação, responsável pela doutrina da “não intervenção” direta sobre os bens culturais, com a finalidade de preservar mantendo sua “autenticidade”, em contraste com as ideias e ações do arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), seu contemporâneo, que foi influente na Europa com um modelo de restauração que mudava o estilo original das edificações em prol de sua “pureza estilística” (FERNANDEZ, 2013, p. 29). Alguns teóricos compartilham da opinião de que Ruskin é precursor da Conservação Preventiva, mas outros divergem dessa consideração, e defendem que Ruskin apenas se posicionou contra a restauração, pensamento que ficou conhecido como “movimento anti-restauração”.

Na verdade, ainda que possam ser identificadas raízes distantes, concordamos com os autores que estabelecem um contexto específico de desenvolvimento da conservação preventiva, muito mais próximo dos dias atuais e relacionado, principalmente, aos novos problemas enfrentados pelas instituições (BOJANOSKI, 2018, p. 55).

De fato, Ruskin³⁶ via a arquitetura das habitações privadas (ou “domésticas”) de acordo com a mentalidade das elites inglesas de sua época, como “templos sagrados”, que abrigavam homens de valores morais, éticos, de honra aos pais e de culto a Deus. Acreditava que os homens deveriam construir suas casas de acordo com sua condição inicial na vida, mas sempre de forma que durassem o maior tempo possível, “registrando para seus filhos o que eles foram, e de onde – se isso lhes tiver sido permitido – eles ascenderam” (RUSKIN, 2008, p. 56-59). Já no que se refere às construções públicas, Ruskin acreditava que precisavam ser projetadas de modo a que cada detalhe arquitetônico tivesse significado, não importando se fosse uma obra rica de ornamentos ou menos pomposa. O importante era que as decorações representassem simbologias nacionais. Ao mesmo tempo, Ruskin defendia que as construções públicas também deveriam ser feitas como um legado para gerações futuras. “Assim quando construirmos lembremos-nos de que construímos para sempre. Que não seja para o deleite presente, nem para o uso presente apenas; que seja uma obra tal que nossos descendentes sejam gratos por ela [...]” (RUSKIN, 2008 p. 67).

Na teoria de Ruskin a preservação é entendida no sentido de conservar o bem cultural em seu estado original, fazendo manutenção constante a fim de prolongar sua durabilidade, mas sem alterar a aparência do desgaste e imperfeições causadas naturalmente pelo tempo. Para ele, a ideia era a de que as marcas deixadas pela passagem do tempo davam um caráter único à obra. Entretanto, contida nessa abordagem estava a sua contrariedade em relação à restauração frequentemente realizada na época; segundo Ruskin, a simples palavra restauração já tinha um significado de “destruição”. A “destruição” a que ele se referia dizia respeito às intervenções feitas nos objetos, à realização de cópias, e sobretudo aos acréscimos nos monumentos que modificavam

³⁶ **John Ruskin (1819-1900)**. Um dos principais preservacionistas do século XIX, inglês, nascido e criado em uma família de recursos, desde cedo teve acesso ao aprendizado através da literatura, viagens, música, desenho e observação da natureza. Foi escritor, sociólogo, crítico de arte. Seu estilo preservacionista era defendido com a ideia de manutenção constante do monumento e contrário às intervenções de restauração. Seu pensamento sobre conservação ficou conhecido como “movimento anti-restauração” (RUSKIN, 2008, p. 09-48).

suas características peculiares e conseqüentemente constituíam, na sua visão, uma falsidade. Essa reflexão de Ruskin nos remete ao conceito de “autenticidade” abordado por José Reginaldo Gonçalves (1988) em relação ao conceito de patrimônio histórico, tal como tratamos no item anterior.

A crítica de Ruskin se dirigia a um tipo de restauração bastante utilizado na França e na Itália em meados do século XIX por diversos arquitetos, e entre eles por Viollet-le-Duc³⁷, consagrado pela restauração da Catedral Notre Dame, em Paris. Viollet-le-Duc desenvolveu e difundiu na Europa a chamada “restauração estilística”. Ele era especialista em arquitetura medieval; na sua concepção, a restauração de igrejas, castelos e fortalezas na França deveria buscar a “unidade estilística” das formas arquitetônicas do século XIII, por ele consideradas as mais representativas da história da nação, visando “atingir um estado completo, não como existira realmente, mas como deveria ter, idealmente existido” (KÜHL, 2007, p. 132). A sua ideia de restauração previa acrescentar detalhes novos em construções históricas, mesmo que isso modificasse o sentido histórico e comprometesse sua “autenticidade”.

As posturas antagônicas da Restauração Estilística e da Conservação, tendo à sua frente as figuras de Viollet-le-Duc e John Ruskin, respectivamente, bem como a posição intermediária preconizada por Camilo Boito e o aporte conceitual da obra de Alois Riegl, são os principais ingredientes para a consolidação da preservação como disciplina, que nas primeiras décadas do século XX, com a contribuição de Gustavo Giovannoni expressou seus princípios em nível internacional na Carta de Restauração de Atenas de 1931 (CARVALHO, 2005, p. 77).

Os três autores mencionados pela arquiteta e conservadora Claudia Carvalho (2005) na citação acima também merecem destaque em uma história

³⁷ **Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879)**. Arquiteto e teórico da restauração no século XIX, foi uma personalidade polêmica no campo da preservação. Defensor da imposição do estilo gótico aos edifícios medievais franceses, com intervenções que costumavam modificar a forma original do bem. Contudo seu estilo repercutiu em vários países e contribuiu para a sobrevivência de muitos monumentos na França (KÜHL, 2007, p. 111-139).

das origens da Ciência da Conservação. O italiano Camilo Boito (1836-1914)³⁸ buscou um equilíbrio entre a teoria de Viollet-le-Duc e a de John Ruskin na arquitetura. Sua preocupação era a perda da originalidade dos monumentos históricos em decorrência da “restauração estilística”. Influenciado pela filologia, defendeu o valor documental dos monumentos, e por isso a prioridade da conservação contínua, sem descartar a importância da intervenção de restauro quando necessária (CARVALHO, 2005, p. 88-91).

Já o austríaco Alois Riegl (1858-1905)³⁹ abriu caminho para a atribuição de valor aos bens culturais ao expor em sua obra *O culto moderno dos monumentos: sua gênese e sua evolução* (1903), e defendeu a necessidade de um julgamento de valor e significado às obras atrelado à decisão de preservar. “O trabalho realizado por Riegl de repensar e estabelecer uma fundamentação conceitual para a questão da preservação permanece até os dias de hoje insuperável” (CARVALHO, 2005, p. 93).

Finalmente, Gustavo Giovannoni (1873-1947)⁴⁰ marcou a história da Ciência da Conservação na primeira metade do século XX. Sua teoria ficou conhecida como “restauro científico”. Compartilhava das teorias de Boito, mas seu diferencial era uma abordagem de restauração crítica e científica, inserida num contexto de avaliação e respeito ao valor histórico dos monumentos, e de ênfase na realização de obras visando a manutenção, reparação e consolidação. Giovannoni também defendeu a necessidade de documentação de todas as fases da restauração, através de relatórios e fotografias. Publicou diversos escritos sobre arquitetura italiana e sobre restauração, e foi um dos mais importantes conferencistas da Conferência de Atenas de 1931, tendo o

³⁸ **Camilo Boito (1836-1914)**. Italiano nascido em Roma, foi arquiteto, escritor, historiador e professor. Nos seus escritos destacou a importância da avaliação dos valores estéticos e dos valores históricos numa mesma obra, chegando a admitir que o valor estético poderia se sobrepor ao valor histórico, e que cada caso deveria ser analisado individualmente [...] (CARVALHO, 2005, p. 90).

³⁹ **Alois Riegl (1858-1905)**. Nasceu em Linz, na Áustria, foi historiador da arte, escritor, filósofo e professor. O trabalho de Riegl referente aos julgamentos de valores e significados atribuídos aos monumentos históricos como parâmetro para a preservação muito contribuiu para “explicitar que a preservação é uma consequência dos valores que são atribuídos [...]” (CARVALHO, 2005, p. 91).

⁴⁰ **Gustavo Giovannoni (1873-1947)**. Nasceu em Roma, foi arquiteto, engenheiro civil, professor e teórico da restauração na Escola de Arquitetura de Roma. Os princípios de conservação difundidos por Giovannoni ficaram conhecidos como “restauro científico”, e serviram de base para a elaboração da Carta de Atenas em 1932 (CARVALHO, 2005, p. 93-95).

seu pensamento servido de base para as recomendações da Carta de Atenas, de 1932 (CARVALHO, 2005, p. 93-95).

A “Conferência de Especialistas para a Proteção e Conservação de Monumentos de Arte e História” realizada em Atenas, entre 21 e 30 de outubro de 1931, foi iniciativa do Instituto de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações em colaboração com o Escritório Internacional de Museus, criado em 1926. A Conferência reuniu 118 participantes europeus, das diversas especialidades (CARVALHO, 2005, p. 93). Desta Conferência saiu a produção da Carta de Atenas. “Este texto foi escrito como conclusão da conferência e é considerado o primeiro documento internacional que apresenta princípios e normas gerais para a conservação e restauração de monumentos” (FERNANDEZ, 2013, p. 31, tradução nossa).

Para Fernandez (2013, p. 31), assim como para a historiadora e conservadora Yacy-Ara Froner (2016, p. 18), é importante também ressaltar as discussões que tiveram lugar anteriormente à Conferência de Atenas, na “Conferência Internacional para o Estudo dos Métodos Científicos Aplicados ao Exame e à Conservação de Obras de Arte”, que ocorreu entre 13 e 17 de outubro de 1930, em Roma. Segundo Froner, participaram do evento especialistas das áreas de física, química, história da arte, arqueologia, restauração e curadoria em museus, entre outros, que compartilharam os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos em laboratórios instalados em museus, universidades e institutos politécnicos europeus e dos Estados Unidos. Para essa autora, que examinou as publicações produzidas pela Conferência de Roma, publicadas na revista do Escritório Internacional de Museus, *Mouseion*, esse evento pode ser considerado marco inicial na mudança de paradigmas fundadora do campo científico da Conservação.

Aos poucos a Ciência da Conservação foi se firmando como disciplina. Depois da Segunda Guerra Mundial, e como uma reação aos estragos por ela produzidos no campo patrimonial, ocorre a criação de institutos voltados para a preservação de bens culturais em diversos países, e, a nível internacional, a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em 1945. Pouco depois, em 1946, foi criada a Comissão

Internacional de Museus – ICOM, e em 1959, o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais – ICCROM.

A partir da década de 1960, a Ciência da Conservação dá um grande salto em suas teorias e técnicas, por meio do aumento de investigação científica, e maior intercâmbio de experiências profissionais. Outro marco importante foi o “Segundo Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos”, que reviu alguns dos preceitos da Carta de Atenas e deu origem à Carta de Veneza (CARVALHO, 2005, p. 99-100).

De todo modo, é importante ressaltar que todos os autores aqui citados mencionam o caráter científico e interdisciplinar da Ciência da Conservação, e chamam a atenção para o paradigma atualmente vigente da Conservação Preventiva, que privilegia o retardamento da degradação dos acervos.

Nesse sentido, no que diz respeito à preservação de acervos arquivísticos,

Podemos dizer que o advento da ciência da conservação, como importante pilar da preservação documental, foi um dos importantes efeitos resultantes dessa mudança de mentalidade, preconizada por [Gael de] Güichen assim como a adoção de estratégias institucionais baseadas na sustentabilidade, na visão sistêmica do problema e na implantação de programas para a preservação e o acesso continuado aos acervos documentais às gerações presentes e futuras (HOLLÓS, 2006, p.34).

2.4 Arquivos de C&T em instituições científicas e universidades

No contexto dos arquivos de instituições científicas – e o mesmo pode ser aplicado a instituições acadêmicas com atividades de pesquisa científica e tecnológica, como é o caso das universidades federais no Brasil –, de acordo com Odile Welfelé (2007, p. 138), existem dois tipos de arquivos:

- arquivos produzidos pela administração da pesquisa – formados pelos documentos da administração da pesquisa, como relatório de atividades, pedidos de financiamento de projetos, documentos de avaliação de pessoal etc. Esses arquivos geralmente ficam na área administrativa da

instituição, e são tratados equivocadamente como arquivo administrativo.

- arquivos da pesquisa propriamente dita – são os arquivos produzidos pelas atividades da pesquisa que ficam depositados nos laboratórios. Deve ser ressaltado que existem documentos administrativos produzidos pelas atividades de pesquisa, relativos à sua gestão, os quais ficam guardados nos arquivos do próprio laboratório, tais como: “conselhos consultivos do laboratório, correspondência entre pesquisadores, assim como cópias de dossiês de pedidos de auxílio à pesquisa, teses, folders” (WELFELÉ, 2007, p. 139). Dificilmente esses documentos vão ser encontrados nos arquivos administrativos das instituições científicas. Percebe-se assim que os documentos relativos à administração da pesquisa estão dispersos entre os arquivos das instituições e os arquivos dos laboratórios.

Além disso, as atividades de pesquisa científica e tecnológica produzem diversos tipos de “materiais intermediários”, termo usado por Welfelé. Segundo essa autora, “materiais intermediários” referem-se a tudo que é necessário produzir e utilizar durante a atividade da pesquisa científica, tais como:

cultura de célula em lâminas, coleções (de rochas, insetos, genótipos...), máquinas-ferramentas, protótipos, bases de dados, mapas, gráficos, animais, filmes e... papel; relatórios de atividades, pedidos de financiamento, teses, correspondência sobre temas de pesquisas... E, no entanto, o único documento que os cientistas julgam inegavelmente digno de conservação é a separata resultado de seu trabalho. No laboratório, aliás, é com frequência o único documento acessível ao arquivista, o único que escapa das repetidas destruições (WELFELÉ, 2007, p. 139).

Alguns desses “materiais intermediários” são considerados pelos pesquisadores como “pessoais”, e são levados com eles quando deixam o laboratório ou se aposentam, e outros são abandonados.

Nesse aspecto, percebe-se a inexistência de diretrizes relativas à gestão arquivística de documentos produzidos no âmbito das pesquisas científicas, culminando na falta de interação entre arquivistas e pesquisadores da ciência, tendo em vista que “o intercâmbio é agravado pela ignorância, até mesmo pela

incompreensão total das necessidades, dos métodos de trabalho e dos desejos dos protagonistas” (WELFELÉ, 2004, p. 66). Segundo o historiador e arquivista Paulo Elian dos Santos (2009), a incorporação de tratamento técnico arquivístico nos arquivos formados pela atividade científica “exige, por sua dimensão e complexidade, um conjunto de decisões de ordem prática que deve estar ancorado na teoria e nos métodos da arquivologia, em diálogo permanente com os produtores da ciência” (SANTOS, 2009, p. 119).

Em meados da década de 2000, Maria Celina Soares de Mello e Silva, arquivista e pesquisadora do MAST, realizou uma pesquisa em 102 laboratórios de instituições científicas pertencentes ao então denominado Ministério de Ciência e Tecnologia, cuja metodologia consistiu em ir aos locais de trabalho dos cientistas e entrevistá-los, aplicando questionário. O objetivo da pesquisa era conhecer as rotinas das atividades dos cientistas, saber o que eles conheciam e pensavam sobre a preservação dos documentos por eles produzidos durante suas pesquisas, e também saber se as instituições onde trabalhavam tinham setor específico para recolhimento e preservação desses acervos. “Este conhecimento é fundamental para o papel do MAST diante do grande desafio que lhe está sendo direcionado: auxiliar os demais institutos do Ministério da Ciência e Tecnologia na tarefa de preservação de sua memória científica” (SILVA, 2009, p. 142).

De acordo com Silva (2009, p. 141) há dois grandes desafios para a implementação das práticas arquivísticas no tratamento de acervos de Ciência e Tecnologia. De um lado, existe a falta de conhecimento do profissional arquivista dos conteúdos e processos específicos da área científica cuja documentação deverá ser tratada. Nesse sentido, o trabalho do arquivista deverá ser multidisciplinar, em colaboração com o cientista. De outro lado, a variedade de suportes da documentação produzida em laboratório (além do papel, planilhas, bases de dados, plantas, minerais, máquinas, instrumentos, etc.) representa uma dificuldade adicional para o arquivista na hora de classificar e registrar os acervos.

A primeira questão da pesquisa de Silva referia-se à existência de um setor de documentação ou arquivo na instituição científica. O resultado do

questionário apontou que para 46% dos entrevistados, haveria tal setor, enquanto 53% dos entrevistados responderam que não.

A análise de Silva concluiu então que

as instituições pesquisadas não possuem um arquivo institucional que recolha a documentação produzida por todos os setores. Quando existem arquivos, eles são setoriais. Esta tarefa é atribuída as bibliotecas, que acabam funcionando como centro receptor e armazenador da documentação dos resultados finais ou preliminares da pesquisa desenvolvida. A documentação administrativa do laboratório é guardada no próprio laboratório ou então na secretaria do Departamento e/ou Divisão a qual laboratório está vinculado. E acaba abandonada, perdida ou esquecida (SILVA, 2009, p.145).

Segundo Silva, o setor mais usado para o encaminhamento da produção documental é a biblioteca, porque a maioria dos cientistas associam esses espaços à preservação daqueles documentos que eles consideram mais importantes: os artigos, separatas, teses, e relatórios finais. Contudo, além das bibliotecas, existem outros locais onde os cientistas guardam os documentos, sendo os espaços de guarda da documentação oriunda da atividade de pesquisa científica mencionados pelos cientistas entrevistados muitos e diversificados, tais como: Divisão ou Coordenação de Informação, a própria Coordenação à qual o laboratório está vinculado, depósito específico para processos de prestação de serviço, Arquivo Setorial, Arquivo do Sistema de Qualidade, Arquivo morto (SILVA, 2009, p. 143). Outro ponto verificado na pesquisa foi o armazenamento de documentos eletrônicos, feito em geral no próprio local de pesquisa. De modo análogo, os documentos administrativos são guardados nos laboratórios ou nas secretarias dos departamentos aos quais estes estão vinculados.

Os resultados da pesquisa de Silva (2009, p. 142-145) apontaram para o fato de que não existe uma gestão geral de documentos produzidos pela pesquisa científica nas instituições do MCT. As normas são criadas pelo laboratório e até pelo próprio cientista; em muitos casos ele mesmo faz o gerenciamento de documentos e determina o seu destino final. A pesquisa também apontou para uma visão que associa local de guarda a sigilo, sendo

que ambos os aspectos das práticas arquivísticas estão desvinculados, já que, para manter o sigilo é necessário apenas impor restrição ao acesso, de acordo com as regras de classificação dos documentos.

Assim, sua análise ressaltou a importância da gestão de documentos produzidos pela pesquisa no âmbito das instituições científicas, conforme abaixo:

Um dos pontos fundamentais para se tratar a questão da preservação de documentos é a elaboração de normas e diretrizes para regular tanto seus procedimentos de produção e guarda, quanto seu destino final. A existência de normativas, se não garante, pelo menos minimiza os casos de abandono, descaso e eliminação de documentos. Normas institucionais com o objetivo de traçar critérios de seleção e guarda, bem como destinação de documentos, devem ser criadas e estipuladas de acordo com os interesses da instituição e obedecendo a legislação vigente no âmbito nacional e internacional (SILVA, 2009, p. 144).

Na ausência de setor de arquivo institucional qualificado, que assuma a atividade de recolhimento da documentação, elaboração e aplicação de normas e princípios arquivísticos, fica para o pesquisador o controle e a decisão do que fazer com a massa documental produzida durante as pesquisas, definindo, ele mesmo o critério de atribuição de valor. “O valor que justifica, para ele, o esforço da conservação é o interesse científico” (WELFELÉ, 2004, p. 70). Na concepção do cientista, o mais importante a preservar são os documentos do resultado final da pesquisa, o artigo ou a separata, e dados que poderão ser reutilizados para outra pesquisa. Os chamados “materiais intermediários”, segundo essa concepção, poderiam ser descartados.

Para Santos, na definição e tratamento dos arquivos produzidos pelas atividades científicas deve ser estabelecida uma relação com os conceitos e teorias da sociologia da ciência, seja na linha de Robert Merton, seja na linha dos estudos etnográficos de laboratório, desenvolvidos por vários autores, entre eles Bruno Latour. O importante é o arquivista “[...] compreender o que são e que funções cumprem as diferentes formas e registros documentais da

ciência, tratadas como parte de um todo orgânico que denominamos arquivo” (SANTOS, 2009, p. 121).

Nesse sentido, na proposta de Santos, as perspectivas teóricas e metodológicas da Arquivologia devem ser articuladas a uma reflexão sobre a organização da ciência e as práticas dos cientistas, feita com base na sociologia da ciência e seus instrumentos conceituais. Com isso o arquivista poderia compreender e analisar as atividades dos cientistas “para empreender o tratamento dos acervos e garantir a organicidade dos mesmos” (SANTOS, 2009, p. 121).

Santos realizou sua pesquisa de campo no Laboratório de Genômica Funcional e Bioinformática do Instituto Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, onde observou a criação dos documentos, as tipologias documentais e como se dava, na prática, a preservação e a utilização dos documentos. Em sua pesquisa, deteve-se sobretudo em um tipo de documento apontado em entrevistas dos cientistas como central em seu trabalho, tanto quanto o artigo científico: o caderno de laboratório ou caderno de protocolo, análogo ao caderno de campo utilizado nas ciências humanas (antropologia, sociologia, etc.) e algumas especialidades das ciências biológicas, como a botânica e a entomologia. No caderno de laboratório fica registrada a atividade cotidiana do cientista, incluindo os procedimentos adotados em suas pesquisas. Esse documento teria portanto valor de prova, característica por definição do documento de arquivo, segundo a Arquivologia. Mas para muitos cientistas entrevistados por Santos, seria um documento pessoal, na medida em que contém anotações suas e não se prevê que seja disponibilizado ao público, ao contrário do artigo científico. Nesse sentido, a motivação para a sua conservação pelo cientista está relacionada à memória individual, que pode estar representada por qualquer papel, instrumento, equipamento, ou objeto cujo significado é ser o símbolo de orgulho por algum trabalho de pesquisa bem-sucedido por ele realizado (SANTOS, 2012, p. 318).

No que se refere à distinção entre arquivos institucionais e arquivos pessoais, segundo Welfelé, (2004, p. 68, 70), os arquivos dos cientistas têm muitos documentos de fato referentes a eles próprios, como diplomas, prêmios recebidos, correspondência, etc. Mas frequentemente são encontrados nos

arquivos pessoais de cientistas documentos de caráter público, provenientes de sua atuação em instituições científicas, que foram levados para casa muitas vezes por motivação sentimental – como os cadernos de laboratório.

Segundo a historiadora Angela de Castro Gomes,

Essas práticas de produção de si podem ser entendidas como englobando um diversificado conjunto de ações, desde aquelas mais diretamente ligadas à escrita de si – como é o caso das autobiografias e dos diários -, até a da constituição de uma memória de si realizada pelo recolhimento de objetos materiais com ou sem a intenção de resultar em coleções (GOMES, 2004, p. 11).

Silva ressalta que a documentação produzida na instituição é importante também para a trajetória profissional dos cientistas. Assim, o fato de não existirem limites claros entre documentos institucionais e os de caráter pessoal, pertencentes ao cientista, está relacionado, primeiramente, à ausência de normas institucionais a respeito dos acervos produzidos em projetos de pesquisa. O cientista fica com total controle e gerenciamento sobre os arquivos produzidos (SILVA, 2007, p.71, 75, 79-82).

Trata-se de uma situação que não traz vantagens para a instituição, pois esta pode vir a perder o controle sobre seu acervo, o que se refere aos testemunhos de suas atividades. E isto significa perdas importantes para o registro da trajetória da instituição (SILVA, 2007, p. 71).

Por outro lado, diante do cenário de transformações no mundo moderno associadas ao avanço das tecnologias, Welfelé (2007) ressalta que houve mudança nos modos de produção e armazenamento de documentos e informações nas diversas áreas da ciência, e que esse impacto atingiu particularmente as chamadas tecnologias da informação. De fato, em período mais recente, a utilização de computadores e da rede mundial de computadores, a internet, tornaram-se os meios mais utilizados para a criação de documentos e o acesso à informação.

As redes de internet integram pesquisadores de qualquer localidade geográfica, e o uso do correio eletrônico tornou-se indispensável para troca de informações e documentos. O uso das redes possibilita a formação e

interatividade de equipes dispersas em qualquer região geográfica; em contrapartida, contribui para o aumento exponencial, a frequente duplicação e a dispersão dos arquivos que registram as trocas de informação realizadas por essas equipes, os quais ao término dos trabalhos são abandonados até serem eliminados, muitas vezes sem passar por uma avaliação.

Os documentos de uma dada atividade (uma decisão administrativa, um projeto de pesquisa) ficam dispersos entre os colaboradores de todas as instituições participantes. Na ciência moderna e na tecnologia isso pode envolver centenas de cientistas trabalhando em muitas instituições de vários países. A fragilidade física de muitas mídias – a visual, a baseada em papel e especialmente os documentos eletrônicos – acrescenta problemas de preservação específicos para comprovação nestes formatos (SAMUELS, 2007, p. 75).

Helen Samuels (2007) levantou a questão dos desafios dos arquivistas que deverão tratar dos arquivos de Ciência e Tecnologia, diante do volume, dispersão, duplicação e natureza transitória dessa documentação (SAMUELS, 2007, p. 74). Samuels defende que a avaliação e seleção dos arquivos a guardar deve seguir uma abordagem “funcional”, iniciando a análise pela compreensão dos diversos processos envolvidos nas atividades científicas e tecnológicas das instituições, e particularmente, das universidades.

Na impossibilidade de se guardar todos os materiais documentais produzidos nas atividades científicas e tecnológicas, Welfelé afirma que há necessidade de inovação das formas de preservação:

Eu queria também abrir espaço para uma reflexão sobre os modos de salvaguarda possíveis hoje para a ciência. Se não podemos guardar objetos e documentos da experiência em sua materialidade, é preciso pensar em outras formas de conservação (WELFELÉ, 2007, p. 148).

De acordo com Welfelé (2004, p. 71), salvaguardar os registros de um trabalho de pesquisa tanto para uso científico quanto para uso da história da ciência requer parar de pensar na preservação no âmbito estritamente físico dos documentos e objetos, e começar a pensar numa forma mais abrangente de preservação da informação. Ela cita o exemplo de uma máquina, e, diante

da impossibilidade de guarda-la enquanto objeto, recomenda guardar os registros sobre sua construção e utilização, fazendo um inventário por meio de fotografias, esquemas, notas e vídeos.

Exemplificando essa questão, Silva (2007) refletiu sobre duas experiências europeias relatadas na revista *Janus*, publicada pelo Conselho Interacional de Arquivos (CIA) em 1995. O caso sueco girava em torno de uma ampla discussão em caráter nacional, liderada pelo Royal Institute of Technology, sobre como guardar os modelos tridimensionais produzidos pelos alunos de arquitetura. “A solução encontrada foi a guarda no arquivo somente das fotos dos modelos. Essa solução satisfaz os propósitos e à natureza dos arquivos, preservando os registros sobre essa produção”, conforme registrou Silva (SILVA, 2007, p. 38). O caso inglês, segundo ela, foi mais sério, na medida em que a Universidade de Heriot-Watt tornou-se o depositório de artefatos históricos, assumindo um papel, a seu ver, “desconfortável”, na medida em que essa não deveria ser uma função das instituições arquivísticas.

Silva desenvolveu suas reflexões em torno das duas questões essenciais na preservação de arquivos científicos; a saber: Quais materiais deve-se guardar? e Onde guardar os materiais recolhidos? Assim como Santos, ela preocupou-se em levar em conta a perspectiva da história da Ciência e da Tecnologia.

Para o historiador, especialmente o da ciência, os documentos podem oferecer elementos importantes a serem considerados. No entanto, é preciso relativizar, porque não há possibilidade de se preservar tudo, é preciso uma seleção. Mas para haver critérios consistentes e bem fundamentados para a seleção e a avaliação, é necessário entender sua importância. Para isso, torna-se fundamental a participação do cientista nesse processo. Ele produz os documentos por certos motivos e para determinados fins. Portanto, é preciso entender o que a documentação representa e qual sua importância sob o ponto de vista de seus produtores (SILVA, 2008, p. 95).

Também de acordo com Welfelé (2004, p. 68), são tarefas do profissional arquivista entender a relação que o cientista mantém com as produções documentais, assim como fazê-lo entender a importância de

preservar para a história e sociologia das ciências, e ao mesmo tempo tratar os arquivos e torná-los disponíveis para o acesso.

Segundo a perspectiva de Bruno Latour, segundo a qual a Ciência e a Tecnologia são construções coletivas, produtos de sucessivos processos de negociação entre os diferentes atores, haveria muitos documentos e materiais a serem conservados em prol do interesse da sua história.

Deixados á própria mercê, uma afirmação, uma máquina, um processo se perdem. Atentando apenas para eles, para suas propriedades internas, ninguém consegue decidir se são verdadeiros ou falsos, eficientes ou ineficientes, caros ou baratos, fortes ou fracos. Essas características só são adquiridas pela incorporação, em outras afirmações, outros processos e outras máquinas (LATOURE, 2000, p. 52).

Acompanhando as propostas teórico-metodológicas de historiadores e sociólogos das ciências como Latour e outros, a História da Ciência no Brasil tem ampliado suas fontes de pesquisa, e se ocupado de temas como a história institucional, com o objetivo de entender o seu funcionamento, as atividades, e o papel dos cientistas e outros funcionários e profissionais ligados à produção científica. Assim, os historiadores e muitos arquivistas brasileiros estão mais sensíveis à importância de preservar, além do acervo de C&T referente ao resultado final da pesquisa, também os arquivos produzidos durante as atividades até o resultado final. Este últimos, apesar de não serem vistos pelos cientistas como relevantes, como por exemplo no caso dos documentos relativos a pesquisas que não deram certo, ou à administração das pesquisas, são fontes documentais que podem dar origem a diversas abordagens históricas, na medida em que informam sobre as práticas e controvérsias científicas, e os avanços e recuos do desenvolvimento do conhecimento.

Assim, além dos institutos de pesquisa, também as universidades federais brasileiras precisam refletir sobre a importância não apenas de guardar os arquivos em espaços prediais ou digitais, mas de estabelecer uma política de preservação a fim de prolongar ao máximo os “rastros escritos” do passado, visando seu acesso pelos historiadores da ciência e tecnologia do presente e do futuro. A instituição que for proativa na implantação de políticas de preservação de documentos pode estar se antecipando aos problemas de

perda das informações contidas nos arquivos, sendo que esta política “deverá estar contemplada em um programa/plano de preservação de curto, médio ou longo prazos [...] (GUIMARÃES, 2012, p. 81).

CAPÍTULO 3

3 PRESERVAÇÃO DO ACERVO DE C&T DA FNFi/PROEDES: UMA ANÁLISE DO CASO DA ASTRONOMIA

3.1 O Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade - PROEDES

A história de resgate e a situação do Fundo de documentos sobre a FNFi estão associadas ao Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) que é um laboratório de pesquisa ligado à Faculdade de Educação da UFRJ, responsável por resgatar, organizar e preservar documentos relativos à história da educação no Brasil. A criação do PROEDES está relacionada ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa sobre a história da FNFi desde sua criação, ainda na Universidade do Brasil, até seu fechamento, quando a UB já tinha mudado de nome para UFRJ.

De acordo com Maria de Lourdes Fávero⁴¹, o projeto de pesquisa foi iniciativa de um grupo de pesquisadores da Faculdade de Educação da UFRJ, com início em 1987, que tinha como objetivos, investigar, recuperar e organizar fontes documentais sobre a FNFi, assumindo que tais fontes eram conjuntos representativos da memória coletiva da universidade e instituindo-os em patrimônio cultural. “Buscava-se conhecer os fatos e as razões que contribuíram para o caminho e descaminhos dessa Faculdade [...]” (FÁVERO, 2002, p. 5), desde a sua criação em 1939 até o seu desmembramento em 1968, em várias unidades dentro da UFRJ.

À medida que desenvolvíamos a pesquisa “História da Faculdade Nacional de Filosofia: 1939-1968” e éramos compelidos a organizar o acervo dessa Faculdade, nossas reflexões se ampliavam em dupla direção: de um lado, a certeza da necessidade de se dominar um conteúdo teórico para intervir na realidade, admitindo que teoria é indispensável para se lidar com os fatos, para se dialogar com as fontes; de outro, a necessidade de se criar um espaço que favorecesse o

⁴¹ **Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero.** É pesquisadora honorária do PROEDES e foi sua coordenadora desde a criação em 1990 até 2009. Formada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia do Recife (1958), possui Mestrado (1972) e Livre-docência em Educação (1976), pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É professora aposentada na Faculdade de Educação da UFRJ, e autora de diversos livros e artigos sobre a história da UFRJ e da FNFi. Fonte: <http://www.educacao.ufrj.br/proedes/integrantes/>

diálogo teórico-metodológico, de forma consistente e consequente, tendo claro que a produção científica não se faz isoladamente (FÁVERO, 2002, p. 7).

Segundo Fávero, durante a realização do projeto de pesquisa, a equipe verificou que o acervo da FNFi estava em situação de conservação e organização muito ruins, com documentos sendo destruídos sem nenhum critério de atribuição de valor.

Para surpresa da equipe, deparamo-nos com grande massa de documentos, sem nenhuma organização arquivística, muitos deles estragados, com perda de informações, outros acidificados pela falta de climatização, muitos danificados pela ferrugem de cliques e grampos de ferro, enquanto outros ainda incompletos. O acesso e o contato direto com essas fontes nos deixaram perplexos em relação ao estado lamentável de conservação desse fundo, sobretudo porque acreditávamos de que se tratava de um arquivo de grande relevância para um conhecimento mais completo da história da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como também das instituições educacionais e científicas do país (FÁVERO, 2008, p. 224).

Ao mesmo tempo em que a equipe de pesquisadores buscava respostas para seus questionamentos sobre a história da FNFi também se esforçou para implementar ações que viessem a mudar na prática ou ao menos amenizar o quadro de deterioração e desorganização dos documentos. Na visão desses pesquisadores, tratava-se de fontes documentais de relevante interesse para a história das instituições educacionais e científicas do Brasil. Sendo assim, o acervo passou por tratamento de organização e higienização. Conforme relatos de Fávero sobre a situação da massa documental encontrada pela equipe de pesquisadores, não se encontrou informação sobre muitos documentos em avançado estado de deterioração. Deve-se ressaltar que alguns documentos importantes, como as Atas das reuniões da Congregação da FNFi entre 1962 e 1964 haviam sido subtraídos ou destruídos, e nunca foram localizados (FÁVERO, 2020, p. 360).

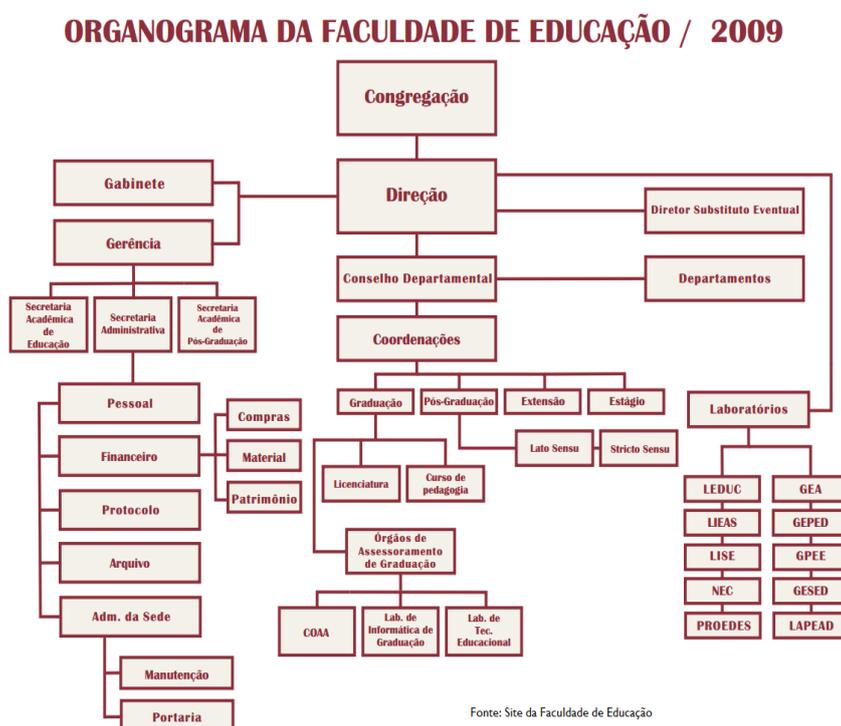
Assim, os objetivos que motivaram a criação do PROEDES já apontavam na direção da pesquisa, da formação, e da preservação de acervos.

Em 1990 o PROEDES foi aprovado como um Projeto Integrado, e ganhou o nome e a sigla atuais; mais tarde, em 1994, foi reconhecido pelas instâncias superiores da UFRJ como Programa. Aquela tripla frente de trabalho original mantém-se ainda hoje (2021), conforme se pode ler abaixo, na página do Programa na Internet:

O PROEDES tem se empenhado em desenvolver estudos e pesquisas, bem como examinar, recuperar e organizar fontes documentais, constituindo-se, assim, em um Centro de Documentação interessado em problematizar a memória e a história da Educação Brasileira. Como Programa, tem por objetivos: a) realizar estudos e pesquisas referentes ao fenômeno da educação, tematizando as diversas modalidades de instituições e saberes educativos, suas práticas e sujeitos; b) contribuir para a formação de pesquisadores; c) constituir-se em um centro de documentação em educação brasileira (PROEDES, s.d.)

A Figura 2 apresenta a sua localização na estrutura administrativa da Faculdade de Educação da UFRJ, como Laboratório de Documentação e Pesquisa, status alcançado em 2009.

Figura 2 - Organograma da Faculdade de Educação da UFRJ em 2009



De acordo com o levantamento feito por Fávero, em 2002 o PROEDES guardava 41 fundos de arquivos, compondo um total de cerca de 250 mil documentos. Ao longo dos anos, o Programa adquiriu outros fundos, ao mesmo tempo em que tentou dar tratamento técnico adequado aos acervos sob sua responsabilidade, sem deixar de oferecer apoio à pesquisa por intermédio do acesso aos documentos.

Acreditamos que o Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade vem produzindo referências na área e contém valioso “potencial multiplicador” o que se expressa mediante: a participação de seus membros em reuniões científicas; pelo número e qualidade de suas publicações e o fato de se constituir em espaço de estudo e investigação procurado por pesquisadores de várias instituições locais, nacionais e internacionais [...] (FÁVERO, 2002, p. 9).

Sob a guarda do PROEDES estão abrigados importantes arquivos institucionais, dentre os quais podemos destacar, além da FNFi, os arquivos do IESAE (Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas) e da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), ambos adquiridos mais recentemente. Dentre os arquivos pessoais destaca-se a coleção sobre o educador brasileiro, Anísio Spínola Teixeira (1900-1971), que, além de fundador e primeiro reitor da UDF atuou, inclusive, na FNFi, como professor na cadeira de Administração escolar e Educação comparada, e mais tarde como catedrático da mesma cadeira. Em levantamento mais recente, foi contabilizado um total de cerca de 400 mil documentos (FÁVERO, 2020, p. 363). O PROEDES está cadastrado no Arquivo Nacional-CONARQ, no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos.

Ao longo dos mais de 30 anos desde sua criação, diversas pesquisas históricas foram desenvolvidas com base na documentação depositada no PROEDES, enfocando temáticas ligadas sobretudo à história da educação superior no Brasil e o pensamento de educadores brasileiros. No entanto, a documentação do PROEDES e o Fundo FNFi em particular ainda não foram explorados pela historiografia das ciências no Brasil. Como se pode depreender por meio do balanço realizado por Fávero em 2020, conta-se

apenas duas dissertações de mestrado ligadas à área, ambas no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ: 1) de Ana Elisa Gerbasi C. de Almeida, com o título “A Faculdade Nacional de Filosofia e a Criação de Instituições Científicas: o caso do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas”, defendida em 1992; e 2) de Nadja Paraense dos Santos, com o título “Da Faculdade Nacional de Filosofia à criação do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro”, defendida em 1994 (FÁVERO, 2020, p. 365). Como resultado de nossa pesquisa, espera-se que tais fontes documentais venham complementar a história do ensino da Astronomia no Brasil, demonstrando o potencial do PROEDES para a História das Ciências no Brasil, de um modo geral.

3.2 A Astronomia no Fundo FNFi: identificação e diagnóstico

A importância do Fundo FNFi para a história da UFRJ e para a história da educação no Brasil é confirmada pela produção científica já alcançada, e pela demanda regular de sua consulta por pesquisadores. Os pesquisadores, arquivistas e demais profissionais responsáveis pelo PROEDES preocupam-se em manter em boas condições de uso e sobretudo dar acesso aos documentos, reeditando o esforço inicial da Prof^a. Maria de Lourdes Fávero, coordenadora do Laboratório desde sua criação, em 1987 até 2009.

3.2.1 Identificação

O acervo do Fundo FNFi é constituído por documentos produzidos desde a criação da Faculdade até a sua extinção, os quais refletem suas atividades e sua história no cenário das políticas de ensino superior no Brasil. São documentos que tratam por exemplo sobre corpo discente, corpo docente, estruturas físicas de laboratórios, reformas de currículos de cursos, eventos e solenidades em geral, visitas de personalidades políticas, visitas ou cursos de professores estrangeiros, órgãos colegiados e congregação, conselho de pesquisas e outros conselhos, dispositivos legais, correspondências, processos

administrativos, dossiês de alunos, dossiês de professores etc. Em vista disso, há uma grande diversidade de espécie de documentos como atas, cartas, fotografias, ofícios, processos, recortes de jornais, relatórios, etc.

O quantitativo da massa documental do Fundo FNFi é de cerca de 110 mil documentos (FÁVERO, 2020, p. 360). Deste imenso universo de documentos não foi possível identificar uma amostra significativa relacionada diretamente à Astronomia. Além disso, devido à suspensão das atividades na UFRJ em virtude da pandemia da Covid-19, e à interrupção do acesso ao PROEDES, apenas os documentos examinados e fotografados previamente, no total de 24, e as atas de 1957 e 1958 puderam ser analisados nessa pesquisa. Embora esse volume de documentos seja ínfimo diante do conjunto, sua importância não deve ser desprezada, já que o curso de graduação em Astronomia da FNFi foi o primeiro e único no Brasil durante quase meio século. Assim, é um dos objetivos desse trabalho ressaltar a importância da documentação depositada no PROEDES e nas instituições universitárias não apenas como fonte para a história da educação mas também para a pesquisa em História das Ciências no Brasil. Nesse sentido, alinhando-se com Paul Ricouer, essa dissertação considera os documentos identificados como “rastros escritos” de uma história do ensino de Astronomia no Brasil nas décadas de 1950-1960, ainda pouco explorada.

Tais documentos foram localizados através de uma pesquisa feita em uma listagem provisória do Fundo fornecida pelo PROEDES, denominada “Planilha documental”. A planilha é um arquivo em pdf de 387 páginas, elaborado e fornecido pelo PROEDES apenas a pedido, para os pesquisadores (ver um fragmento no Anexo A). Nessa planilha há nove campos para identificação dos documentos que compõem o Fundo FNFi. Ressalta-se que na referida planilha consta apenas parte do conjunto total deste Fundo, e que, segundo informações fornecidas informalmente por profissionais do PROEDES, resta outra parte ainda não identificada em nenhum instrumento. A descrição comentada de cada campo segue abaixo.

Campo 1: Notação atribuída – ou o número da pasta em que estão acondicionados os documentos, de 1 a 857;

Campo 2: Título/descrição do documento na pasta – uma breve descrição dos documentos, em linguagem informal;

Campo 3: Seção – esse campo está quase que totalmente em branco na planilha, com algumas poucas pastas com a seção identificada como “Divisão de Pessoal” e “Secretaria”;

Campo 4: Assunto (Código) – nesse campo os assuntos estão identificados através de códigos;

Campo 5: Assunto – nesse campo os assuntos estão identificados através de palavras-chave, como “Biblioteca”, “Obras e reparos”, ou “Demissão docente”;

Campo 6: Espécie(s) documental – o preenchimento desse campo obedece às definições do *Dicionário de Terminologia Arquivística* (2005);

Campo 7: Datas-limite – os anos inicial e final de produção dos documentos;

Campo 8: Localização – esse campo está totalmente em branco na planilha;

Campo 9: Observações – esse campo, destinado a informações complementares, está na maior parte da planilha em branco; no que se refere aos documentos de Astronomia localizados, está totalmente em branco.

Como mecanismo de pesquisa de documentos sobre Astronomia no Fundo FNFi buscou-se na “Planilha documental” documentos em que em um dos campos constasse qualquer uma das seguintes palavras-chave: Astronomia; Valongo; Eclipse e Machado (Prof. Luiz Eduardo da Silva Machado).

Em síntese, o resultado da pesquisa na planilha pdf foi a localização de várias pastas para uma única palavra-chave pesquisada. Além disso, uma pesquisa feita diretamente no acervo mostrou que no interior de determinada pasta havia documentos de espécies muito variadas. Segue abaixo um quadro com as palavras-chave pesquisadas e as respectivas pastas localizadas, conforme consta na planilha do PROEDES:

Quadro 5 – Palavras-chave da pesquisa no Fundo FNFi/PROEDES

Palavra-chave pesquisada	Pasta	Assunto
Astronomia	162	Cursos
	338	Ensino / Frequência de alunos
	446	Alteração no currículo
	450	Currículo dos cursos
	556	Plano / Projeto e Pesquisa
	709	Graduação
	712	Pós-graduação
	713	Pós-graduação
	748	Intercâmbio
	857	Pessoal / Corpo docente / Contratação
Valongo	243	Eclipse
	709	Graduação
Eclipse	243	Eclipse
	709	Graduação
Machado	602	Disciplinas de professores

Elaborado pela autora

Para os objetivos da pesquisa, houve a necessidade de identificar os documentos por item individual, em cada pasta. Assim, foi elaborado um modelo de ficha mista, de identificação e diagnóstico (Apêndice B). Como já foi dito, os documentos contidos em algumas dessas pastas não serão aqui tratados, mas apenas aqueles em que, além das respectivas fichas terem sido preenchidas antes do fechamento do PROEDES, foram obtidas fotografias. As pastas que não tiveram seu conteúdo examinado foram as seguintes: 243 (Eclipse – a pasta estava vazia), 712 e 713 (Pós-Graduação), 748 (Intercâmbio), 857 (Pessoal / Corpo docente / Contratação) e 602 (Disciplinas de professores).

No que diz respeito aos campos de identificação dos documentos incluídos na ficha-modelo a ser preenchida ao longo da pesquisa, buscou-se apoio nas conceituações de Heloísa Liberalli Bellotto e Bruno Delmas, algumas das quais serão apresentadas nos próximos parágrafos.

De acordo com Bellotto (2007), a espécie documental é o nome que recebe um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações apresentadas. Uma ata, por exemplo, contém as informações do que foi discutido e decidido em uma reunião; já uma carta é um meio de correspondência utilizada na administração pública ou privada ou por pessoas físicas; relatório é a exposição de ocorrências, fatos ou atividades realizadas. Assim, segundo essa autora, “é a espécie documental que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo direito administrativo” (BELLOTTO, 2007, p. 56).

A mesma autora preocupou-se em estabelecer a diferença entre a diplomática, disciplina tradicional, cuja origem remonta ao século XVII, e a tipologia documental/arquivística, cujo corpus teórico tem origem mais recente, e foca na gênese documental:

A tipologia documental é a ampliação da diplomática na direção da gênese documental e de sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora /acumuladora.

[...] o objeto da diplomática é a configuração interna do documento, o estudo jurídico das partes e dos seus caracteres para aquilatar sua autenticidade e fidedignidade, enquanto o objeto da tipologia o estuda como componente de conjuntos orgânicos, isto é, como integrante da mesma série documental, advinda da junção de documentos correspondentes à mesma atividade (BELLOTTO, 2007, p. 52).

Assim, segundo Bellotto, “a espécie torna-se tipo [documental] quando lhe agregamos a sua gênese, a atividade/função/razão funcional que lhe gera a aplicação de uma *actio* em uma *conscriptio* (a espécie)” (BELLOTTO, 2007, p. 57; grifos da autora).

Outro aspecto importante na identificação dos documentos é sua “forma”, que para Delmas, pode ser definida como o

[c]onjunto dos elementos externos e internos (relativos ao contexto, ao conteúdo e à estrutura) de um documento, que lhe dão o aspecto que responde à natureza diplomática e jurídica, quer dizer, à sua função, dentro das regras e usos da instituição que o estabelece. As características internas do texto são os elementos de forma próprios do texto dos documentos: língua, estilo, diagramação e formulação do discurso diplomático (o protocolo inicial, o teor com o dispositivo e as cláusulas, o protocolo final com os signos de validação etc.); são os elementos da estrutura do texto, dos dados, da informação da mensagem. As características externas são todas as menções complementares: cabeçalho e selos, registros, anotações, visto etc. todas as informações burocráticas que podem ser mais ou menos assimiladas a uma metainformação, e que definem o contexto dos dados ou do texto, são todas as características físicas, técnicas, informáticas do suporte (DELMAS, 2010, p. 155-156).

Apoiando-se Bellotto nas formulações de Delmas, afirma que a “estrutura” dos documentos é o conjunto de elementos externos e internos, que podem ser assim definidos:

Os elementos externos, extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais, têm a ver com a estrutura física e com a forma de apresentação do documento. Relacionam-se com o gênero, isto é, com a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos de que seus executores se serviram para registrar a mensagem.

[Os] elementos internos, intrínsecos, substantivos ou de substância têm a ver com o conteúdo substantivo do documento, seu assunto propriamente dito, assim como com a sua natureza de sua proveniência e função (BELLOTTO, 2007, p. 54).

No Quadro 6 são listados e descritos os campos da ficha de identificação e diagnóstico elaborada para esse trabalho, inicialmente preenchida com informações extraídas do conjunto de documentos relativos à Astronomia no Fundo da FNFi:

Quadro 6 – Descrição dos campos da ficha de identificação e diagnóstico

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO E DIAGNÓSTICO: DESCRIÇÃO DOS CAMPOS	
CAMPO	DESCRIÇÃO DO CAMPO
1 Pasta ou Ata	O número da pasta na qual está localizado o documento; ou a data da ata
2 Registro	Número atribuído pela autora ao documento
3 Espécie de documentos	Se é ata, carta, ofício, processo, relatório, etc. De acordo com a definição de Bellotto
4 Assunto	O tema que determina o objetivo da criação do documento
5 Autor (es)	Criador (es) do documento (em nome da Instituição)
6 Local	Localização geográfica da criação do documento
7 Data	Data de criação do documento
8 Especificação do documento	Refere-se à especificação do gênero documental; se é textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, etc. e ao modo de registro da informação; se é datilografado, impresso, manuscrito, etc.
9 Número de páginas	Especificação da quantidade de páginas do documento
10 Suporte	Especificação do tipo de suporte em que a informação está registrada.
11 Idioma	O idioma em que está disposta a informação no documento.
12 Estado de conservação	Informações sobre os principais danos encontrados no suporte do documento.
13 Conteúdo	Resumo com transcrição de trechos importantes.
14 Observação	Registro de informações complementares.

Elaborado pela autora

3.2.2 Diagnóstico

Para coletar dados sobre o estado de conservação dos documentos, foi incluído um campo específico de diagnóstico na ficha de identificação de cada item, proposto com base na leitura de diversos autores. A unanimidade desses autores recomenda formular-se diagnóstico do estado de conservação dos documentos, antes de qualquer outro procedimento ou intervenção de Conservação Preventiva (SPINELLI, 1997; HAZEN, 2001; ZUÑIGA, 2002; GUIMARÃES, BECK, 2007; HOLLÓS, 2010; HANNESCH, 2013; BOJANOSKI, 2018). Como afirma Jayme Spinelli,

Em todo acervo documental no qual se deseje a aplicação de um método de conservação é necessário primeiro um levantamento de seu estado geral de conservação, [...] pois o ataque de fungos, insetos e as condições ambientais são os problemas mais generalizados e urgentes nas bibliotecas e arquivos (SPINELLI, 1997, p. 21).

A bibliografia mais recente tende a não recomendar a realização de um exame individual, de cada item. No entanto, no caso dessa pesquisa, em que foi selecionada uma amostra pequena do acervo, optou-se pela proposição e preenchimento de um campo para diagnóstico por item documental. Nesse campo dedicado ao diagnóstico, considerou-se importante registrar dados indicando a que tipo de ameaças o documento está vulnerável, ou seja, se a deterioração predominante está relacionada ao meio ambiente (como umidade e temperatura extremos e/ou variáveis), a agentes biológicos (como insetos, fungos ou roedores), à poluição atmosférica (poeira e gases ácidos), à iluminação (luz natural ou artificial), ao manuseio dos documentos ou ao acondicionamento inadequado.

De acordo com a conservadora-restauradora Ozana Hannesch, o detalhamento e a exaustividade das informações devem ser considerados no levantamento de dados sobre o estado de conservação. O exame técnico deve estar refletido na ficha diagnóstico, sendo preferível uma ficha que apresente, além dos danos, as características, o tipo de material e outras informações sobre o documento, dossiê ou acervo.

O exame técnico deve estar refletido na ficha de diagnóstico ou relatório sobre o documento, dossiê ou acervo. E, apesar de mais lento, muitas vezes é preferível trabalhar com uma ficha-diagnóstico mais exaustiva – onde se apresentam não apenas os danos e necessidades de tratamento, mas as características, materiais e outras informações detalhadas sobre o material – do que uma ficha sucinta. Para além de identificar o estado de conservação e os danos do acervo, a documentação constitui-se á parte do documento/acervo, de modo a subsidiar o monitoramento da degradação em médio e longo prazos e o histórico dos danos e das intervenções, sendo uma importante fonte de informação sobre os métodos e materiais utilizados e sobre os resultados alcançados (HANNESCH, 2013, p.171-172).

Assim, o exame do estado de conservação em que se encontram os documentos foi parte importante de nossa pesquisa. A elaboração das fichas de identificação e diagnóstico foi um dos produtos desse trabalho, visando contribuir para o planejamento da preservação dos documentos, aqui entendida sob o enfoque de Conservação Preventiva.

Verificou-se que o material de suporte de todos os documentos identificados é o papel. A durabilidade do papel está associada à qualidade do material que o compõe Segundo Hannesch (2013, p. 70), “[o] papel começou a ser introduzido como suporte de uso cotidiano europeu nos séculos XI e XII”, produzido com trapo de tecido, cuja produção vai até o século XIX.

De acordo com a conservadora Ingrid Beck (2007), os chamados papéis de trapo produzidos antes de 1850 apresentavam alta qualidade, pois a produção era feita com celulose de elevada pureza das fibras de tecido de algodão e de linho, além de água alcalina, que vinha direto da montanha, carregada de carbonato de cálcio.

Ainda no século XIX, “a escassez de trapos e a demanda incessante de papéis fizeram com que se procurasse uma nova matéria-prima para a produção de fibras” (HANNESCH, 2013, p. 70). Sendo assim, a partir de 1850 a fibra de madeira passou a ser utilizada como nova matéria-prima; a produção do papel então se dava a partir de do processamento mecânico da madeira em máquina que separava as fibras, formando então uma pasta de fibra de madeira. O papel produzido a partir daí perdeu qualidade e desse modo a

deterioração dos documentos tornou-se mais rápida porque, como esclarece Hannesch:

A pasta mecânica, como ficou conhecida, apresentava um alto rendimento da madeira, pois possibilitou o aproveitamento de mais de 90% do vegetal na fabricação de fibras. Entretanto, representou uma redução da estabilidade química do suporte, pois a celulose [de madeira] [...] vinha agregada com muitas outras substâncias presentes no vegetal, consideradas impurezas, como a lignina, as resinas e a hemiceluloses (HANNESCH, 2013, p. 72).

Nesse sentido, os papéis que foram produzidos com essa matéria-prima tornaram-se ácidos e quebradiços e com durabilidade muito comprometida, tanto que Beck aponta a constatação de “milhares de documentos se perdendo” nas últimas décadas do século XX (GUIMARÃES, BECK, 2007, p. 54).

A qualidade do papel adequado para suporte de documentos arquivísticos visando o longo prazo de conservação está relacionada à permanência e durabilidade⁴², ou seja, são suas características físicas e químicas, em especial a alcalinidade⁴³. Enquanto a alcalinidade pode ser controlada por meio de cálculo do pH do papel e por monitoramento de controle de temperatura do ambiente de armazenamento, a acidez pode ser retirada do papel através de processo de desacidificação.

De acordo com Beck (2007), nas últimas décadas do século XX a Europa retomou a fabricação de papel alcalino. O Brasil seguiu a mesma linha a partir de 1990, reformulando o processo de produção do papel, incluindo o adicionamento de carbonato de cálcio como meio de substituir parte das fibras

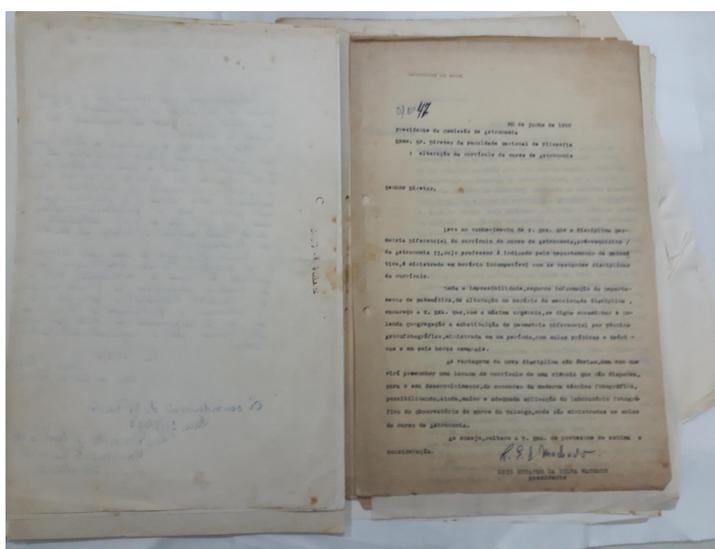
⁴² **Papel permanente.** É aquele que possui características físicas e químicas que lhe[s] garantem maior durabilidade. É formado a partir da manutenção, em baixas concentrações, ou total eliminação de alguns produtos, como a lignina e, de alguns aditivos, como branqueadores, colas, etc. Trata-se de um papel alcalino, resistente a oxidação e ao rasgamento, o que o torna, particularmente, adequado como suporte para a documentação arquivística. É identificado pelo símbolo matemático de infinito inscrito num círculo com referência à norma internacional de qualidade (SPINELLI et al., 2011, p. 9).

⁴³ **pH.** O pH é o valor que se usa para indicar o grau de acidez ou alcalinidade de uma substância, que é determinado pelo cálculo de íons de hidrogênio presente nela. Mede-se numa escala de 0 a 14, sendo o meio 7 a neutralidade. Os valores de 0 a 6.9 indicam o grau de acidez, a partir do 7.1 até o 14 o grau de alcalinidade. Os valores do pH podem variar com a temperatura. Um tratamento passa pelo processo de desacidificação do papel (SPINELLI et al., 2011, p. 8).

com o objetivo de se alinhar com as novas normas de sustentabilidade, numa abordagem de preservação da natureza, das árvores e do meio ambiente. Em contrapartida, o papel alcalino trouxe o benefício do prolongamento da durabilidade dos suportes para os documentos, porque ao contrário, a acidez acelera a degradação do papel. Mesmo sendo o papel alcalino, é necessário manter os acervos arquivísticos em condições ideais ambientais e de armazenamento, para potencializar a preservação. Beck faz um alerta no sentido de redobrar-se os cuidados com a preservação dos documentos em suporte papel anteriores a 1990 (GUIMARÃES, BECK, 2007, p. 55).

O recorte temporal do acervo pesquisado abrange o período de 1958 a 1968 – respectivamente, anos de criação do Curso de Astronomia e fechamento da FNFi. Isso significa que o suporte dessa documentação é formado por papel fabricado antes de 1990, cuja atenção, sob o ponto de vista da preservação, deve ser redobrada, pois conforme se viu nos parágrafos anteriores, trata-se de um tipo de papel composto por matéria-prima de qualidade inferior, inadequada para documentos de arquivo (ver Figura 3).

Figura 3 - Exemplo do suporte em papel de documento de Astronomia no Fundo FNFi/PROEDES



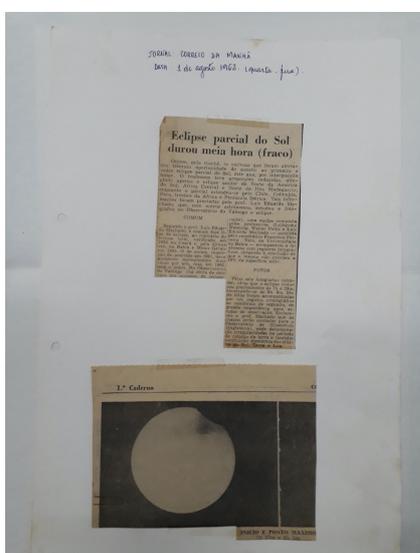
Fotografia da autora.

Encontrou-se também, dentre os itens sobre Astronomia no Fundo FNFi/PROEDES, alguns itens em papel jornal. De acordo com o *Catálogo LAPEL de materiais de suporte*, o papel jornal é

Papel fabricado com alta proporção de pasta mecânica (75% a 85%) e polpa química não branqueada ou semibranqueada (25% a 15%), com pouca ou nenhuma carga mineral, o que o torna um papel de baixo custo. Produzido por máquinas em alta velocidade, suas fibras são unidirecionais, o que, aliado à grande proporção de pasta mecânica, proporciona boa absorção da tinta. Utilizado basicamente para impressão de jornais, é também empregado em panfletos, boletins informativos e blocos de rascunho de baixa qualidade. Por trazer em sua constituição alto teor de lignina, deteriora-se rapidamente, sendo então um papel de baixa permanência. Quando exposto à luz UV e ao calor, torna-se amarelado e perde a resistência física. O papel jornal pode gerar acidez, que migra para outros suportes que estejam em contato (HANNESCH, MIRANDA, 2018, p. 32).

Deve-se ressaltar também que, além de possuírem suporte frágil, nos documentos de Astronomia do Fundo FNFi, pelo menos, os recortes de papel jornal relativos estão junto com os outros suportes e alguns têm, inclusive fita adesiva (ver Figura 4).

Figura 4 - Exemplo de documento em papel jornal no Fundo FNFi/PROEDES



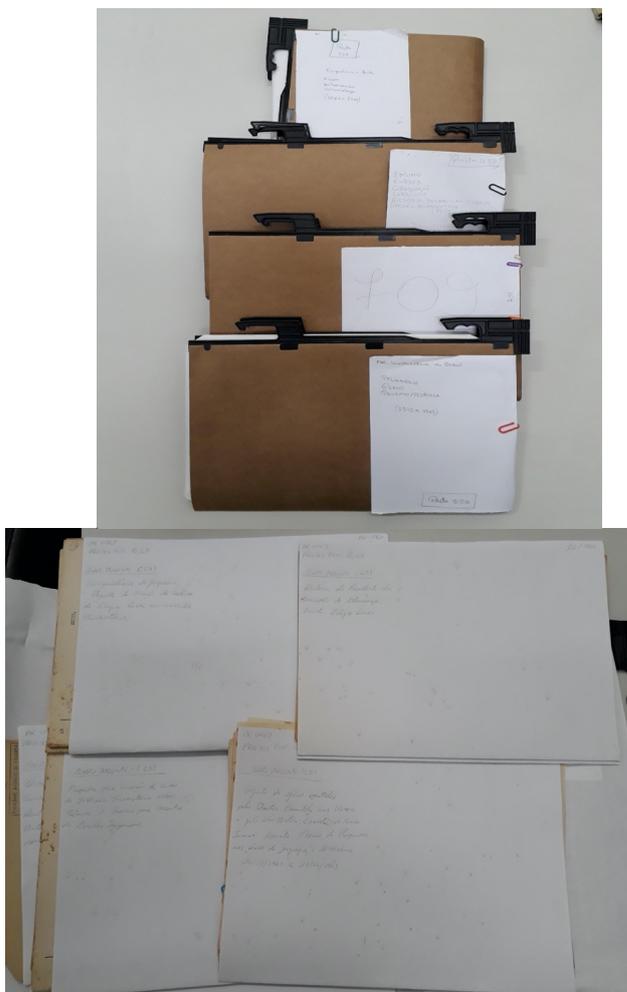
Fotografia da autora.

Por outro lado, muitos documentos textuais são datilografados (Figura 3). A respeito desse processo de registro da escrita, Hannesch e Miranda afirmam que:

[...] utiliza o impacto dos tipos (glifo) de uma máquina de escrever sobre uma fita de tecido impregnada de tinta que transfere a forma dos caracteres para a superfície do papel. A composição da tinta inclui o pigmento negro de fumo (preto) ou um corante colorido (violeta de metileno, azul de metileno, anilina vermelha ou cochonilha em pó) misturado a uma base oleosa (glicerina, óleo de rícino, vaselina, óleo de linhaça ou cera). A pressão da máquina de escrever faz com que a tinta penetre lentamente sobre as fibras do papel, e após um ou dois dias esta penetração será suficiente ao ponto de não poder apagá-la sem borrar ou deixar rastros. A composição da fita da máquina de escrever elétrica ou eletrônica é diferente, porque incorpora variadas combinações de pigmentos, ceras, óleos e um adesivo para fixação (HANNESCH, MIRANDA, 2018, p. 59).

Constatou-se que os documentos do Fundo FNFi estão acondicionados em pastas suspensas comuns, de uso em escritórios, e sua identificação, dentro das pastas, consta em etiquetas improvisadas, que na verdade são pedaços de papel com notação a presos por clips pintado (Figura 5). Dentro destas pastas os documentos estão acondicionados em invólucros de papel ofício duplo sem pauta branco, também identificados a lápis (Figura 6).

Figuras 5 e 6 – Exemplos de invólucros de acondicionamento dos documentos de Astronomia no Fundo FNFi/PROEDES



Fotografias da autora.

O Quadro 7 permite que se tenha uma visão geral do conteúdo e do estado de conservação dos documentos relativos à Astronomia no Fundo FNFi/PROEDES, a partir de uma sistematização das fichas de identificação e diagnóstico preenchidas durante a pesquisa (Apêndice B).

Quadro 7 - Identificação e diagnóstico dos documentos de Astronomia no Fundo FNFi/PROEDES

**IDENTIFICAÇÃO E DIAGNÓSTICO DOS DOCUMENTOS DE ASTRONOMIA
/FUNDO FNFi**

Nº	PASTA/ ATA	ESPÉCIE	DATA	CARACTE RÍSTICAS	ESTADO DE CONSERVA ÇÃO
1	162	Ofício de Solicitação de concessão de passagem	09/03/61	Textual Datilografado Uma página Suporte papel Idioma português	Amarelecimento
2	162	Carta de congratulações pela instituição do Curso de Astronomia	31/03/58	Textual Datilografado Uma página Suporte papel Idioma português	Amarelecimento
3	162	Carta de congratulações pela instituição do Curso de Astronomia	31/03/58	Textual Datilografado Uma página Suporte papel Idioma português	Amarelecimento
4	243	Nenhum documento sobre Astronomia encontrado	-	Nenhum documento sobre Astronomia encontrado	Nenhum documento sobre Astronomia encontrado
5	338	Caderno de frequência de aulas	1964 1º e 2º período	Textual Manuscrito Doze páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Manuscrito à esferográfica Manchas Pontos de foxing
6	446	Processo de alteração de currículo do curso de Astronomia	20/06/66	Textual Datilografado Manuscrito Dez páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Manuscrito à caneta esferográfica Manchas Pontos de foxing,

					Quebradiço
7	450	Carta do currículo do curso de Astronomia	28/12/59	Textual Datilografado Três páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento
8	450	Carta do currículo do curso de Astronomia	11/06/60	Textual Datilografado Duas páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Fita adesiva (cola) Manchas Pontos de foxing Quebradiço Rasgo
9	556	Relatório de eclipse total da lua	02/07/64	Textual Datilografado Duas páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Manchas Pontos de foxing
10	709	Relatório de eclipse total da lua	13/03/60	Textual Datilografado Uma página Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Ferrugem Manchas Pontos de foxing
11	709	Recorte de jornal de eclipse total da lua	15/03/60	Textual Iconográfico Impresso Uma página Suporte papel jornal Idioma português	Amarelecimento
12	709	Recorte de jornal de eclipse total da lua	16/03/60	Textual Impresso Uma página Suporte papel jornal Idioma português	Amarelecimento Fita adesiva (cola)
13	709	Carta de publicação de	23/03/60	Textual	Amarelecimento

		matéria em jornais		Datilografado Duas páginas Suporte papel Idioma português	Ferrugem Manchas Pontos de foxing
14	709	Relatório de eclipse parcial da lua	08/09/61	Textual Datilografado Uma página Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Ferrugem Manchas Pontos de foxing
15	709	Recorte de jornal de eclipse parcial do sol	01/08/62	Textual Iconográfico Impresso Uma página Suporte papel jorna Idioma português I	Amarelecimento Fita adesiva (cola)
16	709	Relatório de eclipse anular do sol	25/01/65	Textual Datilografado Duas páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Ferrugem Manchas Pontos de foxing
17	709	Carta de publicação de matéria em jornais	25/03/63	Textual Datilografado Duas páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Manuscrito à caneta esferográfica Ferrugem Pontos de foxing, Queimadura
18	709	Carta de publicação de matéria em jornais	26/03/63	Textual Datilografado Uma página Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Manuscrito à caneta esferográfica Ferrugem
19	Ata	Ata de reunião extraordinária da Congregação FNFi	18/10/1957	Textual Datilografado Seis páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Manuscrito à caneta esferográfica Pontos de foxing
20	Ata	Ata de reunião extraordinária da	29/11/57	Textual Datilografado Cinco páginas	Amarelecimento Manuscrito à caneta esferográfica

		Congregação FNF <i>i</i>		Suporte papel Idioma português	Pontos de foxing
21	Ata	Ata de reunião extraordinária da Congregação FNF <i>i</i>	30/12/57	Textual Datilografado Manuscrito Sete páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Manuscrito à caneta esferográfica Manchas Manuscrito à caneta esferográfica Pontos de foxing
22	Ata	Ata de reunião extraordinária da Congregação FNF <i>i</i>	18/03/58	Textual Datilografado Manuscrito Seis páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Manuscrito à caneta esferográfica Manchas Manuscrito à caneta esferográfica Pontos de foxing
23	Ata	Ata de reunião extraordinária da Congregação FNF <i>i</i>	30/06/58	Textual Datilografado Cinco páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Manuscrito à caneta esferográfica Manchas Pontos de foxing
24	Ata	Ata de reunião extraordinária da Congregação FNF <i>i</i>	07/11/58	Textual Datilografado Manuscrito Seis páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Manuscrito à caneta esferográfica Manchas Pontos de foxing
25	Ata	Ata de reunião extraordinária da Congregação FNF <i>i</i>	12/11/58	Textual Datilografado Manuscrito Seis páginas Suporte papel Idioma português	Amarelecimento Manuscrito à caneta esferográfica Manchas Pontos de foxing

Elaborado pela autora

3.3 Avaliação geral

O PROEDES encontra-se instalado no prédio histórico onde encontra-se instalada a Faculdade de Educação da UFRJ, no Campus da Praia Vermelha. Sua estrutura física consiste em, no andar térreo um depósito onde estão armazenados os Fundos de arquivos referentes à UFRJ e outro onde se encontram os arquivos de educadores e diversas instituições relacionadas à educação. Também no térreo estão localizadas as sala de consulta e de reunião. No mezanino funciona a direção.

O Fundo FNFi está portanto armazenado em um uma única sala, em arquivo deslizante, e os documentos acondicionados em pastas suspensas. Com o objetivo de conhecer melhor as condições de armazenamento e os principais riscos à conservação dos documentos, foi elaborado um questionário abordando questões diversas sobre política de preservação, meio ambiente, acondicionamento, invólucros, materiais, rotinas de conservação e localização do PROEDES, o qual foi enviado aos membros da equipe do PROEDES, por e-mail, em julho de 2020. Algumas questões já haviam sido respondidas, informalmente, durante a pesquisa presencial.

O acolhimento cortês à autora foi fundamental para o desenvolvimento desse trabalho e ressalta-se o apoio da historiadora Denise Moraes Gouveia da Silva e da arquivista Michelle de Almeida Gomes, ambas na linha de frente de assistência aos pesquisadores, sempre atenciosas e participativas. A contribuição dessas profissionais foi importante para o andamento da pesquisa.

Para elaborar o questionário buscou-se apoio em Lygia Guimarães (2012) e Spinelli (1997). O questionário foi dividido em cinco tópicos, sendo: 1) Dados sobre o PROEDES; 2) Dados dos entrevistados; 3) Quanto aos Fundos de arquivo no PROEDES; 4) Quanto às características do Fundo da FNFi; e 5) Quanto à preservação do Fundo da FNFi. O questionário foi formulado com perguntas com respostas fechadas e abertas, sendo estas últimas propostas com a finalidade de deixar o profissional livre para dar suas opiniões. A identidade dos profissionais que responderam ao questionário foi preservada.

O modelo do questionário segue no Apêndice A. Baseando-se nas respostas do mesmo, particularmente às do tópico 5, foi possível elaborar as seguintes considerações:

- O PROEDES não possui uma política de preservação definida em programas, planos e projetos de curto, médio e longo prazos;
- Já estabeleceu parcerias com outras instituições para atuar na preservação de parte de seus acervos, como o Arquivo Nacional e a Fundação Oswaldo Cruz;
- Segundo seus servidores, não há registro de perda de documentos desde sua criação;
- Um dos maiores problemas são as condições de temperatura e umidade, devido às condições climáticas da região;
- Embora tenha sido solicitado, não há sistema de climatização, mas apenas um desumidificador;
- As salas dos depósitos são rotineiramente higienizadas por uma equipe terceirizada treinada para executar esse tipo de serviço;
- A equipe do PROEDES dispõe de equipamentos de conservação e segurança (EPIs) adequados;
- As caixas, pastas e invólucros são vistoriados semestralmente, e quando necessário, são substituídos;
- Existe a previsão de reformatação do acervo visando sua preservação e acesso ao público, mas ainda não foram executadas ações nesse sentido.

A reformatação de acervos arquivísticos está inserida no contexto de uma política de ampliação do acesso, sendo também uma forma de preservação dos suportes dos documentos, evitando o manuseio direto dos originais. O mais importante para o pesquisador é a informação, embora muitos ainda prefiram manusear os documentos originais, em papel. Dentre as medidas de reformatação, a microfilmagem foi muito utilizada por muitas instituições, e ainda é recomendada. O microfilme tem aproximadamente a durabilidade de 500 anos, se for armazenado em conformidade com critérios

preestabelecidos para a sua preservação. No entanto, a microfilmagem vem perdendo espaço para a digitalização, em virtude da agilidade e da amplitude de acesso à informação digitalizada através da Internet, a qualquer hora e de qualquer lugar onde o pesquisador esteja. Ressalte-se que, durante o período de isolamento social por causa da COVID-19, muitas pesquisas realizadas no PROEDES tiveram que ser interrompidas ou adiadas, justamente porque a reformatação de seus acervos ainda não ocorreu. Nesse sentido, mais do que nunca, a digitalização dos acervos históricos arquivísticos da UFRJ pode ser percebida como uma forte aliada da ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preservamos para dar acesso. Esta é a garantia de difusão das informações e do conhecimento que detém este fundo arquivístico. Não dispomos de ambiente propício de acordo com as diretrizes de gestão de risco para garantirmos a preservação a longo prazo. Temos o risco iminente por estarmos num espaço físico que apresenta problemas por falta de manutenção, o entorno do prédio também não favorece o acervo. São grandes os dilemas de quem custodia o patrimônio cultural da Universidade [UFRJ] (servidor do PROEDS anônimo, em resposta ao questionário da pesquisa).

A potência da produção científica e tecnológica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nos dias de hoje, em 2021, é indissociável da história da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFil), desde sua criação, em 1938, até sua extinção, em 1968, embora bastante tempo tenha decorrido desde então, a expansão da pós-graduação tenha sido decisiva nesse processo, e apesar de depoimentos e análises apontarem que durante os anos de sua existência a ciência tenha caminhado ali a passos lentos. Ainda assim, neste trabalho, verificou-se que a FNFil foi precursora na formação de profissionais em uma importante área da pesquisa científica no Brasil, a Astronomia.

No que se refere à trajetória do ensino superior de Astronomia no Brasil, constatou-se, que oficialmente este teve início em 1810, na Academia Militar, como uma cadeira dos cursos de engenharia, e assim permaneceu sempre como coadjuvante, visto como complementar. Alguns marcos importantes foram a criação dos Observatórios Imperial e do Valongo, em 1827 e 1881, este último ligado à Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas mesmo depois disso o profissional de Astronomia era basicamente um engenheiro com sólida formação em matemática e física. Esse cenário só mudou em 1958, quando a Astronomia tornou-se curso de graduação na FNFil. Vimos nesse trabalho que na época alguns membros da comunidade científica brasileira eram contrários ao curso, sob a alegação de que a Engenharia, a Física e a Matemática, que eram áreas dominantes, poderiam formar astrônomos através de pós-graduação, especialmente no exterior. Apesar das dificuldades, o ensino de graduação em Astronomia perdurou por cinquenta anos exclusivo na UFRJ, passando a existir também na USP apenas em 2009.

A revisão bibliográfica no campo da preservação de acervos arquivísticos, apontou para a necessidade de examinar, ao longo da história, as diversas funções sociais dos arquivos, as mudanças nos tipos de suporte dos documentos, e as razões para a necessidade de conserva-los. Primeiramente, constatou-se que desde a Antiguidade até o século XIX a atividade da conservação apoiava-se na ideia de que o arquivo é uma representação do poder do Estado, tendo o documento de arquivo o caráter de instrumento administrativo e probatório; ainda no século XIX, o arquivo passou a ser visto como um local social que congrega os rastros de documentos históricos. Esse último processo foi marcado pela mudança de paradigma preconizada pelo movimento intelectual iluminista, fortalecida com a Revolução Francesa, que abriu caminho para a ideia de que o cidadão tem direito à informação, e que a construção da identidade, tanto do indivíduo quanto da nação, apoia-se em bens culturais históricos (textuais, arquitetônicos, etc.) que devem ser de usufruto das gerações presentes e futuras. Essa é a base do conceito atual de patrimônio, o qual ao longo dos últimos dois séculos foi se ampliando, e incorporou também os acervos arquivísticos.

Em vista dessas transformações nas funções sociais dos arquivos, foi necessário examinar não apenas a ampliação conceitual do patrimônio como também a sua institucionalização, sobretudo no Brasil. O conceito foi materializado, ainda restrito a patrimônio histórico e artístico, através da promulgação do Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937, que criou o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que atualmente é o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Ampliado para patrimônio cultural, o conceito encontra hoje respaldo na Lei Maior, a Constituição Federativa do Brasil, de 1988, a qual serve de base para a elaboração de outras leis. A Constituição também assegurou a responsabilidade do Estado ao promover a gestão, a preservação e o acesso ao patrimônio cultural, em colaboração com a sociedade e instituições.

O presente trabalho pautou-se por uma abordagem de Conservação Preventiva dos bens culturais, e em especial dos acervos arquivísticos, vista sob a ótica de uma ação contínua, “atividade de manutenção, [...] constante, diária” (GUIMARÃES, 2007, p. 48). Do ponto de vista do pesquisador, o

importante é a informação; assim, o objetivo da preservação é o de prolongar o máximo possível a integridade física dos suportes, porém, estrategicamente, dessa forma, o conteúdo estará conservado.

Conhecer o estado atual de conservação dos acervos arquivísticos depositados no Fundo FNFi do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) tornou-se imprescindível para o nosso trabalho. Outra dificuldade adicional foi identificar, em meio aos documentos administrativos do Fundo, aqueles de potencial conteúdo científico, relativos ao ensino de Astronomia, que poderiam subsidiar pesquisas em História das Ciências e da Tecnologia. Por essa razão, optou-se por fazer o diagnóstico dos documentos através de uma ficha mista, de identificação e diagnóstico, a qual possibilitou utilizar-se os dados coletados no levantamento para simultaneamente dar visibilidade aos elementos internos e externos dos documentos e conhecer as ameaças a que o conjunto está exposto, norteando as prioridades de ações de conservação de modo a levar em conta também uma atribuição de valor e significado que justifique a preservação desses documentos para a pesquisa em História da Ciência. Assim, a ficha de identificação e diagnóstico foi o principal produto dessa dissertação.

Constatou-se o esforço da atuação da equipe de pesquisadores e profissionais do PROEDES, desde a sua criação, com a organização e preservação dos documentos relativos ao Fundo da FNFi, o que proporcionou uma enorme contribuição ao campo da História da Educação no Brasil. Contudo, no campo da História da Ciência, o potencial do Fundo para a pesquisa ainda não foi devidamente explorado. Alguns fatores impeditivos existem, como, por um lado, o fato da visibilidade do acervo estar quase que exclusivamente voltada para a história da educação brasileira, e por outro lado, a massa documental não estar totalmente identificada, inexistindo instrumentos de pesquisa. Embora exista uma lista chamada “Planilha documental”, esta não contém os campos mínimos necessários para orientar uma pesquisa no acervo. Mesmo assim, o acesso à “Planilha documental” permitiu que esse trabalho fosse realizado, revelando que há bastante fonte documental refletindo as atividades científicas realizadas na FNFi. O tratamento desse Fundo deveria ser feito com o duplo objetivo de preservar, mas também de difundir suas

fontes documentais para a memória e a história da UFRJ com foco no ensino e nas práticas científicas.

A despeito do alto grau de conscientização e esforço por parte de pesquisadores e profissionais ligados ao PROEDES em preservar os acervos, esse trabalho apontou para a ausência de políticas de preservação na UFRJ, não só na Faculdade de Educação, à qual o PROEDES está vinculado, mas na instituição como um todo. De acordo com a análise, outro fator que compromete as ações de preservação no âmbito do PROEDES é a escassez de recursos financeiros e humanos. Uma política de preservação de acervos arquivísticos deveria partir dos dirigentes da UFRJ, incorporando, claro, as especificidades de cada setor, ouvindo seus profissionais, mas contendo diretrizes gerais para orientar a elaboração de programas coordenados entre si. Desse modo, os arquivos produzidos no âmbito administrativo, os ditos “arquivos intermediários” que estivessem relacionados às atividades de pesquisa seriam também preservados.

Ao final da pesquisa, considerou-se importante ressaltar que a preservação do Fundo FNFi deve ser feita de modo a proporcionar o acesso à informação e ao conhecimento, e que as informações contidas em seus documentos podem ser importantes para diferentes campos e temáticas de pesquisa, além da História da Educação no Brasil, como a História da Ciência. A intenção desse trabalho foi contribuir para demonstrar o valor dessa documentação, e para reforçar o coro dos profissionais do PROEDES em favor da elaboração de uma política de preservação de acervos arquivísticos para a UFRJ, que possa subsidiar a implantação de um programa de preservação para o PROEDES, de acordo com suas especificidades e seus recursos, com objetivos, metas e prioridades definidas e claras para todos.

REFERÊNCIAS

ARANY-PRADO, Lília I. ; CAMPOS, José Adolfo S. de; MARTINS, Sílvia Lorenz. In: UFRJ. **Observatório do Valongo: 50 anos do curso de Astronomia**. Rio de Janeiro, CoordCOM, UFRJ, 2008. 2008, p. 42-43.

ARQUIVO NACIONAL. Brasil. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51

BARBOZA, Christina Helena da Motta. **O encontro do Rei com Vênus: a trajetória do Observatório do Castelo no ocaso do Império**. Dissertação de Mestrado (História). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.

BARBOZA, Christina Helena da Motta; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Reflexões sobre os acervos de C&T no Brasil. In: Maria Celina Soares de Mello e Silva, Christina Helena da Motta Barboza (Org.) **Acervos de ciência e tecnologia no Brasil: preservação, história e divulgação**. Rio de Janeiro : Museu de Astronomia e Ciências Afins, 224 p. 2012.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 320 p.

BESSER, Howard. Longevidade Digital. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 02, p. 57-70, jul./dez. 2010.

BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Terminologia em conservação de bens culturais em papel: produção de um glossário para profissionais em formação**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, 2018, 292 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Política nacional de memória da ciência e da tecnologia**: relatório da comissão especial constituída pela Portaria 116/2003 do presidente do CNPq, em 4 de julho de 2003. Brasília, DF, 2003. 11p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 19.850 de 11 de abril de 1931. **Cria o Conselho Nacional de Educação**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 23 jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931. **Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras**. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Decreto 19.852 de 11 de abril de 1931. **Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Decreto 1.190 de 4 de abril de 1939. **Dispõe sobre a criação da Universidade Nacional de Filosofia.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 24 fev.2020.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Conceituação e características do arquivo científico. In: **Encontro de Arquivos Científicos II**. Anais. Rio de Janeiro: MAST-Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005. p. 11-16.

CAMPOS, José Adolfo de S. História do curso de Astronomia: cursos de graduação em Astronomia: Passado, Presente e Futuro. Rio de Janeiro: UFRJ, **Anuário Instituto de Geociências**, vol. 18, 1995. p. 1-31.

_____. O Observatório do Valongo e a história do ensino superior de Astronomia no Rio de Janeiro. In: Oscar T. Matsuura (org.). **História da Astronomia no Brasil**. Rio de Janeiro, v.I, 2014. p. 270 – 295.

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. O Arquivo universitário e a memória da universidade. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v.23, n.3, p. 13-22, set./dez. 2013

CARVALHO, Claudia Suely Rodrigues de. **Preservação da arquitetura moderna: edifícios de escritórios no Rio de Janeiro construídos entre 1930 – 1960**. Tese de Doutorado. FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2005. 448 p.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **A Era Vargas dos anos 20 a 1945.** Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossie/AEraVargas1/aos30-37/RevConstitucionalista32>> Acesso em: 19 fev.2020.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). **A Era Vargas dos anos 20 a 1945.** Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/producao/dossie/AEraVargas1/aos30-37/RevConstitucionalista32/USP>> Acesso em: 19 fev.2020.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, Unesp, 2001.

CHIARI, Giacomo; LEONA, Marco. The state of conservation science. Conservation: The GC1 Newsletter, v.20, 2005. p.4-9. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/pdf/v.20.pdf>> Acesso em: 24 mai. 2018.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**: cultura e imaginário. São Paulo, Iluminuras, 1997.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **E-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. Versão 1.1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em: 18 jun. 2017.

CONSOLIM, Marcia Cristina. Georges Dumas: psicólogo e embaixador cultural no Brasil. **41º Encontro Anual da Anpocs. GT23 – Pensamento Social no Brasil**. Caxambu, MG: outubro 2017. Disponível em : <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt23-23/10817-georges-dumas-psicologo-e-embaixador-cultural-no-brasil/file> Acesso em: 20 mar. 2020.

CUNHA, Luiz Antonio. O fragmento da Faculdade de Filosofia da UFRJ: entre o real e o presumido. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 14, n. 29, jan-abr, 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20500/rce.v14i29.2056>> Acesso em: 16 mar. 2020.

DELMAS, **Bruno**. **Arquivos para quê?**. Tradução Danielle Ardaillon. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. 196 p.

DOLLAR, Charles. O impacto das tecnologias de informação sobre os princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1-2, p.3-38, jan./dez. 1994.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Produzindo referências em educação: a experiência do PROEDES. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2. Natal. **História e Memória da Educação Brasileira**. 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0495.pdf>> Acesso em: 13 mai. 2019.

_____. A Faculdade Nacional de Filosofia: origens, construção e extinção. **Periódico do Mestrado em Educação da UCDB - Série Estudos**. Campo Grande, MS, nº 16, p, 107 a 131, jul\dez, 2003.

_____. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, UFPR, n. 28, jul.-dez. 2006, p. 17-36. Disponível em: <file:///C:/Users/biblioteca/Downloads/7609-21281-1-PB.pdf> Acesso em: 31 mai.2019.

_____. A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920 a 1965). In: Oliveira, Antonio José Barbosa de (org.) **A universidade e os múltiplos olhares de si mesma**. Rio de Janeiro, 2007. p. 13-42.

_____. PROEDES – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade: origens e desenvolvimento. In: Oliveira, Antonio José Barbosa de (org.) **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro, 2008. p. 221-234.

_____. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, UFRJ, 2010, 200 p.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. Movimento estudantil no Rio de Janeiro nos Anos 60: educação, política e cultura a Faculdade Nacional de Filosofia. **História. Revista da FLUP** Porto, IV Série, vol. 1, 2011, p. 61-75. Disponível em: <

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/3103/2826>> Acesso em: 16 mar.2020.

FERNÁNDEZ, Isabel M. García. Historia de La conservación preventiva. Parte I. Ge-conservación, n. 5, 2013, p. 27-41.

_____. Historia de La conservación preventiva. Parte II. Ge-conservación, n. 6, 2014, p. 5-18.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2012, p. 611-636.

_____. Os professores franceses e a redescoberta do Brasil. **Revista Brasileira**, Rio de Janeiro, ano XI, n. 43, 2005, p. 227-246.

FRONER, Yacy-Ara. Demandas Históricas: a constituição da Ciência da Conservação e a formação do Conservador-Restaurador. **Conservar Património**, 23 (2016), p. 15-23. ARP - Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal. Disponível em: <<http://revista.arp.org.pt>> Acesso em: 24 mai. 2018.

GOMES, Angela Maria de Castro. Escrita de si. Escrita da História: a título de prólogo. In: Angela Maria de Castro Gomes. (org.) **Escrita de si. Escrita da História: a título de prólogo**. Rio de Janeiro, FGV, 2004, p. 7-24.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Revista Estudos Históricos, Identidade Nacional**. Rio de Janeiro, FGV, v. 1, nº 2, 1988. p. 264-275. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2163> Acesso em: 05. abr. 2018.

GUICHEN, Gaël de. La conservación preventiva: simple moda pasajera o cambio transcendental? Paris, UNESCO. **Museum Internacional**, nº 201, vol. 51, nº 1, 1999, p. 4-6.

GUIMARÃES, Lygia. Preservação de acervos culturais. In SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (org.) **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro, MAST, 2012. p.73-108.

GUIMARÃES, Lygia, BECK, Ingrid. Conservação e Restauração de documentos em suporte de papel. In: Marcus Granato, Claudia Penha dos Santos e Cláudia Regia Alves da Rocha (Org.). **Conservação de Acervos**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST Colloquia v.9, 2007. p. 45-60.

HANNESCH, Ozana. **Patrimônio Arquivístico em Museus**: Reflexões sobre seleção e priorização de conservação-restauração de documentos em suporte papel. Dissertação de Mestrado. PPGMUS/MAST, Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2013. 229 p. Disponível em: <http://ppgmus.mast.br/dissertacoes/ozana_hannesch.pdf>. Acesso em 05 abr. 2018.

HANNESCH, Ozana; MIRANDA, Ana Carolina Neves. **Termos e conceitos para diagnóstico de documentos em suporte papel**. Museu de Astronomia e Ciências Afins. Rio de Janeiro, MAST, 2018.

HAZEN, Dan C. Desenvolvimento, gerenciamento e preservação de coleções. In: **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas**. Rio de Janeiro, 2. ed. Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. CBPA n. 33-36. CPBA, 33. p. 7-15.

HOLLÓS, Adriana Cox. **Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil**, 2006. 99 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

_____. Fundamentos da preservação documental o Brasil. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, jul/dez, 2010, p. 13-30.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1996, p. 1-13. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>. Acesso em: 14. mai. 2020.

KÜHL, Beatriz Mugayar. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. **Revista CPC**, São Paulo, n. 3, nov. 2006/abr. 2007 p.110-144. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15601/17175>> Acesso em: 29. dez. 2020.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação; como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Tradução BENEDETTI, Ivone C. Revisão de tradução ASSIS, Jesus de Paula. São Paulo: UNESP, 2000.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LOPES, José Leite. A universidade no Brasil: um histórico e um alerta. (Prefácio). In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010, p. 9.

MALHEIROS, Armado Barreiros Malheiros da Silva et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Portugal, Afrontamento, v1, 1998.

MARTINS, Sílvia Lorenz. Prefácio. In: UFRJ. **Observatório do Valongo: 50 anos do curso de Astronomia**. Rio de Janeiro, CoordCOM, UFRJ, 2008, p. 7
PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro, 3. ed. FGV, 2007. 228 p.

PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PESTRE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. **Cadernos IG-UNICAMP**, v. 6, n. 1, 1996, p. 3-56.

PETITJEAN, Patrick. Entre Ciência e Diplomacia: a organização da influência científica francesa na América Latina, 1900-1940. In: HAMBURGER, Amélia; DANTES, Maria Amélia; PATY, Michel; PETITJEAN, Patrick (orgs.). **A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1996. p. 89-120.

POSNER, Ernest. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da revolução francesa. Tradução Lêda Boechat Rodrigues. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, jul./dez, 2013, p. 273-284.

POULOT, Dominique. A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI. In: CHUVA, Márcia (org.) **História e Patrimônio**. Rio de Janeiro, IPHAN, Revista do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional, nº 34, 2012. p. 27-44.

PROEDES. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/proedes/apresentacao/>. Acesso em 18 fev 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o Esquecimento**. Tradução Alain François. São Paulo: Editora Unicamp, 2007. 535 p.

ROBERTY, Heloisa Maria Boechat. O Observatório do Valongo e o ensino da Astronomia. In: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol (org). **Memórias da Astronomia**. Rio de Janeiro, MAST Colloquia, v.1 2004. p. 171-185.

RUSKIN, John. A lâmpada da memória. Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. Cotia, SP, Brasil: Ateliê Editorial, 2008.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996, p. 85-92. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019> Acesso em: 22 mar. 2018.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SAMUELS, Helen. Avaliando os documentos da ciência moderna e da tecnologia. In: Andrade, Ana Maria Ribeiro de (org.). **Caminho para as estrelas: reflexões em um museu**. Rio de Janeiro, 2007. p. 74-87.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivologia no laboratório: teoria, métodos e práticas de uma disciplina. In: **A natureza dos arquivos universitários e de instituições de pesquisa: perspectiva internacional** : anais da Conferência SUV e IV Encontro de Arquivos Científicos. Rio de Janeiro: MAST; Fundação Casa de Rui Barbosa, 8-11 de setembro de 2009. p. 118-126.

_____. **Arquivística o laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Rio de Janeiro: Teatral; Faperj, 2010. 216 p.

_____. Uma abordagem arquivística: os documentos de um laboratório das ciências biomédicas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012. p.303-323.

SANTOS, V. B. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: _____. **Arquivística: temas contemporâneos**. 3. ed. Brasília, DF: SENAC, 2009. p. 175-219.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP, UNICAMP, 2015.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Arquivos científicos: análise da produção e da preservação dos registros da C&T no Rio de Janeiro. In: **Encontro de Arquivos Científicos II**. Anais. Rio de Janeiro: MAST- Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005. p. 37-43.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos**. 2007. 211 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de Paulo.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Documentando a atividade de ciência e tecnologia: principais questões. In: **Registro**, São Paulo, ano V-VI, nº 5-6, jul 2006-maio 2007. p. 37-46.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. A importância da preservação dos arquivos de laboratórios científicos e tecnológicos. In: **Encontro de Arquivos Científicos**, 3. Anais. Rio de Janeiro: MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008. p. 93-106.

_____. A relação entre os documentos de laboratório e o arquivo: a importância da gestão de documentos. In: **A natureza dos arquivos universitários e de instituições de pesquisa: perspectiva internacional** : anais da Conferência SUV e IV Encontro de Arquivos Científicos. Rio de Janeiro: MAST; Fundação Casa de Rui Barbosa, 8-11 de setembro de 2009. p.141-147.

SPINELLI, Jayme; BRANDÃO, Emiliana; FRANÇA, Camila. **Manual Técnico de Preservação e Conservação: Documentos Extrajudiciais C N J**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional\Biblioteca Nacional, 2011, 45 p. Disponível em: <<https://folivm.files.wordpress.com/2011/04/manual-an-bn-cnj-2011-c3baltima-versc3a3o-2p-folha.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. A conservação de acervos bibliográficos & documentais. Rio de Janeiro: **Fundação Biblioteca Nacional**, Dep. de Processos Técnicos, 1997. 90 p. (Série: Documentos técnicos 1)

STEINER, João; SODRÉ, Laerte; DAMIELI, Augusto; OLIVEIRA, Cláudia Mendes de. A pesquisa em Astronomia no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 89, mar-maio 2011, p. 98-113.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporánea de la restauración**. Madrid: Síntesis, 2003.

WARD, Philip. La conservación del patrimonio: carrera contra reloj. Marina del Rey/California: **The Getty Conservation Institute**, enero/2010. p. 29-43.

WELFELÉ, Odile. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, v. 2, n. 1, p. 65-72. jan./jun. 2004.

_____. Quais materiais para o historiador de amanhã? O futuro dos arquivos científicos. In: Andrade, Ana Maria Ribeiro de (org.). **Caminho para as estrelas: reflexões em um museu**. Rio de Janeiro, 2007. p. 140-159.

ZÚÑIGA, Solange Sette G. de – A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados. **Registro, Ano I, Nº I** – Jul. 2002. p. 73

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO



Ministério da
**Ciência, Tecnologia
e Inovação**

Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST / MCTI

Mestrado Profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia – PPACT

Aluna: Leda dos Santos Pontes

Orientadora: Professora Doutora Christina Helena Barboza

**Questionário sobre o Fundo de arquivo da Faculdade Nacional de Filosofia da
Universidade do Brasil, atual URFJ**

Rio de Janeiro – RJ – URFJ campus Praia Vermelha

Data:

1. Dados sobre o PROEDES

1.1 Responsável pelo PROEDES:

Coordenador (a):

Vice Coordenador (a):

1.2 PROEDES na estrutura administrativa da UFRJ:

UFRJ > CFCH-Centro de Filosofia e Ciências Humanas > Faculdade de Educação
/Direção/Laboratório de Pesquisa/PROEDES

1.3 Localização:

Anexo da Faculdade de Educação, Palácio Universitário, sala A-102, Campus Praia
Vermelha – Rio de Janeiro – RJ

1.4 Telefone: 2541-8392 E-mail: proedes.fe.ufrj@gmail.com

1.5 Objetivos do PROEDES:

a) Desenvolver investigações na linha de pesquisa **História das instituições e saberes educativos, suas práticas e sujeitos**, a fim de realizar estudos e pesquisas referentes ao fenômeno da educação, tematizando as diversas modalidades de instituições e saberes educativos, suas práticas e sujeitos; b) contribuir para a formação de pesquisadores; c) constituir-se em um centro de documentação em educação brasileira.

1.6 Quantos servidores?

1.7 Quantos profissionais da área de arquivos?

2. Dados do entrevistado

2.1 Nome completo do respondente deste questionário:

2.2 Função que exerce no PROEDES:

3 Quanto aos Fundos de arquivo no PROEDES

3.1 Os Fundos existentes no PROEDES são somente acervos produzidos na UFRJ?

SIM () NÃO ()

3.2 Quantos Fundos de arquivo existem hoje no PROEDES?

3.3 Faz estimativa de quantitativo de pesquisa aos acervos? SIM () NÃO ()

4 Quanto ao Fundo Faculdade Nacional de Filosofia – FNFi

4.1 Tem inventário? SIM () NÃO ()

4.2 Tem aplicação de norma de descrição arquivística? SIM () NÃO ()

4.3 Quais Instrumentos de pesquisa existem?

4.4 Tem critérios para formar a “Planilha Documental”? SIM () NÃO ()

4.4.1 Se tem quais são?

4.5 “Planilha Documental” é um instrumento completo de todo o acervo da FNFi?

SIM () NÃO ()

4.6 Qual a quantidade de documentos do Fundo FNFi?

4.7 Tem projeto de organização arquivística? SIM () NÃO ()

4.7.1 Negativo: teve? SIM () NÃO ()

4.8 O Fundo é composto por quais suportes documentais?

4.9 O tema **Astronomia** pode ser encontrado em que fontes documentais dentro do Fundo FNFi?

4.10 Existe a possibilidade de existir documentos referentes a **Astronomia** em outros instrumentos além da “Planilha Documental”? SIM () NÃO ()

4.11 Se afirmativo especifique aonde:

4.12 Tem estimativa de consulta aos documentos referentes ao tema Astronomia?

4.13 Qual é a estimativa de consulta ao Fundo FNFi?

4.14 Quais os perfis dos usuários?

4.15 Em relação aos outros Fundos esse é o mais pesquisado? SIM () NÃO ()

4.16 Qual o método de organização utilizado para arquivamento dos documentos FNFi?

4.17 Possui reserva técnica separada de sala de consulta? SIM () NÃO ()

5. Quanto a Preservação do acervo da FNFi

5.1 PROEDES tem política de preservação? SIM () NÃO ()

5.1.1 Se tem, qual localização do instrumento?

5.2 Tem projeto de preservação? SIM () NÃO ()

5.3 Teve parceria com especialistas ou instituição no ramo para atuar na preservação do acervo? SIM () NÃO ()

5.3.1 Se afirmativo especifique:

5.4 Quais os procedimentos utilizados para conservação do acervo FNFi?

5.5 Já teve perda de documentos por causa de umidade, cupim, roedores? SIM () NÃO ()

5.5.1 Já teve perda de documentos por outras causas? SIM () NÃO ()

5.5.2 Afirmativo: Especifique

5.6 O sistema de climatização é monitorado? SIM () NÃO ()

5.6.1 De que maneira é feito o monitoramento?

5.7 Especifique como estão acondicionados os documentos do acervo FNFi (estantes, caixas, pastas, invólucros, papel utilizado, fitas de amarrar etc.)

5.7.1 Especifique os materiais dos acondicionamentos (estantes, caixas, pastas, invólucros, papel utilizado, fitas de amarrar etc.)

5.8 Existe previsão de investir em digitalização como forma de preservação do acervo FNFi? SIM () NÃO ()

5.9 Tem rotina de monitoramento para conservação do acervo FNFi? SIM () NÃO ()

5.10 Como é feito o monitoramento de conservação nas caixas, pasta, estantes, sala de depósito, etc.?

5.11 O estado de conservação em que se encontra o acervo FNFi hoje demanda preocupação de investimento em ações de preservação? SIM () NÃO ()

5.11.1 Afirmativo: Por que?

5.12 As informações registradas nos documentos do Fundo FNFi são únicas ou tem as mesmas informações registradas em outros documentos produzidos em outras unidades da UFRJ? SIM () NÃO ()

5.13 Já houve digitalização de acervo do Fundo FNFi? SIM () NÃO ()

5.13.1 Afirmativo: qual (is)? E por qual objetivo?

5.14 O que você considera importante realizar para a preservação da memória científica no âmbito da UFRJ?

5.15 Tem treinamento para os funcionários em termos de preservação e segurança do acervo? SIM () NÃO ()

5.16 Tem material adequado para conservação e segurança? EPI? SIM () NÃO ()

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi ARQUIVO: PROEDES	
1) PASTA Nº 162	2) REGISTRO Nº 1
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Ofício nº 372/1961	
4) ASSUNTO: Solicitação de concessão de passagem	
5) AUTOR (ES): Eremildo Luiz Vianna	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 09 de março de 1961
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 1	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Ofício do Diretor da FNFi, Eremildo Luiz Vianna ao Reitor da UB na época, março de 1961, solicitando concessão de passagem ida e volta Rio de Janeiro-Brasília-Rio de Janeiro para o Professor do curso de Astronomia Alércio Moreira Gomes e respectivamente ao Presidente e Vice Presidente do Diretório Acadêmico José Augusto Guilhon Albuquerque e José Ayres Junior.</p> <p>O Diretor da FNFi diz que as despesas serão por conta de dotação da própria faculdade.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 162

2) REGISTRO Nº 2

3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Carta

4) ASSUNTO: Agradecimento por congratulações pela instituição do Curso de Astronomia.

5) AUTOR (ES): Eremildo Luiz Vianna

6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB

7) DATA: 31 de março de 1958

CARACTERÍSTICAS

8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO:
(Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual,
impresso, manuscrito, etc.)

Textual
Datilografado

9) NÚMERO DE PÁGINAS: 1

10) SUPORTE: Papel

11) IDIOMA: Português

12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO:
(Amarelecimento, anotações à tinta, fita
adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação,
perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade,
etc.).

Amarelecimento

13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES

Carta do Diretor da FNFi, Eremildo Luiz Vianna, agradecendo ao Sr. Waldyr dos Santos sobre o telegrama enviado por este congratulando pela instituição do Curso de Astronomia.

14) OBSERVAÇÃO

No rodapé da carta está manuscrito (escrito à mão): Diretor dos cursos de Administração do D.A.S.P

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 162	2) REGISTRO Nº 3
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Carta	
4) ASSUNTO: Agradecimento por congratulações pela instituição do Curso de Astronomia.	
5) AUTOR (ES): Eremildo Luiz Vianna	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 31 de março de 1958
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 1	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Carta do Diretor da FNFi, Eremildo Luiz Vianna, agradecendo ao Presidente da Associação Brasileira de Astronomia, Sr. Alexandre Fucs as congratulações pela instituição do Curso de Astronomia por meio de telegrama enviado pelo mesmo.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFI
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 243	2) REGISTRO Nº 4
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Nenhum documento sobre Astronomia encontrado	
4) ASSUNTO: Nenhum documento sobre Astronomia encontrado	
5) AUTOR (ES): Nenhum documento sobre Astronomia encontrado	
6) LOCAL: -----	7) DATA: -----
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Nenhum documento sobre Astronomia encontrado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: ----	10) SUPORTE: ----
11) IDIOMA: -----	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Nenhum documento sobre Astronomia encontrado
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
Nenhum documento sobre Astronomia encontrado	
14) OBSERVAÇÃO	
PASTA 243. Nenhum documento sobre Astronomia foi encontrado. A pasta foi verificada duas vezes	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 338	2) REGISTRO Nº 5
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Caderno	
4) ASSUNTO: frequência de aulas do Curso de Astronomia.	
5) AUTOR (ES): FNFi	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: Ano 1964 1º e 2 período
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Manuscrito
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 12	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, anotações à caneta esferográfica, mancha, pontos de foxing,
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
Caderno sobre frequência de aulas do corpo discente do curso de Astronomia em 1964 1º e 2º período, contendo os nomes dos alunos em ordem alfabética.	
14) OBSERVAÇÃO	
Caderno de capa dura com 98 páginas e maioria das páginas em branco. Os registros no caderno sobre frequência de aulas por alunos dos cursos de Astronomia, Física e Meteorologia de 1964 a 1966. Porém, no que se refere a Astronomia os registros são por nome dos alunos em 12 páginas somente no ano de 1964 1º e 2º período.	
Fotografado.	
Método de organização: Ensino>Corpo Discente>Regulares>Frequência de Aulas > 1964 – 1966	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 446	2) REGISTRO Nº 6
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Processo	
4) ASSUNTO: Alteração do currículo do Curso de Astronomia	
5) AUTOR (ES): Luiz Eduardo da Silva Machado	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 20 de junho de 1966
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado Manuscrito
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 10	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, Anotações à caneta esferográfica, manchas, pontos de foxing, quebradiço
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Processo nº 8494/66 e ofício nº 47 de 20 de junho de 1966 do Presidente da Comissão de Astronomia, Luiz Eduardo da Silva Machado para o Diretor da FNFi propondo a substituição da disciplina Geometria Diferencial por Técnica Astrofotográfica devido à incompatibilidade de horário com o restante das disciplinas do currículo. Relata sobre as vantagens da nova disciplina e solicita ao diretor da FNFi urgência em levar a proposta ao conhecimento da Congregação.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Ofício nº 47 de 20 de junho de 1966 2 vias; deu origem ao referido processo.	
Contou-se 10 páginas do processo incluindo o ofício nº 47 que deu origem e a capa	
Fotografado.	
Método de organização: Ensino>Cursos>Graduação>Currículo	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 450	2) REGISTRO Nº 7
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Carta	
4) ASSUNTO: Currículo do Curso de Astronomia	
5) AUTOR (ES): Luiz Eduardo da Silva Machado	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 28 de dezembro de 1959
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 3	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Carta escrita por Luiz Eduardo da Silva Machado como Professor de Astronomia da FNFi, endereçada ao Professor Camil Gemael da Escola de Engenharia da Universidade do Paraná – Curitiba. O conteúdo trata especialmente sobre o Programa do Curso de Astronomia da FNFi.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Carta não tem assinatura	
Método de organização: Ensino>Cursos>Graduação>Currículo	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 450	2) REGISTRO Nº 8
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Carta	
4) ASSUNTO: Currículo do Curso de Astronomia	
5) AUTOR (ES): Maria Carolina B. de Caldas Freire	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 11 de julho de 1960
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 2	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, fita adesiva, manchas, pontos de foxing, quebradiço, rasgo,
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Carta contendo o currículo do Curso de Astronomia, assinada pela Sr.^a Maria Carolina B. de Caldas Freire, Secretária do Diretor da FNFi, para o Presidente do Conselho Científico da Sociedade Mineira de Astronomia, Exmo. Sr. Vicente Menezes, atendendo à solicitação sobre o Curso.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Método de organização: Ensino>Cursos>Graduação>Currículo>1951 a 1962	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFI
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 556	2) REGISTRO Nº 9
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Relatório	
4) ASSUNTO: eclipse total da lua de 1964	
5) AUTOR (ES): Luiz Eduardo Machado	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 02 de julho de 1964
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 2	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, manchas, fungos, pontos de foxing,
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Carta contendo o relatório da primeira fase dos trabalhos sobre a operação da equipe formada por 5 professores: Luiz Eduardo Machado, Guilherme Wenning, Walther Pollis, Francisco Saldanha, Antônio Sande e 8 alunos do Curso de Astronomia. Operação realizada no Observatório do Morro do Valongo, Universidade do Brasil, na ocasião do eclipse total da lua em 24 de junho de 1964. A carta é destinada ao Ilmo. Sr. Redator, No rodapé está manuscrito para enviar a vários jornais: O Globo, Jornal do Brasil, Correio do Amanhã, O Jornal Diário de Notícias, e Agência Nacional.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Com fungos no invólucro.	
Fotografado.	
Método de organização: Ensino>Corpo Docente>Relatório do Presidente da Comissão de Astronomia>Assunto: Eclipse lunar>Julho 1964	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFI
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 709	2) REGISTRO Nº 10
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Relatório	
4) ASSUNTO: Eclipse total da lua de 1960	
5) AUTOR (ES): Luiz Eduardo Machado	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 13 de março de 1960
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 1	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, ferrugem, manchas, pontos de foxing
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Relatório do professor Luiz Eduardo da Silva Machado sobre as condições meteorológicas e as circunstâncias prováveis do eclipse total da lua para o Rio de Janeiro antes do fenômeno acontecer. Relata que a equipe de professores e astrônomos do Curso de Astronomia da Faculdade Nacional de Filosofia acompanhará e estudará o fenômeno no Observatório do Morro do Valongo, da Universidade do Brasil.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Método de organização: Ensino>Graduação>Assuntos diversos>1960	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 709	2) REGISTRO Nº 11
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Recorte de jornal	
4) ASSUNTO: Eclipse total da lua de 1960	
5) AUTOR (ES): Jornal do Brasil	
6) LOCAL: Rio de Janeiro	7) DATA: 15 de março de 1960
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Iconográfico Impresso
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 1	10) SUPORTE: Papel jornal
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>A notícia relata que a equipe de professores da FNFi em observação no Observatórios do Morro do Valongo tiveram sucesso e conseguiram fotografar o eclipse total da lua. Acrescenta que os astrônomos do Observatório Nacional, órgão oficial, os quais são pagos pelo Governo, informaram que não viram o eclipse por causa do tempo.</p> <p>O professor Mário Dias Ferreira do Observatório Nacional e também da FNFi explica em entrevista sobre as condições climáticas no Brasil na ocasião, alegando que o clima tem seguido as fases da lua e que os instrumentos utilizados nos serviços de meteorologia são rudimentares. De acordo com seu relato isso contribui para uma previsão que pode incorrer em erros.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
São 3 recortes colados em uma folha de papel.	
Recorte 1. Professores da Faculdade Nacional de Filosofia conseguiram fotografar eclipse da Lua	
Recorte 2. Tempo no Rio anda agora meio lunático	
Recorte 3. Eclipse em três fases (fotos do eclipse)	
Fotografado.	
Método de organização: Ensino>Graduação>Assuntos diversos>1960	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 709	2) REGISTRO Nº 12
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Recorte de jornal	
4) ASSUNTO: Eclipse total da lua de 1960:defesa do Diretor do Observatório Nacional	
5) AUTOR (ES): Jornal do Brasil	
6) LOCAL: Rio de Janeiro	7) DATA: 16 de março de 1960
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Impresso
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 1	10) SUPORTE: Papel jornal
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, fita adesiva
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>O diretor do Observatório Nacional, do Ministério da Educação, Sr. Lélío I. Gama, enviou carta ao Jornal do Brasil defendendo-se de acusações em matéria do mesmo jornal. Na matéria publicada consta que a equipe de astrônomos desse Observatório disse não ter visto o fenômeno do eclipse total da lua em virtude do mal tempo no Rio de Janeiro, enquanto a equipe de astrônomos da FNFi conseguiu com sucesso e ainda fotografou. O diretor também cita o nome do astrônomo Luiz Eduardo da Silva Machado como responsável por tais acusações.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
1 recorte de jornal colado em uma folha de papel.	
Fotografado.	
Método de organização: Ensino>Graduação>Assuntos diversos>1960	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 709

2) REGISTRO Nº 13

3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Carta

4) ASSUNTO: Resposta do astrônomo Luiz Eduardo Machado ao Diretor do Observatório Nacional

5) AUTOR (ES): Luiz Eduardo da Silva Machado

6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB

7) DATA: 23 de março de 1960

CARACTERÍSTICAS

8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO:
(Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual,
impresso, manuscrito, etc.)

Textual
Datilografado

9) NÚMERO DE PÁGINAS: 2

10) SUPORTE: Papel

11) IDIOMA: Português

12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO:
(Amarelecimento, anotações à tinta, fita
adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação,
perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade,
etc.).

Amarelecimento, ferrugem, manchas, pontos
de foxing

13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES

Carta enviada pelo professor e astrônomo da FNFi, Luiz Eduardo da Silva Machado, ao Jornal do Brasil respondendo e explicando sobre as trocas de acusações publicadas em matérias anteriores nesse mesmo jornal a respeito do eclipse total da lua ocorrido em 1960 no Rio de Janeiro. Ele aproveita para informar as razões de seu afastamento do Observatório Nacional.

14) OBSERVAÇÃO

Fotografado.

Método de organização: Ensino>Graduação>Assuntos diversos>1960

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFI
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 709	2) REGISTRO Nº 14
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Relatório	
4) ASSUNTO: Eclipse parcial da lua de 1961	
5) AUTOR (ES): Luiz Eduardo da Silva Machado	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 08 de setembro de 1961
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 1	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, ferrugem, manchas, pontos de foxing
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Relatório em nome do Curso de Astronomia sobre o eclipse parcial da lua ocorrido de 25 para 26 de agosto de 1961 e assinado por Luiz Eduardo da Silva Machado. Consta no documento que foi realizada observação no Observatório do Morro do Valongo da UB, por uma equipe de professores da FNFI e do Instituto Militar de Engenharia, sendo: Luiz Eduardo Machado, orientação geral, Guilherme Wenning, supervisão de foto astronômica, Francisco Saldanha, Claudio José Ribeiro, Sílio Vaz, Rene Coelho e Silva, Antônio Sande, e ainda um astrônomo estrangeiro, prof. Dr. Jean Delhaye, Diretor do Observatório de Besançon, França. Este estava ministrando curso de aperfeiçoamento na FNFI, sendo o primeiro astrônomo estrangeiro no Brasil para ministrar ensinamentos práticos de astronomia.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Método de organização: Ensino>Graduação>Assuntos diversos>	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFI
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 709	2) REGISTRO Nº 15
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Recorte de jornal	
4) ASSUNTO: Eclipse parcial do sol de 1962	
5) AUTOR (ES): Jornal Correio da Manhã	
6) LOCAL: Rio de Janeiro	7) DATA: 01 de agosto de 1962
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (8extual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Iconográfico Impresso
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 1	10) SUPORTE: Papel jornal
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, fita adesiva
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Conteúdo da publicação relata sobre o eclipse parcial do sol, o qual segundo o Professor Luiz Eduardo Machado é comum esse tipo de eclipse ocorrer duas vezes no ano, porém esse será o único no ano de 1962. A equipe de professores que acompanhou e fotografou o fenômeno foi: Guilherme Wenning, Walter Pollis, Luiz Eduardo Machado e assistida pelo catedrático da Universidade da Bahia, Francisco Ferreira Neto.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
2 recortes de jornais colados em uma folha de papel.	
Método de organização: Ensino>Graduação>Assuntos diversos>	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 709	2) REGISTRO Nº 16
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Relatório	
4) ASSUNTO: Eclipse anular do sol de 1963	
5) AUTOR (ES): Luiz Eduardo Machado	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 25 de janeiro de 1963
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 2	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, ferrugem, manchas, pontos de foxing
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Conteúdo da carta para publicação em jornais relata antecipadamente as circunstâncias de um eclipse anular do sol previsto para ser visto em vários estados brasileiros. Consta que o Observatório do Valongo está devidamente aparelhado para o acompanhamento técnico se as condições meteorológicas forem favoráveis. Também informa que o local privilegiado para assistir ao fenômeno e melhor visualizá-lo será a cidade de Santa Vitória do Palmar no Rio Grande do Sul.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Método de organização: Ensino>Graduação>Assuntos diversos>	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFI
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 709	2) REGISTRO Nº 17
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Carta	
4) ASSUNTO: Cometa Ikeya de 1963	
5) AUTOR (ES): Luiz Eduardo Machado	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 25 de março de 1963
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 2	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, Anotações a caneta esferográfica, ferrugem, pontos de foxing, queimadura (parece cigarro)
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Carta para publicação em jornais, relata ser o Ikeya, o primeiro cometa descoberto no ano de 1963, o qual foi observado e fotografado desde o início de fevereiro por equipe técnica formada pelos professores: Luiz Eduardo da Silva Machado, Guilherme Wenning e Walter Pollis. Consta também as circunstâncias as quais se encontram o cometa e diz que as observações no Observatório do Valongo serão enviadas ao estrangeiro. No documento estão anotados os nomes dos jornais, para os quais deveriam ser enviadas as cartas.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Método de organização: Ensino>Graduação>Assuntos diversos>	

**FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE
ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFI
ARQUIVO: PROEDES**

1) PASTA Nº 709	2) REGISTRO Nº 18
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Carta	
4) ASSUNTO: Cometa Ikeya de 1963	
5) AUTOR (ES): Luiz Eduardo Machado	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 26 de março de 1963
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 1	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, anotações à caneta esferográfica, ferrugem
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Carta para publicação em jornais, relata ser o Ikeya, o primeiro cometa descoberto no ano de 1963, o qual foi observado e fotografado desde o início de fevereiro por equipe técnica formada pelos professores: Luiz Eduardo da Silva Machado, Guilherme Wenning e Walter Pollis. Constam também as circunstâncias, as quais se encontram o cometa e diz que as observações no Observatório do Valongo serão enviadas ao estrangeiro. No documento consta que foi anexada uma foto do cometa, no entanto tal foto não foi localizada.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Método de organização: Ensino>Graduação>Assuntos diversos>	
No documento está anotado que foi providenciada a publicação	

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi ARQUIVO: PROEDES	
1) ATA 1957_18 de outubro	2) REGISTRO Nº 19
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Ata	
4) ASSUNTO: Novos cursos que serão implantados na FNFi	
5) AUTOR (ES): Congregação da FNFi	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 18 de outubro de 1957
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 6	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, Anotações à caneta esferográfica, pontos de foxing
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Ata de reunião extraordinária realizada em 18 de outubro de 1957. Dentre outras pautas está a que trata de novos cursos que serão implantados na FNFi que são: Geologia, Meteorologia e Astronomia.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Atas encadernadas reunidas em único volume do ano com identificação na lombada FNFi – Atas da Congregação e ano	
Método de organização: cronológico	
Ata de reunião extraordinária da Congregação FNFi nº 12. O número da ata está anotado à mão com caneta de tinta esferográfica na parte superior lado direito da primeira página.	

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi ARQUIVO: PROEDES	
1) ATA 1957_29 de novembro	2) REGISTRO Nº 20
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Ata	
4) ASSUNTO: Organização do curso de Astronomia	
5) AUTOR (ES): Congregação da FNFi	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 29 de novembro de 1957
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 5	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, Anotações à caneta esferográfica, pontos de foxing
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Ata de reunião extraordinária realizada em 29 de novembro de 1957. Dentre outras pautas está a que trata sobre a organização do Curso Astronomia. O Diretor da FNFi e Presidente da reunião, o Professor Eremildo Luiz Vianna informa que está incluída no Orçamento para a Administração da FNFi, a verba de dois milhões de cruzeiros para a criação do curso. Informa também que o Professor Plínio Rocha é contra a criação do curso alegando que os alunos formados em Física e Matemática possuem os conhecimentos necessários para exercerem a profissão de astrônomo. Teve votação e o resultado foi unânime a favor da criação do curso. Foi constituída comissão para construir o projeto de organização do curso.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Atas encadernadas reunidas em único volume do ano com identificação na lombada FNFi – Atas da Congregação e ano	
Método de organização: cronológico	
Ata de reunião extraordinária da Congregação FNFi nº 14. O número da ata está anotado à mão com caneta de tinta esferográfica na parte superior lado direito da primeira página.	
Anexos: Em anexo Organização do Curso de Astronomia	

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi ARQUIVO: PROEDES	
1) ATA 1957_30 de dezembro	2) REGISTRO Nº 21
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Ata	
4) ASSUNTO: Currículos dos Cursos de Astronomia, Física Matemática	
5) AUTOR (ES): Congregação da FNFi	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 30 de dezembro de 1957
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado Manuscrito
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 7	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, Anotações à caneta esferográfica, manchas, manuscrito à caneta esferográfica, pontos de foxing
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Ata de reunião extraordinária realizada em 30 de dezembro de 1957. Dentre outras pautas está a que trata sobre e os currículos dos Cursos de Astronomia, Física Matemática. Foram aprovados os novos currículos dos Cursos de Física, Matemática, assim como o de Astronomia. Os Professores José Leite Lopes, Joaquim Costa Ribeiro, João Christóvão Cardoso, Rocha Lagos, José Abdelhay e Plínio Rocha debateram bastante sobre o assunto e o Professor Plínio Rocha formulou uma declaração de voto.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Atas encadernadas reunidas em único volume do ano com identificação na lombada FNFi – Atas da Congregação e ano	
Método de organização: cronológico	
Ata de reunião extraordinária da Congregação FNFi nº 15. O número da ata está anotado à mão com caneta de tinta esferográfica na parte superior lado direito da primeira página.	
Anexo1: Currículos do Curso de Matemática e Física com 4 páginas.	
Anexo2: Declaração de votos do Professor Plínio Rocha.	

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi ARQUIVO: PROEDES	
1) ATA 1958_18 de março	2) REGISTRO Nº 22
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Ata	
4) ASSUNTO: Complementação de estudo de Astronomia para Oficiais da Escola Técnica do Exército	
5) AUTOR (ES): Congregação da FNFi	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 18 de março de 1958
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado Manuscrito
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 6	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, Anotações à caneta esferográfica, manchas, manuscrito à caneta esferográfica, pontos de foxing
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Ata de reunião extraordinária realizada em 18 de março de 1958. Dentre outras pautas está a que trata sobre Complementação de estudo de Astronomia para Oficiais da Escola Técnica do Exército. Porém não encontrado esse assunto na ata.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Atas encadernadas reunidas em único volume do ano com identificação na lombada FNFi – Atas da Congregação e ano	
Método de organização: cronológico	
Ata de reunião extraordinária da Congregação FNFi nº 2. O número da ata está anotado à mão com caneta de tinta esferográfica na parte superior lado direito da primeira página.	

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi ARQUIVO: PROEDES	
1) ATA 1958_30 de junho	2) REGISTRO Nº 23
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Ata	
4) ASSUNTO: Contratação de professor de Astronomia para substituir o professor Alécio Gomes durante seu afastamento do país.	
5) AUTOR (ES): Congregação da FNFi	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 30 de junho de 1958
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 5	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, Anotações à caneta esferográfica, manchas, pontos de foxing
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Ata de reunião extraordinária realizada em 30 de junho de 1958. Dentre outras pautas está a que trata sobre contrato de professor de Astronomia para colaborar durante a ausência do professor Alécio Gomes. O Diretor solicita autorização da Congregação para a FNFi adquirir aparelhos para a instalação de planetário.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Atas encadernadas reunidas em único volume do ano com identificação na lombada FNFi – Atas da Congregação e ano	
Método de organização: cronológico	
Ata de reunião extraordinária da Congregação FNFi nº 6. O número da ata está anotado à mão com caneta de tinta esferográfica na parte superior lado direito da primeira página.	

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi ARQUIVO: PROEDES	
1) ATA 1958_7 de novembro	2) REGISTRO Nº 24
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Ata	
4) ASSUNTO: Reestruturação da Cidade Universitária	
5) AUTOR (ES): Congregação da FNFi	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 7 de novembro de 1958
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado Manuscrito
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 6	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, Anotações à caneta esferográfica, manchas, manuscrito à caneta esferográfica, pontos de foxing
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Não trata diretamente sobre Astronomia. Dentre outras pautas está a que trata sobre Reestruturação da Cidade Universitária. O professor João Christóvão Cardoso é o representante do Corpo Congregado da FNFi no Conselho Universitário da UB e fala sobre suas propostas apresentadas ao referido Conselho.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Atas encadernadas reunidas em único volume do ano com identificação na lombada FNFi – Atas da Congregação e ano	
Método de organização: cronológico	
Ata de reunião extraordinária da Congregação FNFi nº 10. O número da ata está anotado à mão com caneta de tinta esferográfica na parte superior lado direito da primeira página.	

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO EDIAGNÓSTICO DO CONJUNTO DE DOCUMENTOS DE ASTRONOMIA DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA – FNFi ARQUIVO: PROEDES	
1) ATA 1958_12 de novembro	2) REGISTRO Nº 25
3) ESPÉCIE DE DOCUMENTO: Ata	
4) ASSUNTO: Presidência da Comissão de Astronomia	
5) AUTOR (ES): Congregação da FNFi	
6) LOCAL: Rio de Janeiro - UB	7) DATA: 12 de novembro de 1958
CARACTERÍSTICAS	
8) ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO: (Textual, iconográfico, sonoro, audiovisual, impresso, manuscrito, etc.)	Textual Datilografado Manuscrito
9) NÚMERO DE PÁGINAS: 6	10) SUPORTE: Papel
11) IDIOMA: Português	
12) ESTADO DE CONSERVAÇÃO: (Amarelecimento, anotações à tinta, fita adesiva, foxing, fungos, manchas, oxidação, perda de folha, queimadura, rasgo, sujidade, etc.).	Amarelecimento, Anotações à caneta esferográfica, manchas, pontos de foxing
13) CONTEÚDO - RESUMO COM TRANSCRIÇÃO DE TRECHOS IMPORTANTES	
<p>Ata de reunião extraordinária realizada em 12 de novembro de 1958. Dentre outras pautas está a que trata sobre presidência da Comissão de Astronomia (proc. 5.280/1958). A Congregação nega o pedido do professor João Christóvão Cardoso para ser substituído na presidência da referida comissão.</p>	
14) OBSERVAÇÃO	
Fotografado.	
Atas encadernadas reunidas em único volume do ano com identificação na lombada FNFi – Atas da Congregação e ano	
Método de organização: cronológico	
Ata de reunião extraordinária da Congregação FNFi nº 11. O número da ata está anotado à mão com caneta de tinta esferográfica na parte superior lado direito da primeira página.	

ANEXOS



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
01	02	03	04	05	06	07	08	09
1	ALÉA LEMOS DE CASTRO, NILTON DE SOUZA BATINGA, REGINA FREIRE CARVALHAL, OVIDIO GOUVEIA DA CUNHA, LÊDA BOECHAT, SERAFINA PINHEIRO BARROSO		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1939	A12PR1PA1	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA SERAFINA PINHEIRO BARROSO É ALUNA ORIUNDA DA U.D.F.
2	REGINA ARRUDA, VÉRA GAIO DE CASTRO, VICENTE DE PAULA SALES DE ABREU, YOLANDA CAVALIERI D'ORO, WILSON DRUMMOND		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1940	A12PR1PA2	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA WILSON DRUMMOND É ALUNO ORIUNDO DA U.D.F
3	MARIA DAS VICTORIAS DE SOUZA FERREIRA, LEDA MENDES CAMPOS, ITAGIRA FERREIRA COELHO, ISAIDA BEZERRA, HELLYETTE BARBOSA CHAVES, MARIA JOSEPHINA RABELLO ALBANO		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1940	A12PR1PA3	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA CONSTA CADERNETA ESCOLAR ORIGINAL DA ALUNA ITAGIRA FERREIRA COELHO CONSTA O TÍTULO ELEITORAL CUJA DATA É DE 1916 DA ALUNA MARIA JOSEPHINA RABELLO ALBANO
4	NEWTON GUSMÃODA SILVA COSTA, MARIA NOEMIA ALVARENGA PADILHA, NORMA DE CASTRO BARRETO, YVAN PORTO DOMINGUES		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1941	A12PR1PA4	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
5	DEMONSTHENES DE OLIVEIRA DIAS, ELOISA DE CARVALHO, GRASIELA MACHADO DE LIMA BRANDÃO, LUZIA CAMINHA MACHADO DA COSTA, SARA COLCHER, LYGIA FERREIRA CARIÇO, SAARA COLCHER		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1942	A12PR1PA5	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
6	ALCIAS MARTINS DE ATTAYDE, ANTÔNIO DUTRA JUNIOR, CLARA BLANK, ELZIRA BARROS, FANNY DREBTCHISKY		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1943	A12PR1PA6	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
7	LYSIA MARIA CAVALCANTI, ZULEIDE DA PRAÇA CARVALHO		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1944	A12PR1PA7	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
8	EDGARD DE AZEVEDO NETO, MARINA ALVES,		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1945	A12PR1PA8	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
9	AMÁLIA MANSUR REDISCH, BRASZKA BORENSZTAJN, ELZA BARBOSA CHAVES PINTO, EMYGDIO BALBINO DE CARVALHO FILHO, GULNAR DIAS DE ALCÂNTARA, HENRIQUE DE OLIVEIRA DINIZ, LEDA FERREIRA, OCTÁVIO DO NASCIMENTO		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1946	A12PR1PA9	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
10	CESARINA ABDALLA, HELIO DE ALBUQUERQUE, NELSIR FREITAS CARDOSO, CYBELLE BOUYER		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1947	A12PR1PA10	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
11	ELZA MENDONÇA CARROZZA, REGINA MARIA DA SILVEIRA CARDOSO, SULAMITA DE FARIAS BRITO E CASTRO, SUZA DE ABREU, WALDIR DA CUNHA, JALILE BENJAMIN CHALOUB		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1948	A12PR1PA11	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
12	ANA BOGOMOL PATERMAN BRASIL, EDIBERTO LUZ BASTOS, MARIA LYDIA COIMBRA DE CASTRO, MARILIA GALVÃO, NILCE DELVUASE PINTO COELHO, RUTH TEIXEIRA DIAS, YEDDA DECEMBRINO, JOSÉ ALVES FILHO, LÉA BENJAKIR		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1949	A12PR1PA12	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
13	CARLOS DE CASTRO BOTELHO, CLÉO CÔRTEZ CASTRO, EDISON DE SOUZA CARNEIRO, THEREZINHA DE CASTRO, ZAIRA WITTE,		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1950	A12PR1PA13	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
14	CELY DE LIMA CAMARA, CLEONE NOGUEIRA ARÊAS, DELNIDA MARTINEZ ALONSO, HELENA GUIMARÃES CALDAS, HÉLIO CHAVIER LEME CESAR, LÉA CASTRO, MARIA EMÍLIA RODRIGUES TEIXEIRA, MARINETE		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1951	A12PR1PA14	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
	COSTA, NOEGLA ROLLA BALBÔA							
15	ALTÍMEDE COSTA MONTEIRO, ANNA CHINDER, AURA DOS SANTOS CARVALHO, CRESO DA CUNHA COIMBRA, HELOISA MANHÃES DE ANDRADE, LÉA DE MATTOS CARDOSO, NADYR FERREIRO BARBOSA		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1952	A12PR1PA15	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
16	LYDIMÉA GASMAN		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1955	A12PR1PA16	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
17	CELINA LILEMBAUM, ARACY DO REGO ANTUNES, ARLETE CARNEIRO, AUZENDA DOS SANTOS CARVALHO, DARCYMIREs ISMAELINDO DO RÊGO BARROS, DICLÉA BITTENCOURT ROLÃO, ELIANE ITALA BATTESINI		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1955	A12PR1PA17	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
18	ELIZABETH MELLO BOTELHO, AINDA MARIA MARQUES OSTHOFF, HELOISA PAES COELHO, MARIA THERESA CABRAL DE AZEVEDO, NADYR ESTEVES DIAS		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1954	A12PR1PA18	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
19	JOSÉ AUGUSTO DE ARAÚJO, MANOEL MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE, SARAH SANTORO, STELLA TEICHHOLTZ DANIEL, ZILDETTE DE SOUZA DANTAS, ZULEIKA GUILHERMINA FERREIRA DE ANDRADE, MARIA JOSÉ DA CRUZ, MARIA CELESTINA CORDEIRO, MYRIAM COSTA, JULIERME DE ABREU E CASTRO		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1954	A12PR1PA19	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
20	MARIA EDUARDA CAMPOS DE FERNANDES DIAS, MAURO SÉRGIO DA FONSECA COSTA COUTO, MIRTES DE SOUZA BOMFIM, TERESINHA ALVES PACHECO, SANTUZA SUPPO BARTHOLOMÉ, VIRGÍNIA NOGUEIRA DE CARVALHO		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1953	A12PR1PA20	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
21	ALOYSIO DE ARAÚJO CORDEIRO, ALOÍSIO GENTIL BRANCO, EDSON ARAÚJO DE ABREU, FRANCISCO XAVIER DE ALCANTARA NETO, OLGA ALVES DE		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1953	A12PR1PA21	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
	ALMEIDA, ONEIDE GONÇALVES GOMES, ILZA THEREZINHA OLIVEIRA BRAUNS, JORGE GERALDO BRITO, JOSÁ MARIA FERREIRA DIAS, JÚLIO DE ARAÚJO							
22	PERPÉTUA DA PENHA CRUZ, RAIMUNDO NONATO DANTAS AVELINO, REGINA JORGE BOUERI, TELMA CUNHA DE ALBUQUERQUE, YRACY BAPTISTA, MARIA FRANCISCA THEREZA CAVALCANTI CARDOSO, MARIA HELENA PARDAL PINHO BURLAMAQUI, NEWTON FERREIRA DA COSTA, RAYMUNDO DE ARAÚJO CHAVES		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1952	A12PR1PA22	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
23	MARIA DE LOURDES REYNALDO ALMIRÃO, MARIA THEREZINHA DE ALBUQUERQUE, MARINDA FROÉS GARCEZ DE ABREU, AMERICA VIÉGAS DA COSTA, FERNANDO VILLELA DE ANDRADE		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	SEM DATA	A12PR1PA23	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
24	REGIMENTO: ANAIS DA UNIVERSIDADE DO BRASIL, ALTERAÇÕES NO REGIMENTO, RECORTES DE JORNAL		8.1	LEGISLAÇÃO INTERNA	ANAIS, REGIMENTO, RECORTES DE JORNAL	1954-1955	A12PR1PA24	
25	PEDRINA MENEZES VIANNA, AVANYR SANCHEZ FLORETE, NELLY ALEOTTI		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1952-1954	A12PR1PA25	CURSO: PEDAGOGIA
26	JOÃO CARLOS RAPHAEL M. A. CORRÊA		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1959	A12PR1PA26	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
27	GILDA PRAZERES CAPANEMA		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1961	A12PR1PA27	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
28	EVELYNE DE GUIMARÃES BASTOS		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1962	A12PR1PA28	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
29	ALZIRA ALVES DE ABREU, MARLENE MONTEIRO DE CASTRO, NÊMORA CARRANO CARDOSO, SÉRGIO GUERRA DUARTE, JOSIDETH DA SILVA GOMES		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1958	A12PR1PA29	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
30	NEUSA DE CASTRO GUERRA, JANINE WAGNER DE ALVARENGA, ALUÍZIO PEIXOTO BOYNARD		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1958	A12PR1PA30	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
31	CLOVES DE BITTENCOURT DOTTORI, ELLA GRINSZTEIN, MARILDA CORREA CIRIBELLI		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1957	A12PR1PA31	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
32	LELITA DE LIMA TORRES CESCATTO, MURILLO ALVES DA CUNHA, NÁDIA CHUERI, SARAH DIAMANTE, IATAMY DE OLINDA CAMPELLO, IRAEMA DE QUEIROZ, JOSELINA CYPRIANO, MARIA CELESTE MUNIZ DE ARAGÃO		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1956	A12PR1PA32	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
33	SANDRA RIBEIRO DA COSTA LACERDA VIEIRA, ZELATA ABRAMOVITCH, MARIA ANITA CARVALHO, MAGALI DA SILVEIRA ALBERNAZ, IRIO BARBOSA DA COSTA, MARIA ANTONIETTA COSTA, MARLY PEREIRA DO CABO		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1955	A12PR1PA33	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
34	LUIZ CESAR VINHARES DA COSTA, NAIR FADUL ABRANTES		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIÊ ACADÊMICO	1955	A12PR1PA34	CURSO: GEOGRAFIA E HISTÓRIA
35	LABORATÓRIO DE QUÍMICA (2º ANDAR)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA35	TALVEZ LABORATÓRIO PROFESSOR CARDOSO. QUANT: 3 (1 FOTO COM DUAS CÓPIAS)
36	LABORATÓRIO DE QUÍMICA (2º ANDAR)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA36	TALVEZ LABORATÓRIO PROFESSOR CARDOSO. QUANT: 3 (1 FOTO COM DUAS CÓPIAS)
37	LABORATÓRIO PROFESSOR DJALMA HASSELMANN		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA37	QUANT: 1
38	"ARMÁRIOS COM DIFERENTES ESPÉCIES DE ANIMAIS"		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA38	QUANT: 3 (1 FOTO COM DUAS CÓPIAS)



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
39	"ARMÁRIOS COM DIFERENTES ESPÉCIES DE ANIMAIS"		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA39	HISTÓRIA NATURAL OU ZOOLOGIA? MELLO LEITÃO? QUANT: 3 (1 FOTO COM DUAS CÓPIAS)
40	LABORATÓRIO DE MINERALOGIA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA40	TALVEZ TOMAZ COELHO/ ELISIÁRIO TAVERA. QUANT: 1
41	LABORATÓRIO DE MINERALOGIA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA41	TALVEZ TOMAZ COELHO/ ELISIÁRIO TAVERA. QUANT: 2 (1 FOTO COM 1 CÓPIA)
42	LABORATÓRIO DE QUÍMICA (2º ANDAR) WERNER KRAULEDAT		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA42	QUANT: 1
43	LABORATÓRIO DE BIOLOGIA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA43	QUANT: 1
44	LABORATÓRIO DE BIOLOGIA OU ZOOLOGIA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA44	QUANT: 1
45	LABORATÓRIO DE BIOLOGIA (TERRAÇO)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA45	QUANT: 1
46	LABORATÓRIO DE QUÍMICA (DÚVIDA)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA46	QUANT: 2 (1 FOTO COM 1 CÓPIA)
47	LABORATÓRIO DE ZOOLOGIA (9º ANDAR)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA47	QUANT: 1
48	SALA COM MÁQUINAS		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA48	QUANT: 1
49	LABORATÓRIO DE QUÍMICA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA49	TÉCNICO GONÇALVES. QUANT: 1



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
50	LABORATÓRIO DE HISTÓRIA NATURAL		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA50	QUANT: 1
51	LABORATÓRIO DE QUÍMICA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA51	PASTA VAZIA
52	LABORATÓRIO DE QUÍMICA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA52	QUANT: 1
53	LABORATÓRIO DE QUÍMICA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA53	QUANT: 1
54	SALA COM MÁQUINAS		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA54	QUANT: 1
55	FACHADA DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA55	QUANT: 1
56	ENCONTRO DO PROFESSOR JACQUES KAYSER COM ALUNOS DO CURSO DE JORNALISMO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA56	QUANT: 8 (1 FOTO COM 3 CÓPIAS)
57	FACHADA DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA57	QUANT: 1
58	"MESA COMPOSTA POR CINCO PESSOAS"		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA58	QUANT: 6 (1 FOTO COM 2 CÓPIAS)
59	"TALVEZ LABORATÓRIO COSTA RIBEIRO"		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA59	PASTA VAZIA
60	PRÉDIO DE FILOSOFIA NA AVENIDA PRES. ANTÔNIO CARLOS		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA60	QUANT: 1
61	LABORATÓRIO DE QUÍMICA; JOAQUIM COSTA RIBEIRO, CAPANEMA E SANTIAGO DANTAS; PESSOAS LENDO JORNAL.		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA61	QUANT: 4 (1 FOTO COM 1 CÓPIA)



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
62	ANEXO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA62	QUANT: 2 (1 FOTO COM 1 CÓPIA)
63	PESSOAS LENDO JORNAL		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA63	QUANT: 2 (1 FOTO COM 1 CÓPIA)
64	POSSE DO DIRETÓRIO ACADÊMICO; SOLENIDADE DE ENTREGA DOS DIPLOMAS DO CURSO DE CIVILIZAÇÃO FRANCESA.		9.2	CONFERÊNCIAS / PALESTRAS SOLENIDADES	FOTOGRAFIA	1962 (POSSE DO DIRETÓRIO ACADÊMICO)	A12PR2PA64	QUANT: 7 (1 FOTO COM 1 CÓPIA)
65	BIBLIOTECA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA65	QUANT: 3 (1 FOTO COM 2 CÓPIAS)
66	BIBLIOTECA NA AVENIDA PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – 4º ANDAR (AO CENTRO: OLGA VERCHOWSKY – SEM COLAR); SALA COM MÁQUINAS DE ESCREVER.		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA66	QUANT: 5 (1 FOTO COM 2 CÓPIAS)
67	“TERRAÇO – 9º ANDAR”		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA67	QUANT: 2 (1 FOTO COM 1 CÓPIA)
68	SECRETARIA FNFi – 4º ANDAR		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA68	QUANT: 1
69	SEÇÃO DE ENSINO – 4º ANDAR		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA69	QUANT: 2 (1 FOTO COM 1 CÓPIA)
70	“SALA COM LIVROS, MESAS, CADEIRAS, MÁQUINA DE ESCREVER, ETC.”		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA70	QUANT: 2 (1 FOTO COM 1 CÓPIA)
71	ALMOXARIFADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA71	QUANT: 3 (1 FOTO COM 1 CÓPIA)



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
72	ALMOXARIFADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA72	QUANT: 1
73	-----		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA73	PASTA VAZIA
74	LABORATÓRIO DE QUÍMICA – 2º ANDAR		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA74	TALVEZ LABORATÓRIO PROFESSOR CARDOSO. QUANT: 2 (1 FOTO COM 1 CÓPIA)
75	ENCONTRO DO PROFESSOR JACQUES KAYSER COM ALUNOS DO CURSO DE JORNALISMO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA75	QUANT: 3 (1 FOTO COM 1 CÓPIA)
76	"O. OCLMER FOSTER – COSMOS CLUB WASHINGTON D.C."		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA76	(ESCRITA ILEGÍVEL). QUANT: 1
77	50 ANOS DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA:		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTO E "FOLDER"	1989	A12PR2PA77	QUANT: 1 FOTO E UM "FOLDER"
78	SALÃO NOBRE DEPOIS DA FESTA DE NATAL DO DIRETÓRIO ACADÊMICO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	1962	A12PR2PA78	QUANT: 5
79	"NEGATIVOS" DO SALÃO NOBRE DEPOIS DA FESTA DE NATAL DO DIRETÓRIO ACADÊMICO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	"NEGATIVO"	SEM DATA	A12PR2PA79	QUANT: 6 NEGATIVOS DE 11 FOTOS
80	AULA DO PROFESSOR JACQUER KUPER PARA OS ALUNOS DO CURSO DE JORNALISMO; MESA REDONDA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	1962	A12PR2PA80	QUANT: 6 (1 CÓPIA DE DUAS FOTOS)
81	SALÃO NOBRE NO PRÉDIO SEDE DA FNFi – 4º ANDAR		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA81	QUANT: 6



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
82	"NEGATIVOS": POSSE EM 11/11/60; CONFERÊNCIA DO REITOR (UNIVERSIDADE DE JERUSALÉM); CONFERÊNCIA DO PROFESSOR CELSO KELLY (COMEMORAÇÃO DO 3º CENTENÁRIO DE VELASQUES) E OUTROS NÃO IDENTIFICADOS.		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	"NEGATIVO"	SEM DATA	A12PR2PA82	QUANT: 31NEGATIVOS DE 37 FOTOS
83	UFRJ – SISTEMA DE BIBLIOTECAS: TABELA DE EDITORAS E FORNECEDORES		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	?	1988	A12PR2PA83	QUANT: 2
84	HOMENAGEM AO PROFESSOR FARIA/ EREMILDO VIANNA, ATHOS DA V. RAMOS, JUSCELINO KUBITSCHKE, CARLOS COSTA RIBEIRO, ALVIM CORREA, ROBERT GARRIC		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA84	QUANT: 7 (NÃO CONSTAM CÓPIAS, CONFORME INFORMA DESCRIÇÃO EM PAPEL)
85	CONFERÊNCIA PROFESSOR ROBERT GARRIC NO SALÃO NOBRE; CONFERÊNCIA DO SENADOR JUSCELINO KUBITSCHKE (?); MESA REDONDA EM 03/09/62 (PESSOAS NAS FOTOS: ROBERT GARRIC, EREMILDO VIANNA, ALVIM CORREA, ERNESTO FARIA, PEDRO CALMON, ATHOS DA S. RAMOS, RAUL BITTENCOURT, CARNEIRO LEÃO E CARLOS COSTA RIBEIRO).		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA85	QUANT: 24 (7 FOTOS POSSUEM CÓPIAS)
86	CONFERÊNCIA PROFESSOR ROBERT GARRIC E OUTRAS FOTOS E NEGATIVOS NÃO IDENTIFICADOS		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA86	QUANT: 10 FOTOS E 7 NEGATIVOS
87	COMISSÃO REFORMA DE CURRÍCULO DE 1963/ ENCONTRO DO PROFESSOR JACQUES KAYSER COM		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	1962/ 63	A12PR2PA87	PASTA VAZIA (POSSUI DOIS PAPÉIS COM ANOTAÇÕES)



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
	OS ALUNOS DO CURSO DE JORNALISMO EM 1962							
88	INTERIOR DO TRIBUNAL DE RECURSOS; CONFERÊNCIA DO PROFESSOR JACQUES KAYSER; COMISSÃO REFORMA DE CURRÍCULO DE 1963		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA88	QUANT.: 8 (2 FOTOS COM CÓPIAS)
89	CONFERÊNCIA PROFESSOR B. MAZAR “AS ÚLTIMAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E OS MANUSCRITOS DO MAR MORTO”		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	19/06/1960	A12PR2PA89	QUANT.: 2 FOTOS
90	CONFERÊNCIA PROFESSOR B. MAZAR “AS ÚLTIMAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E OS MANUSCRITOS DO MAR MORTO”		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	19/06/1960	A12PR2PA90	QUANT.: 2 FOTOS
91	CONFERÊNCIA PROFESSOR B. MAZAR “AS ÚLTIMAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E OS MANUSCRITOS DO MAR MORTO”		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	19/06/1960	A12PR2PA91	QUANT.: 2 FOTOS
92	CONFERÊNCIA PROFESSOR B. MAZAR “AS ÚLTIMAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E OS MANUSCRITOS DO MAR MORTO”		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	19/06/1960	A12PR2PA92	QUANT.: 2 FOTOS
93	CONFERÊNCIA PROFESSOR B. MAZAR “AS ÚLTIMAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E OS MANUSCRITOS DO MAR MORTO”/ JEAN LOUIS BARRAUD: DESDOBRAMENTO DE TURMAS		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	19/06/1960 - SEM DATA (DESDOBRAMENTO DE TURMAS)	A12PR2PA93	QUANT.: 2 FOTOS
94	NEGATIVOS NÃO IDENTIFICADOS		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA94	QUANT.: 10 NEGATIVOS



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
95	CONFERÊNCIA “TENDÊNCIAS DO TEATRO ITALIANO CONTEMPORÂNEO – DR. GIANFRANCO DE BOSIO”		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA95	QUANT.: 2 FOTOS
96	PEÇA DE TEATRO: ATORES E PLATÉIA/ FOTO COM GETÚLIO VARGAS, G. CAPANEMA, LEITÃO DA CUNHA, SAN TIAGO DANTAS E DJALMA HASSELMAN		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA96	QUANT.: 2 FOTOS OBS.: EVENTOS NÃO IDENTIFICADOS
97	FARIA GOES SOBRINHO E RAUL BITTENCOURT – AUDITÓRIO 4º ANDAR		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA97	QUANT.: 1 FOTO COM DUAS IMAGENS OBS.: EVENTO NÃO IDENTIFICADO
98	AULA INAUGURAL DO CURSO DE CIVILIZAÇÃO LÍNGUA E LITERATURA “FEOLONESA”		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	12/09/1944	A12PR2PA98	QUANT.: 2 FOTOS (1 NÃO IDENTIFICADA)
99	EVENTO NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA99	QUANT.: 1 OBS.: PRESENTE RAUL LEITÃO DA CUNHA
100	EVENTO NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA100	QUANT.: 1 FOTO – OBS.: PRESENTE SAN TIAGO DANTAS
101	ATORES ARNOLD MOSS E BOB HOPE DURANTE A		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA101	QUANT.: 1 FOTO



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
	FILMAGEM DE "CASANOVA'S BIG NIGHT"							
102	COMISSÃO DE REFORMA DE CURRÍCULO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA102	QUANT.: TOTAL 12 (3 ORIGINAIS COM CÓPIAS)
103	COMEMORAÇÃO DIA DO MESTRE		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA103	QUANT.: 1 FOTO
104	COMEMORAÇÃO DIA DO MESTRE (ALVIM CORREA, LUIZ ALVES DE MATTOS, ERNESTO FARIA, EREMILDO, LAYDEN CAVALCANTI, LÉA ABREU)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA104	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
105	-----		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA105	PASTA VAZIA
106	FOTO NÃO IDENTIFICADA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA106	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA) - OBS.: MESA COM 5 PESSOAS
107	EVENO NÃO IDENTIFICADO (SANTIAGO DANTAS, DJALMA HASSELMAN, GUSTAVO CAPANEMA)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA107	QUANT.: 1 FOTO
108	CONFERÊNCIA PROFESSOR B. MAZAR "AS ÚLTIMAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E OS MANUSCRITOS DO MAR MORTO"		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA108	QUANT.: 1 FOTO
109	CONFERÊNCIA "TENDÊNCIAS DO TEATRO ITALIANO CONTEMPORÂNEO (DR. GIANFRANCO DE BOSIO)"		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA109	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
110	COMEMORAÇÃO DIA DO MESTRE		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA110	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA) – OBS.: A PASTA CONTÉM DOIS PAPÉIS COM OS SEGUINTE REGISTROS: "AULA



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
								INAUGURAL DO PROFESSOR BROZELZ 12/09/44" E "NEGATIVOS NÃO IDENTIFICADOS"
111	COMEMORAÇÃO DIA DO MESTRE		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA111	QUANT.: 3 FOTOS (2 CÓPIA)
112	COMEMORAÇÃO DIA DO MESTRE		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA112	QUANT.: 1 FOTO
113	-----				-----	SEM DATA	A12PR2PA113	PASTA VAZIA
114	COMEMORAÇÃO DIA DO MESTRE (EM UMA DAS FOTOS - DA DIR. P/ ESQ.: LUIS ALVES DE MATTOS, ERNESTO FARIA, LAGDEN CAVALCANTI E BERENICE BERARDINELE)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA114	QUANT.: 4 FOTOS (1 FOTO COM 2 CÓPIAS E 1 FOTO SEM CÓPIA)
115	NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA115	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
116	NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA116	QUANT.: 4 FOTOS (3 CÓPIAS)
117	NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA117	QUANT.: 1 FOTO
118	NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA118	QUANT.: 1 FOTO (CÓPIA DA FOTO CONTIDA NA PASTA ANTERIOR)
119	NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA119	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
120	NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA120	QUANT.: 4 FOTOS (3 CÓPIAS)



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
121	POSSE DO DIRETOR		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	1961	A12PR2PA121	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
122	NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA122	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
123	POSSE DO DIRETOR (1961); SALAS E LABORATÓRIOS; CONFERÊNCIA JUSCELINO KUBISTCHEK; FOTO COM GETÚLIO VARGAS		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA123	QUANT.: 10 FOTOS (EXISTEM CÓPIAS NA PASTA)
124	POSSE DO DIRETOR		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	1961	A12PR2PA124	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
125	SOLENIIDADE DE ENTREGA DOS DIPLOMAS DO CURSO DE CIVILIZAÇÃO FRANCESA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA125	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
126	SOLENIIDADE DE ENTREGA DOS DIPLOMAS DO CURSO DE CIVILIZAÇÃO FRANCESA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA126	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
127	SOLENIIDADE DE ENTREGA DOS DIPLOMAS DO CURSO DE CIVILIZAÇÃO FRANCESA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA127	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
128	SOLENIIDADE DE ENTREGA DOS DIPLOMAS DO CURSO DE CIVILIZAÇÃO FRANCESA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA128	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
129	SOLENIIDADE DE ENTREGA DOS DIPLOMAS DO CURSO DE CIVILIZAÇÃO FRANCESA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA129	QUANT.: 4 FOTOS (2 CÓPIAS)
130	SOLENIIDADE DE ENTREGA DOS DIPLOMAS DO CURSO DE CIVILIZAÇÃO FRANCESA/ JEAN LOUIS BARRAUD: DESDOBRAMENTO DE TURMA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA130	QUANT.: 2 FOTOS



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
131	SOLENIDADE DE ENTREGA DOS DIPLOMAS DO CURSO DE CIVILIZAÇÃO FRANCESA (JEAN LOUIS BARRAUD: DESDOBRAMENTO DE TURMA)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA131	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA) – OBS.: (CÓPIA DA FOTO CONTIDA NA PASTA ANTERIOR)
132	JEAN LOUIS BARRAUD: DESDOBRAMENTO DE TURMA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA132	QUANT.: 1 FOTO – OBS.: (CÓPIA DA FOTO CONTIDA NA PASTA ANTERIOR)
133	JEAN LOUIS BARRAUD: DESDOBRAMENTO DE TURMA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA133	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
134	NÃO IDENTICADA (GRUPO DE PESSOAS EM FRENTE AO PÃO DE AÇÚCAR)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA134	QUANT.: 1 FOTO
135	JEAN LOUIS BARRAUD: DESDOBRAMENTO DE TURMA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA135	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
136	JEAN LOUIS BARRAUD: DESDOBRAMENTO DE TURMA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA136	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
137	JEAN LOUIS BARRAUD: DESDOBRAMENTO DE TURMA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA137	QUANT.: 1 FOTO
138	JEAN LOUIS BARRAUD: DESDOBRAMENTO DE TURMA (NEGATIVOS)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	NEGATIVOS	SEM DATA	A12PR2PA138	QUANT.: 4 NEGATIVOS
139	ATOR ARNOLD MOSS		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA139	QUANT.: 3 FOTOS



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
140	LABORATÓRIO DE QUÍMICA (2º ANDAR)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA140	QUANT.: 1 FOTO – OBS.: TALVEZ LABORATÓRIO PROFº CARDOSO
141	LABORATÓRIO MINERALOGIA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA141	QUANT.: 1 FOTO
142	POSSE DO DIRETOR ACADÊMICO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTO E NEGATIVO	1963	A12PR2PA142	QUANT.: 8 FOTOS E 7 NEGATIVOS
143	CONFERÊNCIA DO SENADOR JUSCELINO KUBISTCHEK		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	NEGATIVO	SEM DATA	A12PR2PA143	QUANT.: 11 NEGATIVOS
144	MAPAS “LÍNGUAS INDÍGENAS NA AMÉRICA DO SUL” E ORÇAMENTO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	1959	A12PR2PA144	QUANT.: 1 FOLHA DE ORÇAMENTO E 3 MAPAS
145	HINO DE HOMENAGEM À FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA (FEITOPOR HILDA PRAZERES CAPANEMA)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA145	
146	FOTOS/ IMAGENS DA LUA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	1961	A12PR2PA146	QUANT.: 2 IMGS/FOTOS
147	NEGATIVOS VARIADOS		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA147	QUANT.: 6 NEGATIVOS
148	POSSE DE SÉRGIO CAMPOS COMO PRESIDENTE DA FNFI		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	1963	A12PR2PA148	QUANT.: 10 FOTOS (EXISTEM CÓPIAS NA PASTA)
149	NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA149	QUANT.: 4 FOTOS (3 CÓPIAS)
150	HOMENAGEM AO PROFESSOR FARIA		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	1962	A12PR2PA150	QUANT.: 11 FOTOS (EXISTEM CÓPIAS NA PASTA)



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
151	NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA151	QUANT.: 8 (EXISTEM CÓPIAS NA PASTA)
152	NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA152	QUANT.: 3 (2 CÓPIAS)
153	NÃO IDENTIFICADO		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA153	QUANT.: 2 FOTOS (1 CÓPIA)
154	NÃO IDENTIFICADO (TALVEZ CONFRATERNIZAÇÃO NATAL)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA154	QUANT.: 3 FOTOS (2 CÓPIAS)
155	NÃO IDENTIFICADO (PESSOAS)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA155	QUANT.: 4 FOTOS (3 CÓPIAS)
156	NÃO IDENTIFICADO (TALVEZ CONFRATERNIZAÇÃO NATAL)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA156	QUANT.: 4 FOTOS (3 CÓPIAS)
157	NÃO IDENTIFICADO (PESSOAS)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA157	QUANT.: 2 FOTOS
158	NÃO IDENTIFICADO (PESSOAS)		9.6	ESTRUTURA FÍSICA	FOTOGRAFIA	SEM DATA	A12PR2PA158	QUANT.: 3 FOTOS (1 CÓPIA)
159	PORTARIAS, DECRETOS, REGIMENTO INTERNO, RESOLUÇÕES, CONSTITUIÇÃO 1946, PARECER, CIRCULAR, LEIS, SUGESTÕES, REGULAMENTOS, REGIMES, ESTATUTOS, PROJETOS, RECORTES DE JORNAIS.		8.0	DISPOSITIVOS LEGAIS	DIVERSAS	1939-1968	A12PR3PA159	
160	CONGREGAÇÃO: RESOLUÇÕES, ATAS, CIRCULARES, ESCOLHA / ELEIÇÃO DE DIRETOR		7.1	ÓRGÃOS COLEGIADOS / CONGREGAÇÃO	ATAS, CIRCULARES, RELAÇÕES	1943-1968	A12PR3PA160	



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
160	BOLETIM INFORMATIVO		9.0	TRAJETÓRIA	BOLETIM	1959	A12PR3PA160	
160	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE REGIMENTO INTERNO DA U.B		8.1	LEGISLAÇÃO INTERNA	REGIMENTO	1958		
160	CONSELHO DE PESQUISAS		7.4	ÓRGÃOS COLEGIADOS / CONSELHO DE PESQUISAS	REGIMENTO	1956	A12PR3PA160	
160	CONSELHO DEPARTAMENTAL		7.3	ÓRGÃOS COLEGIADOS / CONSELHO DEPARTAMENTAL	ATAS, CIRCULARES, OFÍCIOS, RELAÇÕES	1949-1967	A12PR3PA160	
160	CONSELHO UNIVERSITÁRIO		7.5	CONSELHO UNIVERSITÁRIO	CIRCULARES, JORNAL “DIÁRIO DA JUSTIÇA”, RESOLUÇÕES, OFÍCIOS, PARECERES, CALENDÁRIO	1944-1968	A12PR3PA160	



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
					ESCOLAR			
160	CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO		7.3	CONSELHO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	RELAÇÃO	S/D	A12PR3PA160	
160	CONSELHO DE CURADORES		7.7	CONSELHO DE CURADORES	CIRCULARES, OFÍCIOS	1947-1964	A12PR3PA160	
160	COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS		9.5	COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS	CIRCULARES, OFÍCIOS	1947-1964	A12PR3PA160	
160	NORMAS DE PESSOAL		4.0	PESSOAL	CIRCULAR	1967	A12PR3PA160	
161	ALMOXARIFADO, CONTROLE, DISTRIBUIÇÃO, EMPRÉSTIMO.		6.0	MATERIAL	DIVERSAS	1955-1962	A12PR3PA161	INCLUI SUBASSUNTOS DO ASSUNTO PRINCIPAL CONF ARRANJO



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
162	CONVITE DE FORMATURA FNFI		1.1	CORPO DISCENTE (CONVITE)	CONVITE	1944	A12PR3PA162	
162	EDUCAÇÃO, HUMANISMO E CULTURA – LIÇÃO INAUGURAL DO ANO LETIVO DE 1946 DA FNFI / UB; CONFERÊNCIAS: “PRÓDOMOS DA CULTURA BRASILEIRA”; PERCALÇOS DA ACULTURAÇÃO BRASILEIRA”. PUBLICAÇÃO DE 1949		3.1	PUBLICAÇÃO DA FNFI	PUBLICAÇÃO	1949	A12PR3PA162	
162	POSSE DA PROFESSORA MATILDE MATARAZZO GARGIULO NA CÁTEDRA DE FILOSOFIA ROMÂNTICA. DISCURSOS DA POSSE		4.2	CORPO DOCENTE	PUBLICAÇÃO	1966	A12PR3PA162	
162	PROGRAMA DE HISTÓRIA E FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO (1952)		1.2	CURSOS (DISCIPLINAS)	PROGRAMA	1952	A12PR3PA162	
162	SÚMULAS DE DIDÁTICA GERAL (LUIZ ALVES DE MATTOS – 2 VOLUMES, 1955)		1.2	CURSOS (DISCIPLINAS)	PROGRAMA	1955	A12PR3PA162	



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
162	DOSSIE ACADEMICO - LEDA MARTINS CARDOSO DOSSIE ACADEMICO – ANNITA CHEVENTER DIPLOMA (CÓPIA) DE PROFESSOR PRIMÁRIO – ARLETE CARNEIRO DOSSIÊ ACADÊMICO - MARIA DE JESUS NUNES ARANHA CERTIDÃO DE NOTAS - MARIA EULÁLIA PEREIRA		1.1	CORPO DISCENTE	DOSSIE, DIPLOMA, CERTIDÃO DE NOTAS	1953 - 1959	A12PR3PA162	
162	CURSO DE ASTRONOMIA; CURSO DE ENFERMAGEM – CORRESPONDENCIAS		1.2	CURSOS	CORRESPONDENCIA	1942 - 1958	A12PR3PA162	
162	COMUNICAÇÕES DIVERSAS – AVISO AOS ALUNOS ACERCA DAS ANUDADES; DECLARAÇÃO A RESPEITO DE ADA STELLA SIMONETA SACCHI BASSI; SOLICITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ACADEMICA		1.1	CORPO DISCENTE – COMUNICAÇÕES	AVISO E DECLARAÇÃO	S/D E 1955	A12PR3PA162	
162	- REINVIDICAÇÕES DE ESTUDANTES, CORRESPONDENCIAS - DIRETORIO ACADEMICO		1.1	CORPO DISCENTE – DIRETORIO	OFICIO	1955	A12PR3PA162	



Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Centro de Filosofia e Ciências Sociais – CFCH
Faculdade de Educação
PROEDES

PLANILHA DOCUMENTAL

Faculdade Nacional de Filosofia

Notação atribuída	Título/ Descrição do Documento	Seção	Assunto (Código)	Assunto	Espécie (s) Documental	Datas-limite	Localização	Observação
				ACADEMICO				
162	PAUTA DA CONGREGAÇÃO DE 21/11/1958		7.1	CONGREGAÇÃO	PAUTA	1958	A12PR3PA162	
163	CORRESPONDÊNCIAS /COMUNICAÇÕES		9.5	COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS	OFÍCIOS, CIRCULAR, CARTA	1959	A12PR3PA163	
164	RELAÇÃO DE ENDEREÇOS; ORDEM DE SERVIÇO; CORRESPONDENCIAS;		9.5	COMUNICAÇÕES ADMINISTRATIVAS	DIVERSAS	1939-1967	A12PR3PA164	
164	SOLICITAÇÕES DE ESPAÇO FÍSICO DIRETÓRIO ACADÊMICO		9.4	CONCESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO	CORRESPONDENCIA	1963	A12PR3PA164	
164	AVISO SOBRE CONFERENCIA PROFESSOR GEORGES DAVY (MINUTA)		9.2	CONFERENCIAS / CONGRESSOS	MINUTA	1955	A12PR3PA164	